UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES - ECA

ANDRÉIA GONÇALVES SILVA

Leitura documentária das fontes de informação jurídica

São Paulo
2008

ANDRÉIA GONÇALVES SILVA

Leitura documentária das fontes de informação jurídica

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Área de Concentração: Cultura e Informação
Orientadora: Profa. Dra. Anna Maria Marques Cintra

São Paulo

2008

Silva, Andréia Gonçalves

Leitura documentária das fontes de informação jurídica /
Andréia Gonçalves Silva; orientadora Anna Maria Marques
Cintra. – São Paulo, 2002
221f. :il.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação. Área de Concentração: Cultura e
Informação) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade
de São Paulo.

1. Leitura documentária. 2. Documentação jurídica. 3.
Fontes de informação jurídica. 4. Modelo de leitura técnica.

CDD 029.5

FOLHA DE APROVAÇÃO

Andréia Gonçalves Silva
Leitura documentária das fontes de informação jurídica

Dissertação apresentada à Escola de Comunicações e Artes
da Universidade de São Paulo para obtenção do título de
Mestre em Ciência da Informação.
Área de Concentração: Cultura e Informação

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura _____

*Aos meus pais: Sebastião e Maria, e
ao meu irmão, Leonardo, para que
ele siga o meu exemplo e nunca
desista dos seus sonhos.*

AGRADECIMENTOS

Ao Mestre dos mestres e à sua admirável Mãe.

À minha orientadora Prof^a. Anna Maria Marques Cintra, pelo apoio, correções e pelas valiosas sugestões que contribuíram para a realização deste trabalho.

Às professoras Marilda Lopes Ginez de Lara e Mariângela Spotti Lopes pelas sugestões realizadas na fase da Qualificação.

Aos professores do Departamento de Ciência da Informação da Escola de Comunicações e Artes, por todos os ensinamentos recebidos, principalmente àqueles que me apresentaram bases teóricas para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos advogados da Lazzareschi Advogados, pelo apoio e permissões concedidas nos momentos em que me afastei do trabalho para dedicar-me aos deveres do Mestrado. Devo meu crescimento profissional e outras conquistas da minha vida a estes advogados, que ousou chamar de amigos. Agradeço ainda, ao Dr. Caio Julius Bolina, pela revisão dos capítulos concernentes aos conceitos jurídicos.

Aos integrantes do Grupo de Informação e Documentação Jurídica do Estado de São Paulo (GIDJ/SP), pela participação na fase da aplicação do Questionário.

À Magaly Pedroso, pelo incentivo e pelas lições concedidas, desde meus primeiros passos na área jurídica.

Aos meus amigos da graduação (Débora, Carlos, Sadrac, Henrique e Regina) e da pós-graduação (Lourival e Silvana), e à Nicélia (uma futura bibliotecária de sucesso) pelo constante incentivo, apoio, sugestões e auxílios que contribuíram para a efetivação deste trabalho.

Aos meus pais e irmãos, pelas inúmeras vezes que estive ausente do convívio familiar.

Aos professores e amigos da Faculdade de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Fundação Escola de Sociologia e Política, em especial às professoras Concília Teodosio e Adriana Maria de Souza, pela confiança e encorajamento nos momentos de insegurança.

*Os bens e os males, a vida e a morte, a pobreza e as riquezas, tudo isto vem de Deus. Em Deus é também que se acham a sabedoria, e o regulamento da vida, e a ciência da lei.
(Eclesiástico 14,15)*

RESUMO

SILVA, Andréia Gonçalves. *Leitura documentária das fontes de informação jurídica*. 2008. 221f. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

As fontes de informação jurídica são representadas pela doutrina, legislação e jurisprudência. Na literatura da Biblioteconomia e Ciência da Informação não há trabalhos que sistematizem o ato da leitura documentária dessas fontes. Partindo deste pressuposto a presente pesquisa projetou os seguintes objetivos: fornecer subsídios que auxiliem os bibliotecários no acesso e compreensão dos conceitos que permeiam a ciência jurídica; detalhar as características das fontes de informação jurídica, e desenvolver modelo estratégico de leitura técnica da fonte de informação jurisprudencial. Inicialmente, exploraram-se aspectos cognitivos que influenciam o ato de ler. Posteriormente, demonstrou-se a importância da Terminologia e da Lingüística Documentária ao oferecerem instrumentos que auxiliam o bibliotecário no conhecimento da terminologia e compreensão das definições da área do Direito, a primeira produzindo a compilação dos termos; a segunda, estruturando e sistematizando os campos conceituais nas áreas de especialidade. Finalizando essa etapa exibiram-se conceitos da indexação e das linguagens documentárias. Prosseguindo com a pesquisa apresentaram-se definições da Ciência do Direito, destacando a estrutura textual dos acórdãos, das leis e dos pareceres jurídicos. Na sequência, iniciou-se o desenvolvimento do modelo de leitura técnica jurisprudencial com a exibição de conceitos referentes à dinâmica processual, em especial os procedimentos recursais no âmbito do Superior Tribunal de Justiça - STJ. Na fase de aplicação dos modelos utilizaram-se recursos especiais – RESPs, publicados na Revista Eletrônica da Jurisprudência do STJ. Da avaliação do modelo podem-se tirar as seguintes conclusões: para a compreensão da terminologia jurídica e indexação da decisão judicial (acórdão) é necessário que o bibliotecário aproprie-se dos conceitos jurídicos, entenda as fases do processo judicial e use técnicas estratégicas de leitura para a análise de certas partes do acórdão – a ementa, o voto do relator e, quando necessário, o relatório. Ao utilizar as técnicas sugeridas no modelo ora proposto, o bibliotecário conseguirá indexar o acórdão sem necessariamente lê-lo na íntegra.

Palavras-chave: Leitura documentária – Documentação Jurídica – Fontes de informação jurídica – Modelo de leitura técnica – Jurisprudência

ABSTRACT

The sources of legal information are represented by doctrine, legislation and jurisprudence. In the literature of the Librarian Science and that of the Information Science there are not works that systematize the act of the documentary reading of these sources. Therefore, the present research aims at: providing useful information to the librarians in the access and comprehension of the concepts of the legal science; detailing the characteristics of the sources of legal information; and developing a strategic model for the technical reading of the jurisprudence source of information. Initially, cognition aspects that influence the act of reading were explored. Later, the importance of terminology and documentary linguistics was demonstrated by offering the librarian useful tools to the understanding of the terminology and definitions of the Law field, firstly by producing a compilation of the terms and then by structuring and systematizing conceptual fields in the specific areas. This stage of the research ends by displaying concepts of the index process and documentary languages. Next, definitions of the Law Science are presented, highlighting the textual framework of the sentence, laws, and legal opinion. There follows the development of the model of jurisprudence technical reading, presenting the concepts related to the dynamics of legal proceedings, specially appeal procedures to the Superior Tribunal de Justiça – STJ (Upper Court of Appeals). In the stage of application of the model, court decisions related to specials appeals - RESPs - published in the “Revista Eletrônica da Jurisprudência do STJ” were used. Upon evaluation of the model, the following conclusions were drawn: in order to understand the legal terminology and the indexation of the court decision, the librarian must internalize the legal concepts, understand the steps of the legal proceedings, and use reading strategies in the analysis of certain parts of the decision – the summary, the vote of the reporter and, when necessary, the report. By using the techniques suggested in the model, the librarian will be able to index the decision without having to read the whole of the decision.

Key words: documentary reading - legal documentation - legal information sources - model of technical reading - jurisprudence

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Processo de indexação e recuperação da informação	50
Figura 2: Relações hierárquicas	66
Figura 3: Relações partitivas	67
Figura 4: Mapa conceitual do Direito	94
Figura 5: Processo legislativo	108
Figura 6 : Desdobramento do artigo	113
Figura 7 : Agrupamento do artigo	113
Figura 8 : Hierarquia das normas legislativas	118
Figura 9 : O Poder Judiciário	130
Figura 10: Partes do acórdão x Etapas da leitura técnica	145
Figura 11: O início do processo	149
Figura 12: Juízo de admissibilidade e mérito	152

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Categoria de usuários	51
Quadro 2: Fatores que podem afetar a qualidade da indexação	56
Quadro 3: Termos jurídicos x uso nas linguagens jurídica e comum	88
Quadro 4: As partes de um ato normativo	116
Quadro 5: As partes do acórdão	142
Quadro 6: A causa de pedir no acórdão	148
Quadro 7: Os conceitos recursais na prática	155
Quadro 8: Construção de hipóteses	161
Quadro 9: Guia de monitoramento da leitura	164
Quadro 10: Modelo estratégico de leitura técnica jurisprudencial	165

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AD	Análise Documentária
Art.	Artigo
BACEN	Banco Central
CC	Código Civil
CCJC	Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CDD	Classificação Decimal de Dewey
CDU	Classificação Decimal Universal
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CP	Código Penal
CPC	Código de Processo Civil
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza
CTN	Código Tributário Nacional
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DISC	Discursos de Senadores e Deputados
DNRC	Departamento Nacional de Registro do Comércio
DOU	Diário Oficial da União
GIDJ/SP	Grupo de Informação e Documentação Jurídica do Estado de São Paulo
ICMS	Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços
Inc.	Inciso
ISS	Imposto sobre serviços
ITCMD	Imposto de Transmissão Causa Mortis
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
KWOC	<i>Key Word Out of Context</i>
LC	<i>Library of Congress</i>
LCP	Lei Complementar

LDs	Linguagens documentárias
LICC	Lei de Introdução ao Código Civil
MATE	Matérias em Tramitação no Congresso Nacional
MCT	Memória de curto termo
MLT	Memória de longo termo
MPs	Medidas Provisórias
NBR	Norma Brasileira
NCC	Novo Código Civil Brasileiro
NJUR	Normas Jurídicas Federais
PL	Projeto de lei
RESP	Recurso especial
S/A	Sociedade anônima
SICON	Sistema de Informação do Congresso Nacional
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TGT	Teoria Geral da Terminologia
TCT	Teoria Comunicativa da Terminologia
TEJUT	Thesaurus em Direito do Trabalho
THES	Thesaurus
TJPR	Tribunal de Justiça do Paraná
TJRJ	Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro
TJRS	Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul
TJSP	Tribunal de Justiça de São Paulo
TRF	Tribunal Regional Federal
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
TSM	Tribunal Superior Militar
TST	Tribunal Superior do Trabalho
VCB	Vocabulário Controlado Básico

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - ASPECTOS COGNITIVOS DA LEITURA	21
1.1 Considerações iniciais	21
1.2 O processamento da leitura	23
1.3 A leitura documentária	29
1.4 A leitura de textos jurídicos	37
CAPÍTULO II - REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DOS TEXTOS DE ESPECIALIDADE: A QUESTÃO DA INDEXAÇÃO	44
2.1 Considerações iniciais	44
2.2 Indexação: conceitos teóricos	46
2.3 Política de indexação	51
CAPÍTULO III - REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DOS TEXTOS DE ESPECIALIDADE: A QUESTÃO DA TERMINOLOGIA	58
3.1 Considerações iniciais	58
3.2 Terminologia	60

Leitura documentária das fontes de informação jurídica	13
3.2.1 Os elementos da Terminologia: relações com a Lingüística Documentária	63
3.2.2 Linguagens documentárias	74
3.3 Terminologia jurídica	84

CAPÍTULO IV - FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA: ABORDAGEM CONCEITUAL PARA OS PROFISSIONAIS BIBLIOTECÁRIOS 90

4.1 Considerações iniciais	90
4.2 A Ciência do Direito	92
4.3 Fontes do Direito	100
4.3.1 Fontes formais legislativas	104
4.3.1.1 Processo legislativo	105
4.3.1.2 Estrutura, hierarquia, classificação e conceito dos atos normativos	109
4.3.2 Fontes formais doutrinárias	122
4.3.2.1 Parecer jurídico	122
4.3.3 Fontes formais jurisprudenciais	127
4.4 As relações das fontes do Direito	132

CAPÍTULO V - MODELO DE LEITURA JURISPRUDENCIAL: BASES TEÓRICAS 136

5.1 Considerações iniciais	136
5.1.2 Modelo jurisprudencial: bases teóricas	139
5.1.3 Modelo jurisprudencial: a dinâmica processual	146
5.1.4 Os recursos no Superior Tribunal de Justiça - STJ	152

Leitura documentária das fontes de informação jurídica	14
5.1.5 Modelo jurisprudencial: ativação do conhecimento prévio e construção de hipóteses	158
5.1.6 Modelo jurisprudencial: guia de monitoramento da leitura para a identificação dos conceitos	161
CAPÍTULO VI – MODELO DE LEITURA TÉCNICA DE JURISPRUDÊNCIA: APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO	166
6.1 Considerações iniciais	166
6.2 Aplicação do modelo jurisprudencial	168
6.3 Avaliação do modelo jurisprudencial	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS	198
GLOSSÁRIO	206
ANEXOS (CD-ROM)	221

INTRODUÇÃO

Em 1979, Cecília Atienza, na época bibliotecária da Câmara Municipal de São Paulo, manifestou sua inquietação diante do crescimento exponencial da legislação, que em tão pouco tempo se multiplicou de modo considerável. Na sua concepção, em meio a um contexto de multiplicação de leis e geração de novos documentos, seria necessário habilitar um profissional bibliotecário para se familiarizar com a linguagem jurídica e auxiliar os operadores do Direito em suas necessidades informacionais. Atienza então publica *Documentação Jurídica*, um marco para a biblioteconomia que, ainda hoje, é fonte de referência para os profissionais da informação que exercem suas atividades no ambiente jurídico.

Nota-se, no entanto, que a proliferação legislativa de outrora é irrisória se comparada ao contexto atual, haja vista a expansão de outras fontes legais, como os livros, artigos e decisões judiciais, além da propagação da Internet que, também, contribui para a ampliação, disseminação e acesso às fontes do Direito.

À vista de tal realidade poderia um leitor chegar à conclusão de que o crescimento das fontes de informação jurídica aumentou a demanda e a exigência de informação pelos operadores da área e influenciou o modo de atuação dos bibliotecários, que tiveram de se especializar diante da proliferação dos documentos jurídicos.

Dessas conclusões somente a primeira é verdadeira, porque a dinâmica da Sociedade da Informação influenciou, também, o mundo jurídico, com a proliferação da informação jurídica, tanto no suporte físico, como no eletrônico. O aumento na produção da informação proveniente dos tribunais, órgãos governamentais, escritórios de advocacia, editoras, jornais, pesquisadores, associações e prestadores de serviços, entre outros

produtores da comunidade jurídica, é motivo de alerta, pois muitos documentos produzidos por essas fontes podem se tornar inacessíveis ou irrecuperáveis, para o operador do Direito, se não forem selecionados e organizados adequadamente.

Nesse universo, surge a figura do profissional da informação que ao concluir a graduação está, em tese, habilitado para trabalhar com quaisquer tipos de informações, mas que, na prática, não leva, nos seus esquemas mentais, conhecimentos prévios consistentes de áreas específicas do conhecimento, sejam elas, Direito, Economia, Medicina, etc. Tal fato é resultado da estrutura de ensino da Biblioteconomia brasileira que trabalha no nível conceitual, possibilitando o exercício da profissão em diferentes seguimentos do conhecimento.

Tratando-se da área jurídica, é notória a escassez de literatura que oriente o profissional da informação no manuseio e organização dos documentos legais, principalmente no que refere à leitura técnica e análise documental e, também, de cursos de especialização que ofereçam conhecimentos básicos da terminologia do Direito.

Deste modo, com esta pesquisa, busca-se demonstrar a importância de trabalhos, inseridos no contexto atual, que esclareçam e conceituem os tópicos principais da linguagem jurídica e estabeleçam métodos estratégicos de leitura técnica e tratamento da documentação gerada pela Ciência do Direito. Pretendendo proporcionar, aos profissionais bibliotecários, entendimento dos conceitos da área jurídica, sistematizando as operações de leitura técnica para a identificação e seleção dos conceitos jurídicos.

Para tanto, a proposta inicial da pesquisa era desenvolver modelos de leitura técnica para a organização e tratamento temático das fontes de informação jurídica, que são representadas pela doutrina, legislação e jurisprudência. Após a elaboração dos modelos tencionava-se avaliar a sua eficácia ou ineficácia por meio da distribuição dos modelos aos

bibliotecários que atuam nas bibliotecas participantes do Grupo de Informação e Documentação Jurídica do Estado de São Paulo – GIDJ/SP. Contudo, devido às limitações do Mestrado, a pesquisa concentrou-se apenas no desenvolvimento do modelo de leitura técnica da fonte de informação jurisprudencial, e os bibliotecários do grupo participaram somente da fase concernente à aplicação do questionário (Anexo¹ 1), que buscou identificar o perfil do profissional e do escritório, e os métodos de organização e tratamento das fontes de informação jurídica.

Desse modo, os objetivos desse estudo concentraram-se em:

- fornecer subsídios que auxiliem os bibliotecários no acesso e compreensão dos conceitos que permeiam a ciência jurídica;
- detalhar as características das fontes de informação jurídica: doutrina, legislação e jurisprudência, a fim de auxiliar o profissional da informação no manuseio, organização e tratamento temático dessas fontes;
- desenvolver modelo estratégico de leitura técnica da fonte de informação jurisprudencial.

Para atingir tais propósitos o estudo foi organizado da seguinte maneira:

No capítulo 1 pretendeu-se demonstrar os elementos cognitivos que influenciam o ato da leitura, tendo em vista ser esse ato uma atividade comum à atuação dos bibliotecários, já que, por meio dele se inicia qualquer tarefa do fazer biblioteconômico, seja ela, representação descritiva, classificação ou indexação.

Os capítulos 2 e 3 exploraram questões concernentes à representação temática dos textos de especialidade. No capítulo 2 foram trabalhados conceitos de indexação; e no capítulo 3 foram apresentadas características das linguagens de especialidade,

¹ Segue apensado à pesquisa um CD-ROM onde estão armazenados todos os anexos.

demonstrando a atuação e interseção das ciências que as estudam e organizam que são, de um lado, a Terminologia e, de outro, a Lingüística Documentária.

O capítulo 4 foi reservado para a apresentação, mesmo que de forma sucinta, da estrutura textual e dos conceitos produzidos pela ciência do Direito. Nessa parte pretendeu-se demonstrar o funcionamento estrutural da máquina jurídica, as ramificações do Direito e suas fontes informacionais.

No capítulo 5 buscou-se desenvolver um modelo de leitura técnica para o tratamento temático da jurisprudência. Com esse modelo tencionou-se criar um aparato metodológico que direcione os bibliotecários/documentalistas na leitura técnica e identificação dos conceitos, guiando-os para as partes dos documentos onde são localizadas as informações principais, e buscando contribuir para a padronização da indexação de documentos jurídicos, a fim de evitar que os bibliotecários indexem apoiados em bases, por vezes, inconsistentes.

Quanto à metodologia relacionada à elaboração do modelo, como se frisou anteriormente, foi aplicado um questionário com a intenção de conhecer o contexto sociocognitivo² dos participantes da pesquisa que são os bibliotecários do Grupo de Informação e Documentação Jurídica do Estado de São Paulo – GIDJ/SP. Ao aplicar o questionário buscou-se, também, identificar qual a fonte de informação jurídica que os bibliotecários do Grupo julgavam ser a mais complexa para realizar as operações de leitura e identificação de conceitos relevantes. E por meio das respostas obtidas pretendeu-se avaliar a pertinência e importância dessa pesquisa.

² O contexto sociocognitivo refere-se ao modelo mental do leitor indexador em que se supõe existir o processo de análise de assunto, a linguagem documentária do sistema, a política de indexação do sistema e seu manual de serviço. (FUJITA, 2004).

A seleção das fontes de informação jurídica utilizadas na explanação e exemplificação (nos casos da doutrina e legislação) e simulação da aplicação do modelo (no caso da jurisprudência) seguiram os seguintes parâmetros:

- Nas fontes jurisprudenciais utilizou-se a *Revista Eletrônica da Jurisprudência do STJ*, nos períodos de janeiro de 2006 a junho de 2008. Essa revista publica processos provenientes de diversas áreas do Direito, possibilitando aplicar o modelo em acórdãos não restritos a uma só área.
- No que concerne à Doutrina, explorou-se um documento denominado Parecer Jurídico ou Parecer Técnico. Esse tipo documental foi mencionado por muitos bibliotecários do GIDJ/SP ao serem solicitados a enumerar outros tipos documentais jurídicos que eles organizavam e tratavam. Assim, buscou-se apresentar peculiaridades do Parecer, a fim de auxiliar a leitura técnica e a identificação da questão principal da consulta, utilizando como exemplo, um parecer publicado na *Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro*, n. 143, 2006.
- Para a legislação foram utilizadas leis federais. No que se refere ao acesso ao inteiro teor dessas leis, consultou-se a base de Legislação Federal, inserida no site do Planalto Federal (<http://www.planalto.gov.br>), que é o site oficial da Presidência da República. Este site disponibiliza acesso à legislação federal desde a proclamação da República, em 1889, até hoje, indicando as atualizações e revogações. Restringiu-se a análise à legislação federal, porque para a aplicação do modelo será utilizada a jurisprudência do STJ e

via de regra, as decisões desse tribunal referem-se a fatos que contrariam ou não aplicam as disposições de leis federais.

No final da pesquisa é apresentado um glossário para auxiliar os leitores na compreensão dos conceitos presentes nos acórdãos e nas definições técnicas que surgem no decorrer da pesquisa.

CAPÍTULO I – ASPECTOS COGNITIVOS DA LEITURA

1.1 Considerações iniciais

Este capítulo focaliza, no primeiro momento, aspectos inerentes ao ato de ler, apresentando elementos estratégicos que influenciam o processamento da leitura: conhecimento prévio, objetivos de leitura, levantamento de hipóteses e domínio da estrutura textual. Num segundo momento, apresenta questões do processamento da leitura no âmbito da leitura documentária.

A leitura é um instrumento de trabalho dos bibliotecários e documentalistas. É natural ao fazer biblioteconômico, já que, por meio dela os profissionais assumem as tarefas de classificação e indexação, com o objetivo de identificar e selecionar conceitos que, de forma adequada, representam o conteúdo de um documento.

Conforme Moura (2004, p. 159) a leitura é considerada o cerne das ações profissionais do bibliotecário, em função disso, tornou-se natural o estabelecimento de uma conexão, quase direta, vinculando bibliotecário e leitura.

O vínculo entre bibliotecário e leitura é claro, no entanto, o que é desconhecido por alguns profissionais são os aspectos existentes no processamento da leitura. Como o leitor lê e quais são os fatores influenciadores no ato da leitura são informações que podem transformar ou mudar o modo de leitura dos bibliotecários, ao conhecer e usar as estratégias metacognitivas, que monitoram conscientemente o ato em si, o bibliotecário aprimora e agiliza o processo da leitura.

A pesquisadora Mariângela Spotti Lopes Fujita (2003a), em sua tese de livre docência, analisa os aspectos cognitivos da leitura que influenciam a formação do leitor

profissional. Para ela o indexador é um leitor com conhecimento prévio lingüístico, textual, de mundo, profissional e específico, e o processo de leitura ou de análise de assunto envolve a compreensão do texto mediante processos cognitivos, realizados com base em esquemas mentais. A autora enfatiza ainda, que conhecer o processo cognitivo da leitura documentária é importante para o indexador, porque estabelece uma metacognição essencial para o desenvolvimento e aprimoramento do processo de análise de assunto para indexação, ou seja, o conhecimento que o indexador adquire sobre seu próprio conhecimento em leitura documentária lhe permitirá criar oportunidades para que o processo seja melhor conhecido (FUJITA 2003a, p. 25).

Além dos aspectos cognitivos, a compreensão e interpretação adequada dos textos técnicos são aspectos que também influenciam a formação do leitor profissional. Sabe-se que os indexadores não são profissionais da área específica dos documentos, com isso, muitas vezes, sentem dificuldades para interpretá-los com adequação. Lembra Lara (1994, p. 61) que os indexadores não possuem uma enciclopédia (ou um quadro de referência) que lhes permita se relacionar com o texto de forma a identificar integralmente sua organização e compreender todas as informações neles presentes — explícitas e implícitas — dificultando a identificação de ditos e, portanto, de preenchimento de não-ditos. Assinala a autora que, por serem os bibliotecários externos às áreas de especialidade, terão dificuldades em construir o sentido dos textos por meio de inferências, ou formulação de hipóteses, elementos fundamentais no processo de leitura³.

³ De certo que as chances de compreensão do leitor bibliotecário aumentam quando ele faz uso do conhecimento prévio, produz inferências e formula hipóteses, no entanto, o seu grau de compreensão não pode ser comparado com a do especialista, visto que, ele não é o leitor para o qual o texto foi escrito. Segundo Cintra (1987, p. 28), na leitura para fins documentários, o princípio de cooperação autor /leitor é rompido, pois o autor não previu o documentalista como leitor. Desse modo, pode-se concluir que a leitura do documentalista/bibliotecário é mais custosa por ele não ser o especialista da área na qual se insere. Ele não é o

Existe uma abundante literatura que analisa e discute operações bibliotecárias que prescindem de leitura para se concretizarem, como, por exemplo, a representação descritiva e a classificação. No entanto, não há muitos trabalhos que abordam as questões de leitura documentária.

Na concepção de Fujita (2003a, p. 55), é importante um estudo formal da leitura na Biblioteconomia, por ser ela a fase inicial que desencadeia o desempenho de todas as outras operações. Para a autora, a leitura, no contexto da análise documentária, tem uma conotação mais direcionada aos objetivos da indexação, diferenciando-se de uma leitura descompromissada.

Ainda que haja autores como Lucas (1996, p. 30) que afirmem ser a leitura uma técnica de decodificação, parece mais adequado dizer que a decodificação constitui uma etapa do ato de ler, já que ele envolve outras habilidades como serão a seguir mencionadas.

Este capítulo pretende resgatar as contribuições da literatura que abordam as questões cognitivas da leitura comum e contextualizar tais contribuições no âmbito da leitura documentária, fazendo um recorte para a leitura dos textos jurídicos.

1.2 O processamento da leitura

A leitura é um ato social, entre, pelos menos, dois sujeitos – autor e leitor – que interagem, por meio do texto, obedecendo a objetivos e necessidades socialmente determinados. (Kleiman, 2004, p. 10, Fujita, 2003a, p. 60). Portanto trata-se de um

leitor para quem o texto foi escrito, mas sim um “leitor por acaso”, que possui a incumbência de analisar tais textos e representá-los, em moldes satisfatórios, para que os especialistas da área os recuperem.

processo interativo no qual, além do autor, do leitor e do texto, conta o contexto em que ele se dá.

No âmbito deste trabalho, a leitura restringe-se, sem perder de vista aspectos fundamentais do ato de ler, a um ato técnico realizado por um profissional que se assume como leitor de documentos específicos.

O processo da leitura foi considerado, por muito tempo, dependente única e exclusivamente das habilidades de decodificação do texto escrito pelo leitor. Todavia, tal concepção mostrou-se insuficiente para explicar uma série de fenômenos envolvidos no processo de compreensão de textos, tais como a interpretação de metáforas, a conexão entre idéias no texto, mesmo na ausência de elos coesivos, a escolha de uma dentre duas ou mais interpretações possíveis para o mesmo texto (ou segmento de texto) (Machado, 2005, p. 5).

Na afirmação do autor percebe-se o equívoco presente nas discussões da leitura que a visualizaram como um ato de decodificar somente o escrito, visível e concreto, sem atentar-se aos elementos que transcendem a mera decodificação de palavras. Evidencia-se, facilmente, que nenhum leitor profissional é passivo no ato da leitura, pois ele constrói sentidos a partir de informações presentes e ausentes no texto, formula e reformula hipóteses, procura pistas, tira conclusões e elabora interpretações globais do texto.

Entre os estudos e pesquisas em leitura, é possível classificá-los a partir de dois modelos ou modos de ler: o ascendente (*bottom-up*) que vai da micro para a macroestrutura, e o descendente (*top-down*) que faz o caminho inverso, da macro para a microestrutura⁴.

⁴ Para maiores informações consultar: BEGHTOL, Clare. Bibliographic classification theory and text linguistics: aboutness analysis, intertextuality and the cognitive act of classifying documents. *Journal of Documentation*, v. 42, n. 2, p. 88-93, jun 1986.

No modelo ascendente a leitura é realizada de forma linear, o leitor lê letra por letra, palavra por palavra até decodificar os elementos maiores como frases, parágrafos e textos. O pressuposto básico deste modelo é o de que a compreensão da leitura se dá a partir da compreensão das partes menores do texto e o papel do leitor é o de reunir informações gráficas, que são processadas de “baixo para cima”, na direção de uma construção do sentido geral do texto.

No modelo descendente, o processo de leitura não é linear, já que o leitor lê em blocos, nas entrelinhas, mostra-se fluente e faz adivinhações. Em oposição ao modelo ascendente, no qual o eixo central é o texto, no modelo descendente é o leitor quem dita as regras para a construção do sentido do texto, já que o sentido não está, apenas, no texto, mas depende das inferências e do seu conhecimento prévio (Machado, 2005, p. 8; Kato, 1999, p. 50-51).

Evidentemente, esses dois procedimentos estão presentes no ato de ler, ou seja, são complementares, ficando dependentes de dificuldades ocorrentes na relação leitor/texto. Smith (2003, p. 201) admite que a leitura não é uma questão de identificar letras, a fim de reconhecer as palavras para que se obtenha o significado das sentenças. Para ele a interiorização do sentido de um texto não requer a identificação de palavras individuais, pois tal estratégia não aproveita o sentido como um todo e acaba por produzir um fracasso na compreensão do texto. Ressalvam-se os argumentos do autor, pois diante de dificuldades como, por exemplo, na leitura de crianças e até de adultos não proficientes, ou de texto em outro idioma, pode haver a identificação de letras e palavras individuais, para depois ser construído o sentido global do texto.

Na perspectiva dos modelos de leitura apresentados há dois tipos de leitores: o leitor proficiente que não lê letra por letra ou sílaba por sílaba, mas que faz uma leitura global,

por reconhecimento instantâneo; e o não-proficiente, que faz um processo moroso, com pouco reconhecimento instantâneo e muitas operações de análise e síntese, isto é decodificação de sílabas, palavras e frases.

Machado (2005, p. 8) admite que os dois tipos de processamento acontecem ao mesmo tempo, de modo especial quando o leitor é maduro e usa os dois processos como complemento um do outro, influenciado pelo tipo de texto, pelas necessidades e objetivos de leitura. As informações retidas tanto na leitura ascendente como na descendente são armazenadas numa das memórias do leitor.

Com efeito, há níveis diferentes de memória a serem considerados: o da memória de curto termo (MCT), em que o grau de armazenamento é superficial, sendo guardadas as informações visuais e auditivas por cerca de 250 milésimos de segundo. Sabe-se que sua capacidade média é mais ou menos de sete unidades. E o da memória de longo termo (MLT) na qual o conhecimento é representado de forma mais ou menos permanente, graças a dois de seus componentes: a memória semântica, na qual se armazenam o conhecimento geral e global do mundo, algo como um tesouro mental; e a memória episódica ou experiencial, que conserva as informações relacionadas a vivências pessoais. (KATO (1983, p. 48), KOCH (2006, p. 37-38).

Ainda segundo os estudiosos, o processo de armazenamento prevê como possibilidades:

- Estocagem: em que as informações perceptivas são transformadas em representações mentais, associadas a outras;
- Retenção: em que se dá o armazenamento das representações;

- Reativação: em que se operam, entre outras coisas, o reconhecimento, a reprodução, e o processamento textual. (Koch, 2006, p. 37).

Para Koch, em um primeiro momento, as informações são estocadas sem nenhuma triagem; em seguida, são codificadas para a MCT e só depois de serem tratadas são transmitidas, como um registro permanente à MLT. Com isso, pode-se dizer que será mais fácil o armazenamento na MLT, se a informação fizer parte do conhecimento prévio do leitor, resultando assim em um complemento, atualização ou reativação do registro permanente.

Componentes fundamentais para o processamento do texto, capazes de levar à compreensão são os conhecimentos prévios⁵, as expectativas e objetivos do leitor.

De acordo com Kleiman (2004, p. 55), no processamento da leitura, há uma constante interação entre diversos níveis de conhecimentos: lingüísticos (sintático, semântico, textual) e extralingüísticos (de mundo ou enciclopédico). Koch (2006, p. 48), por sua vez, considera no processamento, os conhecimentos lingüístico, enciclopédico, sociointeracional e superestrutural.

É, pois, na articulação de tais conhecimentos, com o objetivo de leitura que se constitui o ato de ler. Ato nunca abstrato, como lembra Smith (2003).

Ao ler sobre assuntos que já fazem parte do seu conhecimento, o leitor vê aumentadas as suas chances de compreensão, uma vez que ativa conhecimentos armazenados na sua

⁵ Conforme Liberato e Fulgêncio (2007, p. 14, 27) o conhecimento prévio é a informação não-visual, isto é, aquela informação que não é percebida ou captada pelos olhos, mas faz parte do conhecimento da língua, do assunto do texto, ou todo e qualquer conhecimento que compõe a teoria de mundo do indivíduo. Esses conhecimentos contribuem para a elaboração de previsões e inferências e permitem que o leitor faça construções lógicas e pontes de sentido no texto. Sem o domínio da informação não-visual, a leitura se torna impossível, ou pelo menos muito mais difícil. A leitura é a interação entre o que o leitor já sabe e o que ele retira do texto, isto é, a interação entre a informação visual e a não-visual.

MLT, produz inferências e formula hipóteses, na medida em que o próprio texto permite e, assim, vai construindo sentidos.

Com semelhante entendimento Kleiman (2004, p. 13) afirma que para a compreensão de um texto o leitor utiliza na leitura o que já sabe, ou seja, conhecimentos adquiridos ao longo de sua vida, associados às informações presentes no texto. É, pois, mediante a interação de diversos níveis de conhecimento, como os mencionados, que o leitor consegue construir o sentido do texto. Como a autora informa, há que se levar em conta a existência de obscuridades e inconsistências no texto, por isso, defende o uso do conhecimento prévios do leitor, em vários níveis.

Relacionada, também, ao conhecimento prévio e à compreensão textual está a figura dos esquemas⁶. Rumelhart apud Machado (2005, p. 29) define esquema como uma estrutura de dados para a representação de conceitos genéricos arquivada na memória. Os esquemas representam o conhecimento sobre conceitos, eventos, seqüências de eventos, ações e seqüências de ações. Segundo Rumelhart, os leitores entendem um texto quando eles são capazes de encontrar uma configuração de hipóteses, por meio de esquemas que ofereçam uma representação coerente para os vários aspectos do texto. Caso o leitor não consiga encontrar tal configuração, o texto parecerá desconexo e incompreensível.

As pistas deixadas pelos autores são outro item favorável a compreensão textual, Moura (2004, p. 162) entende que:

⁶ Cintra (1987, p. 29) atesta que a noção de conhecimento prévio vincula-se à teoria dos “esquemas” que vem se desenvolvendo com maior ênfase, a partir de fins da década de 70, graças a estudos desenvolvidos na área da cognição. Esses estudos têm assumido diferentes feições (MARCUSCHI, 1985 e MEURER, 1985), dentre as quais coloca-se a de Van Dijk (1980), para quem “esquemas” são unidades que organizam seqüências de eventos. De acordo com Kato (1983), que adota posição semelhante à de Rumelhart (1980, p. 26), “um esquema é uma teoria prototípica do significado, porque corresponde ao significado de um conceito codificado em termos de situações ou eventos típicos, ou normas, que instanciam esse conceito”. A noção de esquema tem uma longa tradição em psicologia, onde foi usada por Bartlett (1932) para denotar a organização de conhecimento na memória, tal noção foi retomada na década de 70 para denotar os aspectos cognitivos. Os esquemas são denominados também *scripts* ou *frames* (Van Dijk, p. 143, 2002).

A construção da significação é um eterno exercício de negociação envolvendo leitor, autor e obra. Para tanto, é necessário que o autor, ao propor a arquitetura de sentido presente no texto, forneça algumas pistas ao leitor, de modo que esse último possa atualizá-las.

1.3 A leitura documentária

Na leitura documentária, como em qualquer ato de leitura, existem os aspectos cognitivos do leitor que, no cumprimento de suas funções de indexador, analisa, identifica e seleciona conceitos que, mais adequadamente, representem o conteúdo de determinado texto, de forma a disponibilizá-lo, posteriormente, aos seus usuários.

Iniciando pelas questões do processamento da leitura, evidencia-se que na leitura documentária o leitor realiza o ato ascendente (tendo como elemento central o texto) e o descendente (ditando as regras e construindo, através do seu conhecimento prévio, o sentido do texto). A posição de leitor proficiente e não proficiente dependerá do *corpus* documental que ele terá de processar. Ao tratar um documento que traz informações que fogem ao seu léxico visual ele fará uma leitura pausada e segmentada⁷; de modo contrário, realizará uma leitura rápida, pois as informações farão parte do seu conhecimento enciclopédico.

Na leitura para fins profissionais a análise e síntese realizadas através da leitura dependem da compreensão, em primeira instância e, também, do domínio das técnicas gerais de análise documentária, conhecimento de análise de conteúdo, semiótica, lógica, epistemologia, teoria do conhecimento, assim como sua própria bagagem cultural. (García Guttierrez, 1990, p. 57).

⁷ Pressupondo que a leitura seja um processo altamente complexo, uma combinação de processos controlados e automáticos, ela pode ser desacelerada naturalmente quando pausas, resultantes de problemas ou pontos de relevância para o leitor, ocorrem (Cavalcanti, 1989, p. 38).

O conhecimento prévio das principais características da área de atuação do profissional é um fator relevante no resultado da leitura documentária, uma vez que o desconhecimento leva à incompreensão e a não-compreensão resulta em uma representação falha e inconsistente.

Kleiman (2004, p. 20) aponta algumas consequências relacionadas ao não-conhecimento de determinado assunto:

A pouca familiaridade com um determinado assunto pode causar incompreensão. Nesse caso, a incompreensão se deve à falhas no chamado conhecimento de mundo ou conhecimento enciclopédico, que pode ser adquirido tanto formalmente como informalmente. O chamado conhecimento de mundo abrange desde o domínio que um físico tem sobre sua especialidade até o conhecimento de fatos como “o gato é um mamífero”, “Angola está na África”, “não se deve guardar fruta verde na geladeira”, ou “na consulta médica geralmente há uma entrevista antes do exame físico”. Para haver compreensão durante a leitura, aquela parte do nosso conhecimento de mundo que é relevante para a leitura do texto deve estar ativada, isto é, deve estar num nível ciente, e não perdida no fundo de nossa memória.

Na leitura documentária os esquemas ativados pelos profissionais não podem estar vinculados somente a eventos típicos do cotidiano, mas devem estar relacionados a situações técnicas arquivadas na memória como conhecimentos prévios que são acionados no momento da leitura. Cintra (1987, p. 29-30) ratifica o entendimento exposto ao afirmar que a prática profissional do bibliotecário não exige que ele estoque na memória apenas seqüências de eventos como ocorre, freqüentemente, com os relatos da vida diária. O leitor profissional deve lançar mão de conhecimentos armazenados em sua memória os quais constituem uma espécie de quadro de referência, formado por uma rede multidimensional de unidades conceituais, a partir da qual o *input* visual é avaliado.

Para ilustrar tais argumentos pode-se utilizar, como exemplo, o caso de um texto jurídico cujos dizeres tratam da *guarda dos filhos e direito de visita*. Neste caso, o esquema dos bibliotecários da área lhes permite deduzir que houve uma separação judicial (litigiosa ou consensual) mesmo sem a expressão correspondente ser mencionada no texto. Porém, ao ler as demais partes do documento será possível constatar a veracidade da inferência produzida pelo esquema do leitor: é ou não uma separação litigiosa ou consensual e quais as causas da separação. Ademais, no esquema do documentalista há que haver informações de que os referidos conceitos provêm do Direito de Família. No caso específico, houve a separação do casal, por isso eles discutem quem ficará com a guarda dos filhos.

Os objetivos⁸ da leitura, somam-se aos conhecimentos prévios da área, como fatores que interferem no ato da leitura profissional, tendo em vista que objetivos bem definidos permitem lembrar mais e melhor aquilo que é lido (KLEIMAN 2004, p. 34). A definição de objetivos para a leitura documentária atua como facilitador da compreensão e determinação do assunto do documento (FUJITA, 2003b, p. 99).

Além dos objetivos de leitura, Lara (1994, p. 64) lista outros fatores que interferem no processamento da leitura documentária:

- informações referenciais;
- influências do contexto documentário;
- enciclopédia do documentalista;
- objetivos institucionais;
- terminologia e domínios.

⁸ A capacidade de estabelecer objetivos na leitura é considerada uma estratégia metacognitiva, isto é, uma estratégia de controle e regulamento do próprio conhecimento.

Em relação à compreensão da leitura, no âmbito documentário, Fujita (2003a, p. 56) admite que a compreensão seja condição para a leitura, não existindo leitura sem compreensão. Assim, o indexador necessita compreender o texto para identificar e selecionar conceitos e só fará a contento sua tarefa se houver compreensão.

Tanto a compreensão textual, como o conhecimento prévio e os objetivos de leitura são requisitos fundamentais presentes nas estratégias de leitura profissional. Assim, como os outros leitores, o indexador cria hipóteses, faz inferências, procura conhecer as estruturas textuais dos documentos. Enfim, seleciona meios estratégicos que o possibilitem interpretar e representar o conteúdo informacional dos documentos.

Tais meios estratégicos não dependem somente das características textuais, somam-se a eles os objetivos, convicção e conhecimento de mundo, quer se trate de conhecimento de tipo episódico, quer do conhecimento mais geral e abstrato. As estratégias cognitivas consistem em estratégias de uso do conhecimento, e esse uso, em cada situação, depende dos objetivos do usuário, da quantidade de conhecimento disponível a partir do texto e do contexto, bem como de suas crenças, opiniões e atitudes, o que torna possível, no momento da compreensão, reconstruir não somente o sentido intencionado pelo produtor do texto, mas também outros sentidos, não-previstos ou mesmo não-desejados pelo produtor. (KOCH, p. 50, 2006)

Na lição de Cintra (1987, p. 32), a seleção de estratégias durante a leitura, além dos “esquemas” prévios do leitor, depende de outros fatores como da sua experiência de leitura, ou da sua maturidade frente à tarefa de ler, do tipo de texto lido, da atenção mais concentrada em partes do texto, do grau de novidade do texto e até mesmo da motivação para ler.

Lara (1993, p. 55) aponta que a estratégia adequada para realizar a leitura documentária deve ser traçada de forma a fornecer, ao documentalista – além de regras documentárias propriamente ditas – referenciais indiretos para a melhor identificação das

informações brutas que permitam a reconstituição e interpretação de informação veiculada pelo texto. Tais referenciais são:

- a) a posse de um quadro de referência que permita a identificação tipológica do texto;
- b) o conhecimento aprofundado dos objetivos institucionais e dos perfis dos usuários;
- c) as terminologias de área, que constituem referenciais de enciclopédias necessárias à interpretação textual e discursiva.

A memória é outra base estratégica para a leitura. As informações de conhecimento prévio, e de mundo, os esquemas e as enciclopédicas de cada um são arquivados na memória, o que permite dizer que a estimulação da memória também é um item significativo para o leitor bibliotecário. Como é fácil notar, muitos documentos de uma biblioteca e centro de informação possuem assuntos e abordagens semelhantes que se repetem por muitas vezes. É claro que as bibliotecas possuem seus instrumentos de controle, porém, não se pode menosprezar as contribuições da memória no processo de leitura técnica e análise conceitual dos documentos.

O ideal seria que, a cada análise e representação documental, o leitor-indexador utilizasse estratégias de leitura documentária que lhe facilitassem atingir o seu objetivo. Entretanto, conforme afirma Fujita (2003b, p. 85), por realizar uma leitura com objetivos profissionais, o indexador sofre a pressão da falta de tempo, devido à grande quantidade de material que necessita ler. Com isso, muitas vezes, algumas estratégias de leitura poderão ser deixadas de lado.

Dentre as estratégias mais usuais de leitura documentária podem ser citadas: ler sumários, títulos, introduções, apresentações, conclusões. Naturalmente, o leitor profissional se vale do domínio de tipologias documentárias e de terminologias das áreas

técnicas, bem como de conhecimento das estruturas textuais dos documentos da sua área de atuação, adicionados a elementos estratégicos, comuns a todos os leitores.

Pelas lições dos autores citados nota-se como é fundamental a figura dos elementos estratégicos na leitura documentária. Para ilustrar a ativação desses elementos, pelo leitor bibliotecário, apresenta-se o exemplo abaixo:

“Embargos Infringentes – Alimentos – Ilegitimidade Passiva do Espólio – Carência de Ação Decretada de Ofício.
O espólio é parte ilegítima para responder a ação de alimentos.
Somente pessoas que procedem do mesmo tronco ancestral devem alimentos, excluindo-se os afins, por mais próximo que seja o grau de afinidade”. (Ementa de acórdão do Tribunal de Justiça do Paraná. Fonte: <http://www.tj.pr.gov.br>).

Analisando a ementa acima à luz das estratégias mencionadas, tem-se:

- O conhecimento prévio e de mundo do leitor cria uma hipótese relacionada à palavra “alimentos”, o que o leva a inferir que houve uma separação judicial ou divórcio.
- No entanto, a palavra “espólio”, que faz parte da terminologia da área, remete para a inferência de que o devedor dos alimentos faleceu.
- Com base, ainda, no conhecimento da área, o trecho “o espólio é parte ilegítima” faz o leitor concluir que o espólio não pode figurar na ação de alimentos. E da mesma forma, o fragmento afirmatório de que “somente as pessoas do mesmo tronco ancestral devem alimentos”, leva o indexador a traduzí-lo da seguinte forma: somente os herdeiros do devedor devem alimentos.

As estratégias citadas foram selecionadas somente na leitura da ementa, ao ler o relatório e voto que são outras partes do acórdão, o leitor valida ou refuta suas hipóteses e

inferências. No caso explicitado, vê-se que não se trata de uma separação judicial ou divórcio, mas de uma investigação de paternidade, na qual a mãe do menor pleiteia alimentos do espólio. Contudo, o espólio não é parte legítima para responder à ação de alimentos. Portanto, algumas hipóteses construídas são confirmadas, outras não. A validação e refutação das hipóteses são fatores importantes para a compreensão e interpretação global do documento. Após a compreensão e construção de sentido, o leitor profissional está, em tese, apto a representar o documento e adaptar seu conhecimento às linguagens dos sistemas e dos usuários.

No exemplo acima, o profissional valida ou refuta suas hipóteses ao ler o texto integral. Todavia, cabe salientar que sendo, em alguns casos, um leitor proficiente, o indexador fará suas inferências e adivinhações antes mesmo do término da leitura do texto. Tal estratégia é referida por Van Dijk (2002, p. 178) ao afirmar que um dos aspectos mais importantes do processamento estratégico é que a informação ativada e recuperada não necessita ser completa. O usuário de língua adivinha o tópico a partir de um mínimo de informações textuais provenientes das primeiras proposições. Segundo o autor essas “informações textuais” estão presentes nos títulos, palavras temáticas, sentenças iniciais e outras informações provindas do contexto (idem, p. 30). Dessa afirmação conclui-se, que o mínimo de informação ativada para o leitor será aproveitável para a atividade de leitura, seja ela provinda do conhecimento prévio, ou de esquemas e enciclopédias pessoais. Observa o autor que basta um desses elementos ser ativado para que se efetive o processamento da leitura.

Parafraseando a idéia de Van Dijk pode-se dizer que o leitor-indexador que conhece a terminologia, os tipos documentais e sua estrutura textual, em alguns momentos, dispensará a leitura integral do texto, pois seus conhecimentos prévios permitirão fazer inferências e

adivinhações que culminarão na identificação e seleção dos conceitos existentes no documento. As estratégias de adivinhação ou inferências podem facilitar as atividades de leitura técnica, tendo em vista que ao fazer simultaneamente inferências/adivinhações e validações/refutações em cada parágrafo ou bloco do texto, o indexador reconhece os conceitos que determinam o conteúdo do documento e, também, aqueles que, embora sejam citados e mencionados ao longo do texto, não expressam seu conteúdo para fins de recuperação da informação.

É provável que algumas das operações estratégicas apontadas anteriormente sejam realizadas pelo leitor profissional, mesmo que de modo inconsciente. Conforme aponta Fujita (2003a, p. 15): “pela própria naturalidade com que se realiza a leitura, supõe-se que o indexador não tenha plena consciência do processo que envolve seu conhecimento sobre texto e seu contexto de trabalho”. Para a autora, o indexador não consegue atentar para a obviedade de que a fase inicial da indexação, a análise de assunto, realiza-se pela leitura e que condições específicas para o desenvolvimento desse processo, como conhecimento prévio e estratégias construídas durante sua vida, têm importância fundamental.

Desse entendimento pode-se dizer que, ao utilizar conscientemente os parâmetros estratégicos de leitura, o indexador pode construir resultados mais positivos e satisfatórios, além de contribuir com a agilidade e rapidez da leitura, tendo em vista, que o fator tempo *versus* quantidade de documentos constitui um percalço no ofício dos indexadores.

Restringindo a questão ao fazer do bibliotecário jurídico, observa-se que mesmo tendo ele consciência de usar as estratégias de leitura, não existe um método que o direcione para as questões relevantes do documento.

1.4 A leitura de textos jurídicos

A característica da leitura profissional está na ação pró-ativa do indexador que analisa, sintetiza e organiza a informação, mediando a relação entre os documentos (autores) e as pretensões e necessidades dos usuários. Na análise dos documentos jurídicos, a atuação do indexador, também, antecipa, interpreta e representa os atos, leis e demais fontes jurídicas utilizadas pelos aplicadores do Direito. Busca-se, nesse item, fazer considerações e ressalvas sobre o ato de ler dos bibliotecários da área jurídica.

De um modo geral, algumas particularidades do “conhecimento prévio jurídico” são comuns aos cidadãos informados e, no caso dos bibliotecários jurídicos, serão naturalmente acrescidos aos seus esquemas mentais os termos e situações presentes nos documentos e nas solicitações dos usuários. Kelsen (2000, p. 2) apresenta em sua “Teoria pura do direito” alguns atos e seus significados jurídicos, que podem ser exemplificados para ilustrar a especificidade necessária ao conhecimento do bibliotecário jurídico:

Numa sala encontram-se reunidos vários indivíduos, fazem-se discursos, uns levantam as mãos e outros não; significado: foi votada uma lei. Tanto o cidadão comum como o bibliotecário conhece essa cena como a votação de uma lei no Congresso Federal, mas para a atuação profissional desse último somente essas informações são insuficientes. Assim, em sua atuação diária, no tratamento dos documentos e na convivência com os especialistas, seu esquema será acrescido de informações de que após a votação há a sanção ou veto pelo Presidente da República⁹. E se aprovada essa lei, dependendo da sua aplicabilidade, será utilizada pelos cidadãos para pleitear direitos nos órgãos judiciais. Tais órgãos interpretarão e aplicarão artigos dessa e de outras leis em suas decisões. Existe também, a hipótese dessa lei ser fonte de estudos e discussões doutrinárias. Enfim, o conhecimento comum e básico jurídico, via de regra, o bibliotecário possui, e esse será aprimorado na sua atuação diária, em seus estudos e no uso de

⁹ Com as exceções aplicadas às Medidas Provisórias e Decretos Executivos que são votados nas casas legislativas, sendo sancionadas somente pelo poder executivo, isto é, pelo Presidente da República.

instrumentos que o auxiliem a compreender a terminologia da área. O mesmo ocorre no seguinte caso: *Um indivíduo, de hábito talar, pronuncia de cima de um estrado, determinadas palavras em face de outro indivíduo que se encontra de pé à sua frente. Significado: foi ditada uma sentença judicial.* A cena de um julgamento é comum nos esquemas das pessoas, porém, em tese, esses esquemas são aqueles de testemunhas sendo interrogadas pelos advogados diante de um juiz mudo e impassível, armado de martelinho, que tenta acalmar a exaltação dos jurados. Na convivência com a comunidade jurídica o bibliotecário terá possibilidade de constatar que tal julgamento é comum nos tribunais de júri, em julgamentos criminais. Nas demais áreas do Direito, grosso modo, as audiências e julgamentos são proferidos com a participação das partes e seus advogados, diante de um funcionário do Poder Judiciário (juiz ou conciliador), que se pronuncia em relação à lide que lhe foi proposta.

Com a idéia de Kelsen percebe-se que, pela própria condição do homem viver em sociedade, sob as constantes intervenções de leis e regras impostas pelo Estado, é comum ter um conhecimento básico do Direito. Porém, para o tratamento da documentação jurídica e atendimento aos especialistas da área, o bibliotecário necessita especializar-se para aprofundar tal conhecimento.

Mesmo sem mencionar diretamente o profissional bibliotecário Maciel (2001, p. 21) atesta a importância do conhecimento da terminologia jurídica:

Ora, a terminologia jurídica é de capital importância tanto dentro do universo do Direito, como fora dele, porque é através da linguagem que os conceitos que presidem o ordenamento da sociedade se conformam, se estabilizam e se transmitem. Para o profissional, a familiaridade com o conteúdo e a forma dos termos jurídicos permite o acesso à área; para o leigo, sua compreensão contribui para a observância das normas que garantem a ordem e a convivência harmônica na sociedade.

Para que o acesso à área aconteça, como a autora bem salientou, é necessário familiarizar-se com o conteúdo e a forma dos termos jurídicos e, também, dos tipos documentais jurídicos. Neste sentido, o primeiro ponto importante, no tocante aos tipos

documentais, relaciona-se com a estrutura textual: cada texto/documento jurídico tem uma característica que atende a uma superestrutura particular: doutrina, legislação e jurisprudência. Cada gênero textual possui particularidades extrínsecas¹⁰ e intrínsecas que devem ser analisadas no momento da leitura documental.

Ao entender o funcionamento dos trâmites legais, conhecer os gêneros documentais da área e compreender o significados dos conceitos jurídicos, o bibliotecário terá, em tese, condições para indexar a documentação legal. Além disso, ao dominar a estrutura textual da documentação jurídica o bibliotecário poderá monitorar sua leitura e terá condições de identificar determinada informação em partes específicas do documento.

Esse entendimento afina-se com a lição de Cintra (1987, p. 33) quando afirma que o leitor documentalista deve buscar detectar a estrutura do texto e ao fazê-lo captará melhor as idéias principais do texto, ao contrário daquele leitor que lê sem se apoiar na estrutura textual e nos seus conhecimentos prévios para inferir significados, e levantar hipóteses que o ajudam a apreender a temática global. Para Cintra o apoio na estrutura textual permite ao leitor ser seletivo e alocar atenção a trechos importantes.

No mesmo sentido Kobashi (1989, p. 33) enfatiza que a estrutura textual reflete o arranjo utilizado pelo autor para a apresentação das informações e tais arranjos se apresentam como “esquemas formais de organização de textos”, a partir dos quais podem-se identificar traços básicos que os caracterizam. Assim, o reconhecimento da tipologia dessas organizações e a identificação de superestruturas textuais conduzem às partes mais significativas do documento.

¹⁰ “Cada tipo particular de texto jurídico tem uma feição própria que o distingue dos outros textos. Dessa maneira, a disposição na página, a estruturação do conteúdo, as preferências léxicas e sintáticas, os sinais tipográficos, o espaçamento, a numeração das seções e das páginas, entre outros detalhes formais, configuram um estilo próprio que não permite que sejam confundidos, mesmo visualmente, a certidão de óbito com o depoimento da testemunha no tribunal”. (MACIEL, 2001, p. 120).

De acordo com Martinez e Guimarães (2008, p. 70), conhecer a estrutura textual de um documento pode facilitar, e muito, a compreensão de leitura, visto que o leitor poderá identificar, de imediato, em qual parte do texto se encontra a informação que deseja.

Graças a Van Dijk e Kintsch (1983), difundiu-se a idéia de que todo texto possui uma organização que denominam de superestrutura textual. Assim é possível caracterizar um documento pela sua organização, com base num esquema estrutural, que pode monitorar a leitura de profissionais, integrando as informações exploradas no texto àquilo que é central. Dessa forma, distintas características de estruturas para a organização do conteúdo textual fornecem importantes subsídios ao conhecimento de leitores e escritores, facilitando a previsão. Quanto mais o leitor se familiariza com diferentes tipos de texto, mais experiente e hábil se torna para lê-los. (FUJITA, 2003a, p. 66, 119).

Para Canale & Swain (1981, p. 27), citados por Cavalcanti (1989, p. 36), a competência comunicativa para a leitura está relacionada à habilidade gramatical (conhecimento de itens gramaticais, regras morfológicas, sintáticas e semânticas). No que concerne à leitura de textos jurídicos, a competência é influenciada pelo conhecimento da terminologia da área e das tipologias documentais.

Revestido dessas habilidades intelectuais, o profissional adquire condições para desempenhar sua função de análise e representação documental. Entretanto, para que tais atos gerem representações e recuperações adequadas aos usuários da comunidade jurídica, é importante que o bibliotecário tenha parâmetros que o oriente na leitura de documentos relativos à jurisprudência, doutrina e legislação. Como em toda atividade biblioteconômica na área jurídica também não há tempo e necessidade de ler tudo; basta, em geral, atentar-se para as particularidades de cada documento.

Vale acrescentar que, durante a leitura dos documentos jurídicos, os bibliotecários podem seguir os procedimentos estabelecidos na Norma 12.676, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (1992, p. 2), a qual pondera três fases ou estágios para a indexação:

- “a) exame do documento e estabelecimento do assunto de seu conteúdo;
- b) identificação dos conceitos presentes no assunto;
- d) tradução desses conceitos nos termos de uma linguagem de indexação.

Recomenda ainda a leitura das seguintes partes:

- a) título e subtítulo;
 - b) resumo, se houver;
 - c) sumário;
 - d) introdução;
 - e) ilustrações, diagramas, tabelas e seus títulos explicativos;
 - f) palavras ou grupo de palavras em destaque (sublinhadas, impressas em tipos diferentes, etc);
 - g) referências bibliográficas
- (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 1992, p.2)” .

Ao analisar as recomendações estabelecidas pela Norma acima, percebe-se que as fases de indexação podem ser aplicadas na análise e leitura das diferentes manifestações da

documentação jurídica. Contudo, o mesmo não acontece com a recomendação de leitura, a qual apresenta partes documentais que, no âmbito do Direito, são inerentes somente à Doutrina.

Quanto à profundidade e forma de leitura Atienza (1979, p. 132) pondera que a leitura do texto na íntegra é necessária para a apreensão exata do assunto ou assuntos identificados nos documentos. No entanto, percebe-se, como até a própria norma prescreve, a impraticabilidade de ler os textos na íntegra¹¹, devido a fatores relacionados a tempo e quantidade de documentos que os bibliotecários devem ler.

Em reforço a essa idéia, pode-se retomar Lancaster (2004, p. 24) quando diz que ao indexador raramente é dado o luxo de poder ler um documento atentamente do começo ao fim, uma vez que a exigência de indexar determinada quantidade de itens por dia haverá, de lhe impor que se satisfaça comumente com uma leitura que estará longe de ser completa¹². Ele recomenda estabelecer um misto de ler e ‘passar os olhos’ pelo texto. Foskett (1973, p. 23), por sua vez, ao indagar como se pode determinar o assunto de um documento, também, afirma que o obvio seria lê-lo na íntegra, no entanto, não há tempo para ler na íntegra todo o documento acrescentado ao acervo, e mesmo que se dispusesse de tempo, talvez não se compreendesse o conteúdo.

A questão da compreensão do conteúdo dos documentos é mesmo um fator delicado para a leitura dos documentos jurídicos, pois muitas vezes ocorrem dúvidas sobre os

¹¹ A leitura na íntegra dos documentos é uma questão discutível e variável por estar relacionada a política de indexação do local. Por exemplo, os profissionais do STJ lêem os acórdãos na íntegra para criar o que eles denominam resumo estruturado, um método de indexação elaborado com a técnica do professor José Augusto Guimarães alicerçada no Entendimento Fático, Entendimento Jurídico e Fundamento, bases da Teoria Tridimensional do Direito, idealizada por Miguel Reale.

¹² Neves, Dias e Pinheiro (2006, p. 142) lembram que a leitura dos documentos na íntegra demandaria um tempo de que o bibliotecário não dispõe. Com isso ele é instruído a ater-se a partes do documento, tais como o título e o resumo. Com o desenvolvimento dos modelos propostos nessa pesquisa pretende-se ampliar o número das partes dos documentos que devem ser lidas.

conceitos da área, ou sobre o que ler para subsidiar a representação no momento da indexação dos documentos legais, além da incerteza na adequação da resposta dada à solicitação do usuário, ou à insegurança diante das exigências dos operadores do Direito. Porém, tais agentes inibidores da atuação dos profissionais da biblioteconomia jurídica podem ser combatidos com estudos e pesquisas no âmbito da organização, análise dos documentos, definição e compreensão da linguagem e terminologia da área.

Ressalva-se ainda que, a rigor, existem diferentes tipos de usuários, bibliotecas e Centros de Informação jurídicos. Portanto, há exigências e necessidades, também, particulares. Apesar de ter explicitado sobre a não leitura da íntegra dos documentos, não se rejeita a hipótese de determinada Instituição regulamentar a necessidade de leitura integral das fontes jurídicas. Logo, a elaboração de um instrumento único, para tratamento da informação jurídica, não influenciaria na individualidade das Instituições e de suas políticas de indexação.

Deste modo, frente às questões estabelecidas: distinções entre as formas dos documentos legais; recomendações técnicas cabíveis para um tipo documental; dúvidas suscitadas em relação às quais partes do documento se deve priorizar no ato da leitura; necessidade ou não de ler o texto integral; e dúvidas concernentes à compreensão dos conceitos da área, é necessário estabelecer métodos que guiem a leitura do bibliotecário no tratamento dos documentos jurídicos. Na presente pesquisa tais métodos serão apresentados no âmbito dos documentos jurisprudenciais. Para tanto, antes apresentar-se-ão algumas considerações teóricas da indexação, como o resultado concreto do ato de leitura técnica realizada pelo bibliotecário.

CAPÍTULO II - REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DOS TEXTOS DE ESPECIALIDADE: A QUESTÃO DA INDEXAÇÃO

2.1 Considerações iniciais

No capítulo anterior tratou-se dos pormenores do ato de leitura para fins documentários. Como foi dito, o bibliotecário, ao ler para fins profissionais de indexação busca definir qual ou quais são os assuntos que sintetizam o teor dos documentos para uma recuperação posterior. Mas afinal o que é indexação? O que a caracteriza para ser tratada como a “menina dos olhos da Biblioteconomia”? E como extrair o assunto principal de um documento?

Antes de responder essas indagações, convém apresentar a abordagem da palavra representação neste trabalho.

Conforme os ensinamentos de Peirce (1977, p. 61) representar é “estar em lugar de”, é estar numa tal relação com outro que, para certos propósitos, é considerado por alguma mente como se fosse esse outro.

Moscovici (2005, p. 46), em seu trabalho sobre as representações sociais, admite que a representação = imagem/significação, ou seja, a representação iguala toda imagem a uma idéia, e toda idéia a uma imagem. Para o autor o verbo representar significa trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma nacionalidade e da integridade normativa do grupo (idem, p. 216).

Para São Tomás de Aquino “representar algo significa conter a semelhança da coisa” (apud ABBAGNANO, 1999, p. 853).

Na presente pesquisa, representar tematicamente os textos de especialidade é utilizar códigos que estarão no lugar dos textos, de uma forma que a idéia/mensagem dos códigos seja semelhante ao texto original. Pois, como afirma Moscovici, o processo de representação envolve a codificação (idem, p. 62), e essa codificação será estabelecida pelas linguagens documentárias.

Portanto, a representação pode ser compreendida como uma tentativa do bibliotecário selecionar alguns trechos e/ou palavras que se identifiquem com o tema ou idéia do documento, para, em seguida, simbolizá-los por termos existentes nas linguagens documentárias. Porém, cumpre ressaltar, que os termos selecionados são usados para “representar” a informação do documento, não de uma forma precisa como uma operação matemática onde $x = x$, mas com uma margem de erros e imprecisões, pois mesmo que o bibliotecário conheça a terminologia de sua área de atuação, ele não terá o conhecimento do especialista. Com isso, será difícil representar “de igual por igual” a informação de um documento.

Deste modo, a representação aqui se restringe ao contexto da representação documentária que, sob o ponto de vista de Lara (1993), pode ser abordada a partir do conceito de Peirce. No entender da autora, as representações documentárias são construções desenhadas a partir dos valores admitidos em cada caso e são interpretações sujeitas à revisão.

Tal afirmação é verdadeira, até porque, na representação documentária, às vezes, a palavra indexada não está necessariamente no texto, mas a idéia está subentendida e, com isso, a representação pode acrescentar “informações ausentes” no texto. Com efeito, acréscimos dessa natureza estão sob interpretação do indexador.

2.2 Indexação: conceitos teóricos

Sabe-se que a indexação é a tradução de conceitos de linguagem natural para uma linguagem controlada. Na indexação, grosso modo, o indexador lê o documento (utilizando, embora de modo intuitivo, os aspectos cognitivos mencionados no capítulo 1), a fim de identificar conceitos que representem o assunto, para em seguida, simbolizar e retratar tais conceitos por meio de linguagens documentárias. Tais procedimentos destinam-se à organização e à recuperação da informação.

Na literatura da Biblioteconomia e Ciência da Informação, relacionada à organização e tratamento da informação, a atividade de analisar, identificar e extrair conceitos relevantes e representá-los por meio de símbolos, utilizando uma Linguagem Documentária, é denominada pelos autores como Análise Documentária – AD, Análise Documental, Análise de Assunto, entre outros¹³. Na presente pesquisa o que será abordado da AD é sua fase concernente à identificação e representação de conceitos, isto é a fase da Indexação, uma vez que a Indexação como operação concreta da AD, é a fase que realiza as atividades de análise, síntese e tradução documental. Desse modo, adota-se o termo Indexação para referir-se às atividades que culminam na representação e organização temática do item documentário.

Na perspectiva de Chaumier (1988, p. 63) indexação é a parte mais importante da análise documentária, dado que uma indexação inadequada ou insuficiente representa 90% das causas essenciais para a aparição de “ruídos” ou de “silêncios” na localização de informações. Para o autor, por meio da indexação, identificam-se os conceitos embutidos

¹³ O processo de Análise de Assunto pode ser denominado de Análise Temática, Análise Documentária, Análise Conceitual ou mesmo Análise de Conteúdo (FUJITA, 2003b, p. 68).

nos documentos, descrevendo os por meio de LDs e condicionando-os para uma posterior recuperação.

Há dois estágios¹⁴ no processo de indexação. No primeiro, o *analítico*¹⁵ é realizada a compreensão do texto como um todo, a identificação e a seleção de conceitos válidos para a indexação; no segundo, a *tradução*, é feita a representação de conceitos por termos de uma linguagem de indexação (FUJITA, 2003a). Segundo a autora, o primeiro estágio consiste na análise do assunto que se subdivide em: compreensão do conteúdo, identificação dos conceitos para representar o documento e seleção dos conceitos para a recuperação. Ela afirma ainda que a análise do assunto é a etapa mais importante da indexação por selecionar os conceitos que representam a essência de um documento.

Ainda conforme Fujita (2003a, p.16), na análise de assunto o indexador tem como tarefa a extração de conceitos significativos do conteúdo textual expresso por termos que, uma vez isolados do contexto do texto, devem representá-lo de tal forma que um usuário, em uma situação de busca por aquele determinado assunto, em qualquer tempo, possa recuperar o texto por meio desses mesmos termos. Dessa forma, a indexação na análise documentária é reconhecida como a parte mais importante, porque condiciona os resultados para uma estratégia de busca cujo resultado bom ou mau tem claro reflexo na recuperação da informação (idem, p. 32).

Na lição de Bates apud Lancaster (2004, p. 10):

O desafio para o indexador é tentar antecipar quais os termos que as pessoas que possuem lacunas de informação de vários tipos

¹⁴ Kobashi (1996) apresenta o mesmo processo de elaboração de informações documentárias em três fases: ler um texto, selecionar as informações pertinentes do conteúdo informacional e representar as informações selecionadas.

¹⁵ As várias fases do processo analítico apresentam uma complexidade considerável, pois não se trata de adquirir os documentos e armazená-los numa ordem lógica. A documentação é memória, seleção de idéias, reagrupamento de noções e de conceitos, síntese de dados. Trata-se de triar, de avaliar, de analisar, de “traduzir”, de encontrar respostas para necessidades específicas. (CINTRA et al 1996, p. 39).

procurariam nos casos em que o registro de que dispõem, de fato, fica a meio caminho de satisfazer a necessidade de informação do usuário. Quando se pensa em tal desafio, é possível perceber que se trata de algo muito peculiar. Quais os tipos de necessidades de informação que as pessoas teriam e as levariam a querer informações que o registro, de fato, contém?

O profissional indexador que, em sua grande maioria, não é o especialista na área, deverá presumir quais procedimentos o usuário utilizará para buscar determinada informação, o que ele pensaria ou como procuraria tal assunto e quais conceitos ele utilizaria em sua busca.

Cesarino e Pinto (1980, p. 32), fazendo coro com outros autores, enfatizam que a análise de assunto é a operação base para todo o procedimento de recuperação da informação, já que ao analisar um documento tem-se um contato inicial com a mensagem/assunto do texto e, só após etapas criteriosas de leitura e seleção de conceitos é possível identificar o assunto de um documento.

Conforme Cesarino e Pinto (1980) e Chaumier (1988), o estabelecimento do assunto de um documento pode ser dividido em quatro etapas.¹⁶: 1 – compreensão do texto; 2 – identificação dos conceitos; 3 - seleção de conceitos válidos para a indexação; 4 - seleção dos conceitos escolhidos.

O quesito compreensão é um fator preponderante na atividade de indexação, uma vez que somente com a compreensão do tema do texto é possível identificar e selecionar conceitos. Contextualizando tal realidade para a área jurídica registra-se, mais uma vez, a importância do bibliotecário dominar a terminologia e os conceitos do Direito, bem como, os tipos documentais e as tipologias textuais.

¹⁶ Lancaster (2004, p. 9) simplifica o processo de indexação a duas etapas: análise conceitual e tradução.

A Figura 1, a seguir, apresenta de forma esquemática as etapas do processo de indexação que, sob alguns aspectos, são comuns no processo de recuperação da informação. Quando o operador jurídico solicita uma pesquisa, há necessidade, por parte do bibliotecário, de compreender os conceitos e definições da área, para, em seguida, estabelecer os métodos de pesquisa, identificar e seleccionar quais os conceitos que utilizará na sua busca. Após essa etapa, o profissional inicia as pesquisas nas bases de dados e, por muitas vezes, recorre aos instrumentos que foram utilizados na representação da informação: *thesauri* e vocabulários do sistema. Ao término de tais atividades tem-se a recuperação da informação.

Fonte: Adaptado de Chaumier (1988, p. 76)

Figura 1: Processo de indexação e recuperação da informação

É de se salientar ainda que a indexação entendida como tradução do assunto do documento de uma linguagem natural para uma linguagem documentária é apenas o resultado final de um processo que inclui outras etapas, talvez mais importantes, como são a leitura técnica, a análise e compreensão, a identificação e seleção dos conceitos.

2.3. Política de indexação

Os acórdãos, as decisões judiciais e outras fontes legais são documentos comuns à comunidade jurídica, sejam advogados, magistrados, estudantes da Ciência do Direito e estagiários. No entanto, apesar de conhecerem, utilizarem e consultarem as mesmas fontes legais existem, em meio a essa comunidade, usuários, instituições e necessidades distintas que devem ser analisadas no momento da indexação.

O Quadro 1 relaciona a categoria usuário com Instituição e fontes de informação.

INSTITUIÇÃO	USUÁRIO	FONTES DE INFORMAÇÃO
1. Entidades docentes Faculdades de Direito Institutos de pesquisas jurídicas	Professores Estudantes Pesquisadores	Doutrina Legislação Jurisprudência
2. Entidades vinculadas ao Poder Executivo Congresso Nacional	Presidente da República Deputados Senadores	Legislação Jurisprudência Doutrina

Câmara dos Deputados Planalto Ministério da Justiça	Ministros Assessores dos ministros	Legislação
3. Entidades vinculadas ao Poder Judiciário Tribunais Superiores Tribunais de Justiça Tribunais Regionais Varas (Cíveis, Criminais, da Fazenda Pública) Ministério Público Conselho da Justiça Federal	Juízes Magistrados Advogados Litigantes	Jurisprudência Legislação Doutrina
4. Entidades vinculadas a associações profissionais Ordem dos Advogados Associação de Advogados Tribunais de Ética Profissional – TEP	Advogados Estagiários	Legislação profissional Jurisprudência – Tribunal de Ética Profissional Doutrina
5. Entidades advocatícias Escritórios de advocacia Consultorias jurídicas	Advogados Estagiários Clientes	Doutrina Legislação Jurisprudência Petições Contratos

Fonte: Adaptado de LICDA et al, (1991, p. 158).

Quadro 1: Categoria de usuários

Barité e Guimarães (1999, p. 77-8) apresentam uma classificação calcada nos tipos de fontes informacionais e nas divisões do Direito em:

- Bibliotecas jurídicas gerais, que agregam documentos de qualquer tipo, fonte e procedência, referentes ao Direito;
- Bibliotecas jurídicas especializadas por áreas, podendo ser uma biblioteca de Direito Comercial ou de Direito Penal;
- Bibliotecas jurídicas especializadas por fontes do Direito, como o caso de uma biblioteca que concentra somente documentos de legislação;
- Bibliotecas mistas, onde a especialidade jurídica é compartilhada com outras disciplinas, como a Administração, a Economia, a Sociologia, etc.;
- Bibliotecas especializadas em outros domínios temáticos, onde os documentos de Direito, ainda assim, têm um peso significativo na coleção geral.

Analisando a classificação das bibliotecas, percebe-se que, apesar de serem específicas do Direito, cada qual tem sua funcionalidade, seus usuários e suas fontes de informação. Assim, cabe ao bibliotecário atentar-se à política de indexação da instituição e às necessidades dos usuários que podem divergir entre uma instituição e outra, devido à área do Direito em que operam.

Para Fuijta (2003, p. 42):

A seleção do assunto ou informação relevante sofre a influência da política de indexação do sistema de informação ao qual se insere o indexador. A instituição decidirá se o tema extraído do documento será o mais específico, ou se considerará um nível mais genérico, baseando-se no perfil do usuário que estabeleceu atender.

Na lição de Lara (1993, p. 51), o leitor documentalista defronta-se com restrições impostas pela inserção do seu trabalho num espaço institucional, devendo desenvolver a leitura voltada à produção de construções documentárias pertinentes aos objetivos da entidade e, ao mesmo tempo, adequadas às necessidades específicas dos usuários. É a partir da instituição, de sua organização e objetivos que se determinam os paradigmas de pertinência da informação. Dessa forma, compete ao bibliotecário ter discernimento ao aplicar qualquer instrumento ao seu trabalho e adaptá-lo às necessidades da entidade na qual está inserido. Para a autora, a instituição condicionará também o nível de leitura que será feita do texto: áreas especializadas – que produzem terminologias bastante específicas e diferenciadas – requerem leituras mais acuradas (muito embora apresentem, provavelmente, textos mais estruturados, com terminologia mais sistematizada que facilitam a tarefa) e áreas mais abrangentes, leituras mais superficiais e generalizantes. (idem, 1994, p. 59).

No que concerne à área do Direito, concorda-se em pleno grau com a autora. Há, sim, que se fazer leituras meticolosas, no entanto, quanto à facilidade de tal tarefa, por ser uma área especializada, estruturada e sistematizada, entende-se que essa “facilidade” poderá ser ocultada se houver desconhecimento da área pelo profissional bibliotecário.

Nas políticas de indexação estabelece-se, também, o grau de especificidade ou generalidade. Em outras palavras, estipula-se se o nível da indexação terá graus de “profundidade” ou “superficialidade”.

Delineando sobre a da política de indexação Carneiro (1985, p. 222) atesta que para estabelecê-la, deve-se levar em conta alguns fatores tais como: identificação da organização à qual estará vinculado o sistema de indexação; a identificação da clientela a que se destina o sistema e os recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Conforme Lancaster (2004, p. 10), quanto mais especializada a clientela de um centro de informação, maior a probabilidade de que a indexação possa e deva ser feita sob medida, ajustando-se com precisão aos interesses do grupo.

As questões relacionadas à instituição e à clientela foram tratadas nos parágrafos anteriores, no entanto, destaca-se, mais uma vez, a questão das diferenças entre as necessidades dos usuários. Advogados, juízes e promotores terão necessidades mais complexas se comparadas com as de estudantes de graduação ou estagiários. Pesquisadores e estudiosos terão necessidades mais teóricas, mais filosóficas que práticas. Desse modo, os sistemas e políticas de indexação devem modelar-se pelas experiências e práticas de seus usuários.

Ainda segundo Lancaster (2004, p. 9), uma indexação de assuntos eficiente implica que se tome uma decisão não somente quanto ao que é tratado num documento, mas também quanto ao provável interesse para determinado grupo de usuários. Em sua concepção um mesmo documento será indexado de modo bastante diferente nos distintos centros de informação, se os grupos de usuários estiverem interessados em um documento por diferentes razões.

Concorda-se com a posição de Lancaster quanto ao fato de um mesmo documento possuir representações diferentes devido aos interesses diversos dos usuários, todavia, vale ressaltar que tal representação, também, se fará de alguma maneira desigual devido à bagagem do indexador: conhecimento prévio, domínio da terminologia e conceitos, entre outros fatores destacados no capítulo 1.

Dentro dessa questão destaca-se também o fator coerência entre os indexadores atuantes na mesma instituição, uma vez que a falta de coerência entre eles pode interferir na qualidade da indexação. Para Lancaster (2004, p. 68) é mais do que evidente que a

indexação corresponde a um processo subjetivo e não objetivo. Duas pessoas possivelmente divergirão a respeito do que trata uma publicação, quais aspectos merecem ser indexados, ou quais os termos que melhor descrevem os temas selecionados. Nota-se assim que, mesmo existindo uma política de indexação estruturada, pode haver divergências entre os indexadores, o que é natural, pois cada indexador possui seu ponto de vista, sua bagagem de conhecimento e sua própria história. A solução para tal situação seria que ao divergirem sob qual aspecto deve ser indexado um documento, ou quais os termos que o representam melhor, os indexadores decidissem qual aspecto ou conceito ficaria melhor para o seu cliente e usuário. O quadro abaixo aponta algumas questões que intervêm na qualidade da indexação:

<p>Fatores ligados ao indexador</p> <p>Conhecimento do assunto</p> <p>Experiência</p> <p>Concentração</p> <p>Capacidade de leitura e compreensão</p> <p>Fatores ligados ao vocabulário</p> <p>Especificidades/sintaxe</p> <p>Ambigüidade ou imprecisão</p> <p>Qualidade de vocabulário de entradas</p> <p>Qualidade da estrutura</p> <p>Disponibilidade de instrumentos auxiliares afins</p>	<p>Fatores ligados ao documento</p> <p>Conteúdo temático</p> <p>Complexidade</p> <p>Língua e linguagem</p> <p>Extensão</p> <p>Apresentação e sumarização</p> <p>Fatores ligados ao ‘processo’</p> <p>Tipo de indexação</p> <p>Regras e instruções</p> <p>Produtividade exigida</p> <p>Exaustividade da indexação</p> <p>Fatores ambientais</p> <p>Calefação/refrigeração</p> <p>Iluminação</p> <p>Ruído</p>
--	--

Fonte: Lancaster (2004, p. 89)

Quadro 2: Fatores que podem afetar a qualidade da indexação

Como se pode notar o quesito política de indexação engendra algumas questões e polêmicas, entre elas, o número de termos utilizados; o instrumento de controle que seria mais adequado; a manutenção da coerência entre dois ou mais indexadores etc., do que se deduz ser difícil estabelecer uma regra ou política ideal. Parafraseando as palavras de Grice (1967), citado por Van Dijk (2002, p. 48) pode-se dizer que a indexação deve respeitar princípios comunicativos mais gerais, tais como: ser informativa (nem demais, nem de menos); ser relevante, com respeito ao conteúdo do documento; ser breve; ser suficientemente clara.

CAPÍTULO III - REPRESENTAÇÃO TEMÁTICA DOS TEXTOS DE ESPECIALIDADE: A QUESTÃO DA TERMINOLOGIA

3.1 Considerações iniciais

Nos conceitos do léxico lingüístico a linguagem jurídica pode ser considerada exclusiva, codificada, rebuscada e densa. Esses fatores de especialização da terminologia não são comuns apenas aos termos jurídicos. Cabré (1999) delineia que as comunicações especializadas, além de conter um determinado número de palavras funcionais e léxicos na linguagem comum, contém os termos peculiares e próprios da temática que tratam. A autora enfatiza ainda que os textos especializados caracterizam-se por uma configuração global específica, diferente da apresentação de outros discursos, porque não contêm determinados recursos lingüísticos freqüentes em outras situações de comunicação e porque apresentam recursos não-freqüentes em textos não especializados. (p. 210)

Tais características não interferem na comunicação dos operadores do Direito, que neste caso são os especialistas. Pelo contrário, para eles o conjunto terminológico da área resulta em uma linguagem explícita e clara. Contudo, um observador não-familiarizado com a área poderá não ter as mesmas facilidades para entendê-la e avaliará a linguagem jurídica como obscura e pouco significativa.

Ao estudar as tendências da terminologia em algumas áreas Gomes (1994) enfatiza que as disciplinas como o Direito possuem grande preocupação com o estabelecimento claro de conceitos e termos em seus documentos legais, embora, por questões políticas, alguns termos fiquem propositalmente obscuros.

Mesmo estando “obscuros”, esses termos são inseridos nas fontes legais, e dificultam a compreensão daqueles que não possuem conhecimento específico da terminologia jurídica, como, por exemplo, os profissionais bibliotecários¹⁷ e documentalistas, que entre outras funções, são os responsáveis por representar e comunicar o texto especializado em uma linguagem acessível aos seus usuários. Como profissionais fazem a mediação entre a linguagem técnica (específica), a linguagem do público em geral (natural) e a linguagem utilizada para representar, controlar e recuperar o conteúdo dos documentos (documentária).

Para desempenhar o papel de intermediário entre diferentes linguagens, os profissionais contam com as orientações teóricas da Terminologia e da Lingüística Documentária

A Terminologia apresenta as definições, conceitos e termos das áreas de especialidade; a Lingüística Documentária¹⁸, sub-campo da Documentação, estabelece métodos destinados a normalizar a construção e manutenção de linguagens documentárias. Nunes (2000, p. 103) considera que as linguagens documentárias são instrumentos por excelência com que a Análise Documentária completa sua missão de contribuir para a organização da informação, de modo a assegurar mecanismos de acesso, que devem contemplar formas efetivas de interação com a linguagem do usuário.

Então, para compreender, organizar e comunicar a linguagem jurídica é recomendável que os documentalistas utilizem os aparatos teóricos que surgiram para

¹⁷ Como aponta Fujita (2003a, p. 59) o bibliotecário pode sim tornar-se um especialista com os anos de prática na atividade de indexação e cursos especializados, entretanto, advoga-se que esse grau de especialidade será limitado, comparando-o com o do profissional que possui formação superior na área e a tem como prática diária no seu desempenho profissional.

¹⁸ A lingüística documentária é uma parte da Documentação que se ocupa em construir normas e modelos de análise documental e linguagens documentárias de distinta estrutura e eficácia e organizar o conhecimento para sua recuperação posterior. O objetivo fundamental da Lingüística documentária é elaborar modelos úteis de AD e linguagens documentárias. (GARCIA GUTIÉRREZ, 1990, p. 12, 27).

facilitar a comunicação entre especialistas e não especialistas, como é o caso, de um lado, da Terminologia, e de outro, da Documentação e da Lingüística Documentária. Ressalte-se porém, que não há, na literatura da Biblioteconomia e Ciência da Informação, uma base teórica uniforme que delimite os conceitos e aplicações da Documentação e Lingüística Documentária. Essa última é tida como uma área recente, portanto ainda passível de flutuações e discussões entre os pesquisadores. Entretanto, para a presente pesquisa, o interesse nessas disciplinas (Documentação e Lingüística Documentária) se relaciona com as Linguagens Documentárias - LDs, como instrumentos utilizados na Indexação, especificamente, para o processo de tradução dos termos selecionados por códigos que, supostamente, representam as informações do documento. Outros aspectos relacionados às LDs, como o processo de estruturação e os pormenores para a sua elaboração não serão enfatizados na pesquisa.

3.2 Terminologia

A Terminologia¹⁹ surge, na década de 30, da necessidade de padronizar os termos para facilitar a comunicação entre especialistas (LARA, 2005), e se impôs com o objetivo de estabelecer a organização conceitual de domínios do conhecimento.

A Teoria Geral da Terminologia (TGT) marcou o pioneirismo das propostas terminológicas, e determinou limites referenciais para outros estudos. Seu criador, o engenheiro austríaco Eugen Wüster (1898-1977), desenvolveu a TGT para criar meios

¹⁹ “A Terminologia preocupa-se com conceitos, definições de denominações, com a compilação, descrição, apresentação, criação e normalização de termos de campos especializados, para fins de comunicação entre especialistas e profissionais. É uma disciplina que permite identificar, de forma sistemática, o vocábulo de uma determinada especialidade e analisá-lo” (Vogel, 2007, p. 73).

técnicos e científicos de normalizar suas disciplinas e garantir a comunicação profissional e a transferência do conhecimento. A experiência adquirida na elaboração do dicionário de *The Machine Tool* (1968), também, contribui para a elaboração da TGT. Para Wüster o trabalho terminológico “ se centra en la recopilación de conceptos y de términos para la normalización (fijación de nociones y denominaciones estandarizadas) de los términos de especialidad con la finalidad de asegurar la univocidad de la comunicación profesional”. Desenvolvida em meio às idéias do Circulo de Viena, a TGT busca uma linguagem universal e a uniformidade da comunicação, isto é, uma comunicação especializada unívoca e sem a ambigüidade, imprecisão, diversificação e polissemia da linguagem natural. (Cabré, 1998; 1999).

Apesar da importância histórica da contribuição de Wüster, há trabalhos que demonstram que a TGT não pode descrever satisfatoriamente a complexidade do léxico especializado e nem explicar a comunicação especializada com suas unidades mais representativas, tão pouco descrever a variedade terminológica em toda sua complexidade representativa e funcional. Com um caráter reducionista e idealista, Wüster concebe um instrumento terminológico que serve para tratar da não-ambigüidade na comunicação científica e técnica, porém cria um modelo que silencia a diversidade e a variação da linguagem e concebe os elementos da realidade como estáticos, não contemplando a mobilidade do conhecimento. A fundamentação visionária da TGT pretendia homogeneizar e universalizar o conhecimento especializado e unificar as formas de expressão (Cabré, 1999).

No âmbito do Direito, esse caráter fechado da teoria wüsteriana não conseguiria refletir as alterações frequentes do discurso legislativo. Para ilustrar essa afirmação citam-se como exemplos os termos “Sociedade por quotas de responsabilidade Limitada” e

“Direito Comercial” que após a promulgação do Novo Código Civil brasileiro passaram a ser denominados, respectivamente, de “Sociedade Limitada” e “Direito de Empresa”. Esses fenômenos ratificam os dizeres de Petri (2008, p. 34), que considera um erro acreditar que a linguagem do direito seja fixa, pois ela evoluiu, renova-se, não de um modo uniforme, mas varia em função das sub-áreas. A renovação acontece principalmente nas matérias que são objeto de reformas fundamentais, sendo, sobretudo, resultado de atos da legislação.

Na concepção dos estudiosos da área, o erro de Wüster está em:

- perceber o conhecimento científico/técnico como homogêneo e universal;
- idealizar um modelo único para organizar as distintas áreas de especialidade, sem observar as diferenças existentes entre elas;
- supor que os conceitos sejam estáticos e fechados, invariáveis no âmbito da pragmática, mas variáveis no campo semântico;
- não contemplar a dimensão comunicativa dos termos, nem seus aspectos discursivos e sua projeção gramatical.

Segundo a posição da professora Cabré, a TGT limita-se a assegurar que a comunicação profissional seja unívoca e, para contestá-la, cria a TCT (Teoria Comunicativa da Terminologia) cuja proposta defende que os termos não são unidades isoladas que constituem um sistema próprio, mas unidades que incorporam o léxico de um falante que quando adquire o rol da especialidade apreende o conhecimento especializado. (Cabré, 1999, p. 118). Outros fundamentos da TCT são:

- não ser uma terminologia autônoma, mas se integrar com as teorias do conhecimento, da comunicação, lingüística, da cognição e teorias sociais;
- contemplar a variação lingüística em toda a sua dimensionalidade e

- assumir que os textos e os conhecimentos especializados podem se dar em diferentes níveis de especialização/descrição e distintos níveis de representação.

3.2.1 Os elementos da Terminologia: relações com a Lingüística Documentária

A Lingüística Documentária, atualmente, é vista por alguns especialistas da área como a disciplina responsável por estabelecer métodos para a construção das linguagens documentárias:

Define-se linguagem documentária (LD) como uma linguagem construída, oposto à natural, portanto que tem como objetivo específico tratar a informação para fins de recuperação da informação. Atualmente as questões relativas à sua construção são tratadas pela Lingüística Documentária (TÁLAMO, 1997, p. 10).

Vogel (2007, p. 4) observou, em sua pesquisa, que o campo da Linguagem Documentária tem sido progressivamente delineado. Na época de Gardin, as Linguagens Documentárias eram incluídas no campo da Análise Documentária. Atualmente, com Garcia Gutiérrez, as LDs aparecem em um sub-campo da Documentação, denominado Lingüística Documentária.

No que concerne à relação entre Terminologia e Linguagem Documentária, percebe-se que, para a construção de qualquer linguagem documentária, aplicam-se as bases metodológicas da Terminologia, que no desempenho de suas funções já fixou conceitos e definições usados em um determinado domínio. Assim, as linguagens documentárias serão concebidas com bases nas referências da Terminologia. Contudo, conforme afirma (2004b, p. 91), a terminologia não oferece apenas conjunto de termos

relativos a determinadas áreas de especialidade ou de atividade, mas referenciais metodológicos para sustentar a estruturação dos campos lógico-semânticos das linguagens documentárias.

De acordo com Vogel (2007, p. 73, 78), a relação da Terminologia com as linguagens documentárias situa-se na possibilidade da primeira operacionalizar a organização sistêmica da segunda. Com isso, a Terminologia se apresenta como uma aliada da Lingüística Documentária, quando da elaboração de instrumentos de controle de vocabulário para a indexação e para a recuperação da informação.

Como informa Kobashi (1996, p. 13), as terminologias não se confundem com as linguagens documentárias; antes se instauram como o universo referencial destas últimas. Ademais, o conjunto de relações hierárquicas e não hierárquicas presentes nos produtos terminológicos, também estão presentes na sistematização das linguagens documentárias.

Por meio de análise e seleção dos textos técnicos, a terminologia estabelece os termos que integram as linguagens de especialidade e organiza glossários, vocabulários e dicionários terminológicos.

Krieger & Finatto (2004, p. 22) afirmam que a terminologia constitui-se em um campo de conhecimento, que, ao dialogar com diferentes áreas especializadas, capacita-se a estabelecer princípios e métodos de elaboração de ferramentas e produtos tais como sistemas de reconhecimento automático de terminologias, glossários, dicionários técnico-científicos e bancos de dados terminológicos.

Nas vertentes da linguagem jurídica, esses produtos evidenciam conceitos das inúmeras ramificações do Direito, transformando-se em instrumentos aliados dos documentalistas no domínio, compreensão e absorção dos conteúdos jurídicos.

Para Nunes (2000, p. 111), a terminologia realiza o controle da significação das palavras de um dado domínio de especialidade para viabilizar a comunicação e a transferência de informações no interior de uma comunidade de estudiosos ou pesquisadores de uma área em particular, idéia que se completa com a de Lara (2004c, p. 235), para quem o vocábulo *terminologia* se refere a duas acepções: Terminologia teórica e metodológica, que fornece metodologia para a descrição, ordenamento e transferência do conhecimento, indicando princípios que regem a compilação dos termos, estruturação de campos conceituais, uso e administração de terminologias; e Terminologia concreta que se refere a um conjunto de termos relacionados a uma língua de especialidade.

Nos ciclos de análise e controle da Documentação e Ciência da Informação, percebe-se a presença marcante da terminologia teórica, que ao oferecer bases metodológicas de estruturação de conceitos e compilação de termos, é fonte de consulta para os documentalistas criarem seus instrumentos documentários que, segundo Nunes (2000), são utilizados para o reenpacotamento da informação.

As principais atividades terminológicas, de acordo com a ISO 704, 2000, são: a identificação de conceitos e das relações entre os conceitos; a análise e modelagem de sistemas de conceitos por meio de diagramas de conceitos; o estabelecimento de representação dos sistemas de conceitos por meio de diagramas; a definição de conceitos; a atribuição de designações; o registro e a apresentação de dados terminológicos (terminografia) (Lara, 2004c, p. 235).

Desse modo, a proximidade entre a Terminologia e a Linguagem Documentária consolida-se no uso das relações conceituais²⁰ estabelecidas pela Norma ISO 704²¹:

²⁰ O conceito é o pilar central da terminologia. Desde a concepção wüsterina, segundo a qual os termos expressam conceitos e não significados, estudiosos dedicam-se a discussões sobre a questão do conceito. Para

- Relações Hierárquicas;
Genéricas;
Partitivas;
- Relações Associativas

Nas relações hierárquicas, os conceitos são organizados em níveis, onde o conceito superordenado é dividido em, pelo menos, um conceito subordinado. Conceitos subordinados no mesmo nível e obedecendo ao mesmo critério de divisão são chamados conceitos coordenados.

Exemplo:

Figura 2: Relações hierárquicas

O termo “regime de bens” é o superordenado em relação aos tipos de regimes a ele subordinados, já os termos “separação de bens”, “comunhão universal de bens” e “comunhão parcial de bens” são coordenados entre si.

Ainda sob a perspectiva das relações hierárquicas, temos as relações genéricas e partitivas.

a Norma ISO 704 os conceitos são representações dos objetos dentro de contextos ou campo especializados. Lara (2004c, p. 237) pontua que a formação de um conceito é considerada fundamental na organização do conhecimento, porque provê os meios necessários ao reconhecimento dos objetos e seu agrupamento em unidades significativas num domínio particular.

²¹ ISO 704. *Terminology work: principles and methods*. 2nd. ed. Genève: International Standard Organization, 2000. Para as definições presentes nessa norma será utilizada a tradução da Apostila: Elementos de terminologia, elaborada pela Prof. Marilda Ginez de Lara para a Disciplina Introdução à Terminologia aplicada à Documentação (ECA-USP, abril de 2005).

Nas relações genéricas, a intensão do conceito subordinado inclui a intensão do conceito superordenado, com mais características adicionais ou delimitativas.

No exemplo citado tem-se “Regime de Bens” como termo genérico em relação à separação de bens, comunhão universal e parcial. E a intenção desses conceitos, que são subordinados e específicos, caracteriza-se por todos pertencerem ao conceito “bens passíveis de comunhão na dissolução do casamento”. Aqui cabe, também, destacar a noção de gênero e espécie.

Quanto às relações partitivas, o conceito superordenado representa o todo, e o subordinado representa parte desse todo.

Figura 3: Relações partitivas

O “Poder Judiciário Brasileiro” (*o todo*) é composto de várias *partes* (os tribunais superiores, regionais federais, de justiça, eleitorais, do trabalho e inúmeras varas). Na ilustração demonstraram-se, apenas, algumas *partes* da competência Superior.

As relações associativas não se submetem a uma hierarquia e apresentam uma conexão temática entre os conceitos. É unânime entre os autores a dificuldade em definir as relações associativas, pelo fato de que todas as palavras, termos e conceitos podem se

relacionar entre si, em algum momento. Sendo assim, para delimitar as associações devem-se considerar as referências do contexto/área em questão.

No exemplo do Poder Judiciário, podem-se relacionar os termos “magistrado”, “auxiliar da justiça”, “oficial de justiça” e “promotor” como conceitos que pertencem a partes do Poder Judiciário, isto é, são profissionais que trabalham nos tribunais e fóruns, podendo ser considerados elementos relacionados ao Poder Judiciário. Estabelece-se, assim, uma relação não-hierárquica, não sendo aplicáveis os elementos de todo/parte ou superordenado/subordinado.

Para cada conceito há uma designação correspondente, que é uma representação feita por um signo, lingüístico ou não-lingüístico. Há três tipos de designações: os símbolos, os nomes e os termos (LARA 2004c, p. 238). Sob a ótica do conceito de designação há outra relação lingüística apresentada pela norma ISO 1087-1²² que prescreve a relação de sinonímia e equivalência.

- Sinonímia é a relação entre designações que representam o mesmo conceito. Por exemplo, as designações magistrado e juiz; ambas representam o conceito de uma autoridade do Poder Judiciário que tem o poder de julgar as causas que estão sob sua competência.
- Equivalência é a relação que apresenta as designações de línguas diferentes que representam o mesmo conceito. Entre os vários conceitos no Direito temos como exemplo “factoring” e “faturização”. Os dois conceitos referem-se à cessão de crédito feita pelo faturizado (industrial ou comerciante) ao faturizador (instituição financeira).

²² ISO 1087-1. *Terminology work: principles and methods*. 2nd. ed. Genève: International Standard Organization, 2000.

Complementando a discussão sobre os conceitos, é necessário expor sua relação com a definição. Para a ISO 1087-1, a definição é uma representação de um conceito por um enunciado descritivo que permite diferenciá-lo dos conceitos associados. Lara (2004b, p. 92) lembra que a definição desempenha papel crucial na organização dos termos, afetando a estruturação do campo nocional das linguagens documentárias.

Com uma posição mais clara, Dahlberg (1978) destaca que definir é estabelecer uma “equação de sentido”, de um lado (à esquerda), encontra-se aquilo que deve ser definido e, do outro (à direita), aquilo pelo qual alguma coisa é definida. Para Dahlberg, a definição é, de certo modo, uma limitação. Ela a toma como delimitação ou fixação do conteúdo de um conceito, ou seja, como sendo expressão da intenção, ou conjunto de características ou atributos.

No fazer dos documentalistas e bibliotecários, que não dominam a área de especialidade como os especialistas, a definição dos conceitos é a chave para a absorção dos conteúdos técnico-científicos.

Prosseguindo com o estudo dos elementos da terminologia, no âmbito da LDs, acrescente-se ao já mencionado as definições de termo e descritor:

Os termos são, junto como a definição e a fraseologia²³, objetos da terminologia. Segundo a Norma ISO 704 o termo é uma designação, constituída de uma ou mais palavras, que representam um conceito geral numa língua de especialidade.

²³ A idéia de fraseologia está associada a uma estruturação lingüística estereotipada que leva a uma interpretação semântica independente dos sentidos estritos dos constituintes da estrutura: Exemplo: expressões idiomáticas, frases feitas e provérbios utilizados nas diferentes línguas, locuções nominais e verbais entre outros (Krieger & Finatto (2004, p. 84). Exemplos de fraseologia na linguagem jurídica: “revogam-se as disposições em contrário”, “e dá outras providências”, “faço saber que o Congresso Nacional decreta”.

O termo caracteriza-se no sentido de que para uma noção dada, há, teoricamente, uma única denominação. Esta característica do termo se funda sobre um postulado da terminologia: o da relação de univocidade entre denominação (significante) e noção (significado), relação do tipo reflexiva . (Rondeau, 1984, p. 19, citado por KRIEGER & FINATTO (2004, p. 77).

No âmbito dessa pesquisa delimita-se *termo* como uma representação concreta de um conceito em uma linguagem de especialidade. Lara (2004a), com base na lição de Le Guern (1989) aponta a diferença entre termo e palavra. Para ela, o termo é um signo lingüístico que difere da palavra, unidade da língua geral, por ser qualificado no interior de um discurso de especialidade. A palavra tem propriedades (como em um dicionário de língua), mas tem muitos significados, já que é polissêmica por natureza; de modo contrário, o termo é uma palavra contextualizada no discurso e tem um referente de interpretação.

Por outro lado, os descritores, conforme Krieger & Finatto (2004), sustentam a linguagem documentária e possuem certas qualidades que permitem compará-los com os termos, tais como: representar e divulgar o conhecimento de uma área de especialidade. No entanto, existem contrapontos entre eles: o termo é um elemento natural da comunicação especializada, assim comporta variação e sinonímia; de modo contrário, o descritor pertence a uma linguagem construída pelos gestores da informação e, neste caso, é artificial.

Pode-se assim, concluir que, como unidade de um léxico comum, determinado conceito é uma palavra; ao inserir-se e definir-se em uma área de especialidade, é um termo, e ao compor uma linguagem documentária é um descritor.

Evidencia-se, também, que o conceito, o termo, a definição e o descritor são elementos presentes nas linguagens documentárias. E que há uma nítida relação entre eles, como pode ser visto pelo exemplo a seguir:

- *União entre um homem e uma mulher resulta no conceito casamento;*
- O termo casamento designa o conceito *casamento*;
- A definição representa, por meio de um enunciado, as atribuições e significados do termo *casamento*, conforme segue abaixo:

Casamento: “Na terminologia jurídica, designa o contrato solene que, gerando a sociedade conjugal ou formando a união legítima entre homem e a mulher, vem estabelecer os deveres e obrigações recíprocas, que se atribuem a cada um dos cônjuges, seja em relação a eles, considerados entre si seja em relação aos filhos que se possam gerar desta união”

- O descritor CASAMENTO presente em uma linguagem documentária, especificamente em um Vocabulário Controlado²⁴, representa o conhecimento gerado em torno do conceito *casamento* e traz as relações hierárquicas e associativas que, porventura, possam existir:

CASAMENTO

TE1	CASAMENTO CIVIL
TE2	CASAMENTO NUNCUPATIVO
TE1	CASAMENTO PUTATIVO
TE1	CASAMENTO RELIGIOSO
TE2	CASAMENTO RELIGIOSO COM EFEITOS CIVIS
TE1	SEGUNDO CASAMENTO
TR	ABANDONO DO LAR CONJUGAL
TR	ADULTÉRIO

²⁴ Vocabulário Jurídico Controlado (Tesauro) do STJ . Disponível no Site <http://www.stj.gov.br>

TR	AQUESTOS
TR	AUSÊNCIA AO SERVIÇO
TR	BIGAMIA
TR	CASAL
TR	CERTIDÃO DE CASAMENTO
TR	CÔNJUGE
TR	CRIME CONTRA A FAMÍLIA
TR	CRIME CONTRA O CASAMENTO
TR	EMANCIPAÇÃO
TR	IMPEDIMENTO MATRIMONIAL
TR	INDUZIMENTO A ERRO ESSENCIAL
TR	NOVO CASAMENTO
TR	NUBENTE
TR	PACTO ANTENUPCIAL
TR	PESSOA SOLTEIRA
TR	PROCLAMAS
TR	REGIME DE BENS
TR	REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS
TR	REGISTRO DE CASAMENTO
TR	REGISTRO DE NASCIMENTO
TR	SIMULAÇÃO DE AUTORIDADE PARA REALIZAÇÃO DE CASAMENTO
TR	SIMULAÇÃO DE CASAMENTO
TR	SOCIEDADE CONJUGAL
TR	UNIÃO ESTÁVEL

Lara (2004b, p. 91) também utiliza o conceito “Casamento” para ressaltar que a definição possibilita a interpretação do termo e sua posterior inserção em um campo temático. Com base na definição de casamento ela selecionou os termos *casado*, *solteiro*, *viúvo*, *separado e divorciado*, e percebeu que a constituição do grupo “casados” e “não-casados” varia conforme a definição de casamento que se utiliza. Na definição utilizada por ela o grupo “casados” teria os termos *casado e separado*, e em “não-casados” os termos

viúvo, solteiro e divorciado. Contudo, ao utilizar outra definição que não fosse a escolhida pela autora, o termo separado ficaria junto com o grupo “*não-casados*”. A autora apresentou esse exemplo para salientar a importância da definição na estruturação dos termos. Ressalta-se que na estruturação dos descritores a definição, também, terá um papel essencial. Vejam-se que, no exemplo acima, o Vocabulário Controlado do STJ – VCB apresenta o termo “segundo casamento” como termo específico e “novo casamento” como termo relacionado. Desconhecem-se os critérios e definições utilizados pelos idealizadores do VCB para estruturarem os termos dessa maneira. Contudo, observa-se que a definição “novo casamento” e “segundo casamento” convergem para a mesma idéia: a pessoa casou-se novamente, assim poderiam estar no mesmo grupo/categoria, sendo ou termos relacionados ou específicos. Ademais o uso do método quantitativo no estabelecimento de descritores pode gerar um aumento desnecessário na quantidade de relações e/ou associações. Por exemplo, no caso específico, o indivíduo pode ter se casado duas, três, ou quatro vezes.

3.2.2 Linguagens documentárias

Como já foi mencionado, a disciplina responsável pela construção das Linguagens documentárias – LDs é a Lingüística Documentária, sub campo da Documentação. As LDs denominadas por alguns autores, também, como linguagem de indexação,²⁵ estabelecem modos de controle da informação extraída do documento em linguagem natural, para uma linguagem construída, a fim de facilitar o processo de transferência e recuperação da informação pelo usuário.

Lara (2004c, p. 232) esclarece que a denominação linguagem documentária, além de referir-se ao conjunto dos diferentes tipos de instrumentos especializados no tratamento da informação bibliográfica, designa a linguagem construída para organizar e facilitar o acesso e a transferência da informação.

Fica claro no estudo da literatura da área os dois princípios básicos das LDs: representar e recuperar a informação.

As linguagens documentárias são tradicionalmente consideradas instrumentos de controle terminológico que atuam em dois níveis: a) na representação da informação obtida pela análise e síntese de textos; b) na formulação de equações de busca da informação (TÁLAMO, 1992, p. 197).

A análise e síntese de textos são fases do processo de indexação e a formulação de equações de busca, apresenta a função mediadora das LDs em fazer a ponte entre a linguagem dos usuários (natural) e a linguagem dos instrumentos de controle documentário.

²⁵ Vogel (2007, p. 18 e 32) apresenta as várias denominações que a Linguagem Documentária teve ao longo dos anos: Léxico Documentário, Linguagem Informacional, Metalinguagem, Linguagem de Indexação, Linguagem Documental, Linguagem Classificatória, Linguagem Artificial, Linguagem Construída e Linguagem Controlada.

Nesse sentido, Coyaud (1966, p. 5) salienta que uma linguagem documentária é um sistema de signos que permite ao cliente de um centro de documentação (em particular de uma biblioteca) comunicar-se com o documentalista, a fim de obter documentos, ou referências a documentos.

Pinto (1985, p. 171) pondera que as linguagens de indexação atuam nos sistemas de recuperação de informações em dois níveis: orientando o indexador sobre quais os melhores termos para a representação do assunto de um documento, e orientando o pesquisador sobre a escolha dos termos indexados, que correspondem à representação do assunto por ele procurado.

A linguagem documentária prescreve as formas de entrada e de busca a serem utilizadas pelo indexador ou pelo usuário, num sistema documentário. Suas unidades têm origem tanto em Linguagens de Especialidade, como na linguagem de uso corrente e nas Terminologias de área (CINTRA, et al 1996).

A participação das LDs na recuperação da informação é mencionada desde a clássica visão de Gardin, para o qual as LDs são um conjunto de termos, providos ou não de regras sintáticas, utilizadas para representar conteúdos de documentos com fins de classificação ou busca retrospectiva de informações (Gardin, 1968, citado por CINTRA et al 1996).

A função das LDs é reunir termos de um campo conceitual, normalizando-os e controlando o vocabulário, a fim de contribuir com a recuperação da informação. As LDs fazem o “elo de ligação”, isto é, a mediação entre o documento, o sistema de informação da Biblioteca/Centro de Informação e o usuário.

Entretanto, para que a linguagem documentária cumpra com a tarefa de mediadora e tradutora das perguntas dos usuários, independente do *corpus* documental e do sistema

adotado, é necessário que ela esteja alicerçada na terminologia da área, para a qual foi construída, e tenha a capacidade de oferecer os significados e conceitos necessários à utilização de seus termos, tanto para os documentalistas, como para aos usuários, desobrigando-os de buscar esses significados em outras fontes.

É evidente que na indexação as linguagens documentárias são a base de apoio para qualquer profissional da informação que controle os conceitos selecionados na representação do documento. Contudo, o indexador não deve ficar “preso” a tais instrumentos no momento da análise textual e da identificação dos termos, para não correr o risco de não selecionar determinado conceito, por ele não ser um termo autorizado ou existente no instrumento de indexação.

Ressalta-se ainda que, independente da área, as LDs são representações temáticas, de caráter referencial, que simbolizam o conteúdo do documento, não possuem a função de substituí-lo, nem representam um texto individual, mas sim um conjunto de documentos que estão categorizados dentro de uma determinada classe de assunto.

Tal entendimento é seguido por LARA (1993, p. 4):

A representação é realizada através do uso de um código comutador, ou seja uma linguagem documentária, que tem como função a normalização das unidades significantes ou conceituais presentes no texto original, a partir de elementos que constituem, de alguma forma, uma condensação de áreas de assunto. A condensação, nesse caso, é expressa pelos elementos do código de comutação, sendo, portanto, exterior ao texto submetido à conversão. Dessa forma, a representação obtida não representa necessariamente uma relação de contigüidade e semelhança com o texto original e envolve, pelo menos, dois sistemas semióticos distintos: aquele presente no texto original e aquele estabelecido pelo instrumento comutador ou LD.

Outro ponto a ressaltar, sobre as LDs, está relacionado as especificidade das áreas e Centros de Informação, uma vez que cada LD terá a influência e a particularidade da área para qual foi construída, da Instituição que projetou o sistema e, também, dos usuários. Por exemplo, um vocabulário controlado utilizado para representar o conteúdo dos documentos técnico-científicos da Medicina, não necessariamente terá condições de representar e/ou recuperar trabalhos de Medicina-legal, tendo em vista que há diferenças conceituais nesses campos e necessidades diversas entre os usuários que consultam tais documentos. Ademais, mesmo que haja proximidade nas atividades ou áreas das Instituições, nem sempre utilizar-se-á o mesmo instrumento de controle. Nas fontes jurídicas vê-se um caso que corrobora essa afirmação, quando se analisam os Vocabulários do Senado e do Superior Tribunal de Justiça – STJ, ambos frutos do Direito e destinados ao mesmo público, mas produzidos para fins diversos: No Senado o Vocabulário é utilizado para representar o conteúdo das monografias e da legislação; no STJ é usado para representar o conteúdo das decisões jurisprudenciais.

Para Chaumier (1988, p. 67), os instrumentos de indexação dividem-se em dois grandes tipos: linguagens de estrutura hierárquicas, chamadas classificações e linguagens de estrutura combinatória, chamadas “thesauri”.

Os tesauros e os vocabulários controlados junto com os sistemas de classificação simbolizam as linguagens documentárias mais conhecidas. A Classificação Decimal de Dewey – CDD, a Classificação Decimal Universal – CDU, a *Library of Congress* - LC e a *Colon Classification* de Ranganathan são instrumentos utilizados para simbolizar, por meio

de números, letras e categorias, o conteúdo dos documentos. No âmbito jurídico, a CDU e a Classificação Decimal de Direito²⁶ são as mais comuns.

E no tocante aos tesouros e vocabulários jurídicos destacam-se:

Vocabulário Jurídico Controlado, chamado também de Tesouro Jurídico, é uma lista de descritores utilizada pela Secretaria de Jurisprudência do STJ. Elaborado com base na terminologia utilizada pelos ministros, que são os responsáveis pela redação das íntegras dos acórdãos incluídos na base de Jurisprudência do Tribunal. Com isso, observa-se que o vocabulário do STJ oferece melhor cobertura de assuntos/temas tratados nos julgados do próprio tribunal. Talvez, ao utilizar esse vocabulário para representar doutrina e jurisprudência dos tribunais inferiores, o grau de cobertura ou representação de assunto não seja tão eficaz.

O Vocabulário do STJ é composto por: *descritores* (termos autorizados), *não descritores* (termos não autorizados) e *modificadores* (termos usados para esclarecer ou limitar os descritores). Dentre os critérios usados para a padronização dos termos tem-se: *uso exclusivo de substantivos na forma singular* (Não é permitido o uso de verbos e adjetivos isoladamente. Já o uso do plural é empregado somente quando o termo é naturalmente escrito no plural); *traduções de termos estrangeiros*; *gírias e nomes comerciais são permitidos quando não existe substituto*; *termos em latim* são adotados quando o conceito jurídico é mais conhecido em latim; *siglas e abreviaturas* são admitidas quando são facilmente reconhecidas; *parênteses* são usados para adicionar um qualificador ao descritor; *notas explicativas* são utilizadas para esclarecer o significado de um descritor. No que concerne à estrutura relacional entre os conceitos, o vocabulário do STJ utiliza as

²⁶ Por uma iniciativa da bibliotecária Doris de Queiroz Carvalho, que viu a necessidade de detalhar a classe 340 da Classificação Decimal de Dewey, surge a Classificação Decimal de Direito. Atualmente é possível acessá-la na íntegra através do site: <http://legislacao.planalto.gov.br/cddir/cddir.nsf>

relações já mencionadas no presente trabalho: relações de equivalência, hierárquica, associativa e uma que eles denominam polierarquia, que admite que um termo específico tenha relação com mais de um termo genérico, por exemplo:

SEGURADO OBRIGATÓRIO

TG1 SEGURADO

TG2 BENEFICIÁRIO

O Vocabulário do STJ pode ser acessado no site:
<http://www.stj.jus.br/SCON/thesaurus/>.

WEBTHES é uma ferramenta que permite a consulta em dois tesauros do Senado Federal: o THES e o VCBS. O THES é mantido pela Subsecretaria de Informações e é utilizado para indexar e recuperar documentos processados nos bancos de dados do Sistema de Informação do Congresso Nacional - SICON, o qual possui os bancos de dados de Normas Jurídicas Federais – NJUR, de Discursos de Senadores e Deputados – DISC e o banco Matérias em Tramitação no Congresso Nacional – MATE. Percebe-se que o objetivo principal do THES é representar/recuperar fontes legislativas. De modo contrário, o VCBS, mantido pela Subsecretaria de Biblioteca, foi desenvolvido para indexação e recuperação das fontes doutrinárias. O VCBS é utilizado nos seguintes bancos de dados: Monografias – BIBR; Publicações seriadas e artigos de periódicos – PERI; Artigos de jornais – JORN e Obras raras – OBRAS. As duas ferramentas do Senado possuem em suas estruturas os termos autorizados e não-autorizados, além das relações comuns aos demais tesauros: hierárquica, associativa e de equivalência. A novidade do WEBTHES é a lista *Key Word Out of Context* = Palavra chave fora do contexto - KWOC. Essa lista permite que o usuário

pesquise, ao mesmo tempo, os descritores autorizados e não-autorizados. Cumpre salientar que algum termo pode constar no THES, mas não necessariamente estará presente no VCBS, pois ambos possuem finalidades distintas. A título de exemplo selecionou-se o mesmo descritor utilizado no exemplo do Vocabulário do STJ.

Termo Pesquisado [THES]

SEGURADO OBRIGATÓRIO	
LK	[Pesquisa Termo em Legislação Brasileira (SICON)]
TR	PREVIDENCIA SOCIAL
	SEGURADO FACULTATIVO

Termo Pesquisado [VCBS]

Termo "SEGURADO OBRIGATÓRIO" não encontrado no [VCBS]

Nota-se que o termo “Segurado obrigatório” foi encontrado apenas no THES. No VCBS o sistema oferece uma lista para a palavra “obrigatório” na lista KWOC:

Lista KWOC para a palavra: OBRIGATÓRIO

ENSINO OBRIGATÓRIO

SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

VOTO OBRIGATÓRIO

TRABALHO OBRIGATÓRIO.

Fazendo uma comparação com o Vocabulário do STJ, percebe-se que, mesmo sendo descritores iguais, as relações são diferentes, devido às necessidades e particularidades de cada Instituição. Ademais o THES permite que o usuário visualize qual ato legal traz em sua indexação o termo pesquisado. O Webthes do Senado pode ser acessado no link: <http://webthes.senado.gov.br/thes/default-thes.htm>

Tesouro Jurídico da Justiça Federal, elaborado sob a coordenação da Secretaria de pesquisa e Informação Jurídica, o Tesouro da Justiça Federal possui uma terminologia

calçada nas áreas de competência da Justiça Federal (vide artigos 108 e 109 da Constituição Federal de 1988). E, assim como o Vocabulário do STJ, foi estruturado na terminologia empregada pelos magistrados, que são os responsáveis pela redação das íntegras dos acórdãos incluídos na base de Jurisprudência dos Tribunais Regionais Federais – TRFs. As regras de estruturação e padronização dos termos seguem as mesmas diretrizes do STJ (descriptor, não-descriptor, descritores genéricos 1, 2, ou 3, descritores específicos 1, 2 ou 3 e descritores associados). A única exceção é a sigla CAT denominada Código das Categorias, que corresponde a uma lista que apresenta um rol de categorias, como no exemplo, Direito Administrativo – DAD e Direito Ambiental – DAM. Dentro dessas categorias existem subcategorias que listam assuntos subordinados. As subcategorias administração pública, processo administrativo, trânsito, atos administrativos, entre outras, estão presentes na categoria Direito Administrativo. Já as subcategorias crime ambiental, recursos naturais, ecossistemas, dano ambiental etc., pertencem à categoria Direito Ambiental. Segue abaixo o descriptor “Segurado obrigatório” pesquisado no Tesouro Jurídico da Justiça Federal:

▶▶SEGURADO ◀◀OBRIGATÓRIO ◀◀

TG1	SEGURADO ◀◀
TG2	BENEFICIÁRIO
TE1	EMPREGADO
TE2	EMPREGADO DOMÉSTICO
TE1	EMPRESÁRIO
TE1	INTERESSE INDIVIDUAL HOMOGÊNEO
TE1	▶▶SEGURADO ◀◀ESPECIAL
TE2	ARRENDATÁRIO RURAL
TE2	GARIMPEIRO
TE2	MEEIRO RURAL

TE2	PARCEIRO RURAL
TE2	PESCADOR ARTESANAL
TE2	PRODUTOR RURAL
TE1	TRABALHADOR AUTÔNOMO
TE1	TRABALHADOR AVULSO
TR	COMPANHIA TELEFÔNICA
TR	DELAÇÃO
TR	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
TR	▶▶SEGURADO ◀◀FACULTATIVO
TR	SEGURANÇA PRIVADA
CAT	DCV/DCV8

Comparando o Tesauro da Justiça Federal com os demais, notam-se algumas lacunas que podem inviabilizar uma indexação ou recuperação eficiente. Por exemplo, ao pesquisar “segurado *and* obrigatório”, o sistema recupera os termos isolados “segurado” + “obrigatório”, com isso, é necessário que o usuário navegue em todos os resultados até chegar ao descritor pesquisado. Além disso, o excesso de relações restringe a delimitação do conceito, pois ele acaba tendo relações com “quase todos os conceitos do universo ao qual ele está inserido”. Talvez, para as necessidades dos usuários internos dos Tribunais Regionais, essa estrutura seja propícia; contudo, o público em geral e demais órgãos do Poder Judiciário podem encontrar dificuldades para atingir níveis satisfatórios no acesso ao Tesauro. O Tesauro Jurídico da Justiça Federal pode ser acessado pelo site: <http://www.cjf.jus.br/Consultas/Consultas.asp>.

Tabelas Processuais Unificadas do Poder Judiciário, publicadas pelo Conselho Nacional de Justiça, por força da Resolução 46, de 18 de dezembro de 2007. Estas tabelas buscam a padronização e uniformização taxonômica e terminológica de classes, *assuntos* e movimentação processuais no âmbito da Justiça Estadual, Federal, do Trabalho e do

Superior Tribunal de Justiça. Para a presente pesquisa o interesse concentra-se na tabela de assuntos e, apesar da mesma não possuir a padronização de um vocabulário ou tesauro, é importante que os bibliotecários jurídicos a conheçam e, se for preciso, façam uso delas, pois as mesmas são estruturadas em forma de “árvores hierárquicas” que apresentam o termo superordenado e os sucessivos termos subordinados. Ademais, as tabelas trazem informações do dispositivo legal, isto é, qual a base legal do assunto e, também, um glossário que apresenta a sua definição. Para exemplo, consultou-se o assunto “Seguro”. Ao navegar pela tabela descobre-se que “Seguro” é subordinado ao assunto “Espécies de Contrato” e esse é subordinado ao assunto “Obrigações”, que se subordina ao assunto superordenado “Direito Civil”. É claro que a visualização da tabela não é tão simples assim, pois existem vários assuntos subordinados ao tema Direito Civil. É possível observar melhor o exemplo, acessando o site: <http://www.cnj.gov.br>.

Esses são os vocabulários / tesouros mais expressivos da área. É evidente que existem outros, no entanto, optou-se por restringir o enfoque a eles por abrangerem, cada um da sua forma, as fontes do Direito: doutrina, legislação e jurisprudência; por não serem específicos de um ramo do Direito, como é o TEJUT²⁷, Tesauro específico em Direito do Trabalho; e por serem instrumentos elaborados e utilizados por importantes órgãos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário brasileiro.

Na exemplificação do modelo de jurisprudência, os conceitos permaneceram em linguagem natural. Todavia, se fosse necessário utilizar um tesauro, este seria o Vocabulário do STJ, pois assim estaria se respeitando a regra de utilização “tipo documental”, uma vez que para a exemplificação do modelo utilizar-se-á a jurisprudência

²⁷ Tesauro utilizado pelo Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. Pode ser acessado no link: <http://eprints.rclis.org/archive/00004274/01/TeJuT.pdf>

proveniente do próprio tribunal. Com isso, ficaria justificado o uso do Vocabulário do STJ, ao invés dos vocabulários do Senado e do Tesauro da Justiça Federal.

3.3 Terminologia jurídica

Na terminologia de uma determinada área, uma palavra designa um determinado objeto, na medida em que o insere numa classe particular dentro da respectiva área. A mesma palavra, no léxico da língua, exprimiria apenas um conjunto de propriedades, independentemente de qualquer objeto ou de qualquer universo (LARA, 1993, p. 81). Em outras palavras a terminologia de uma área possui significado e referencial ao inserir-se em seu arcabouço conceitual.

O Direito, como as demais disciplinas, pertencentes ao conhecimento humano, possui uma terminologia própria que desenvolve conceitos e termos, com definições, que são aplicáveis às particularidades de suas ramificações e funções.

Conforme Petri (2008, p. 35) a linguagem jurídica pode ser detalhada em vários níveis, que podem ser entendidos como as funções/aplicações da linguagem jurídica.

- Linguagem legislativa (presente nos códigos e demais normas tem a função de criar o direito);
- Linguagem judiciária, forense ou processual (utilizada nos processos, sua finalidade é aplicar o direito);
- Linguagem contratual (presente nos contratos, com a função de formalizar os direitos e obrigações entre as partes contratantes);

- Linguagem doutrinária (usada pelos mestres e doutrinadores para explicar os institutos jurídicos e ensinar o direito);
- Linguagem cartorária ou notarial (usada nos cartórios, sua finalidade é registrar os atos de direito).

Bittar (2001, p. 168) pontua que a linguagem jurídica,²⁸ ainda que de domínio técnico, constitui-se primordialmente a partir da linguagem verbal (natural), tendo dela se desgarrado pela formação de um espaço sentido e de um espaço estrutural autônomos (uma gramática e um dicionário jurídico). Assim, o universo do discurso jurídico pode ser dito como universo oriundo da linguagem natural encontrando-se atualmente autônomo em relação a ela, apesar de preservar sua relação dialética com os sistemas que o circundam. O autor enfatiza ainda, que todo o discurso evoca um universo de significações em que se manifesta, determinando interpretações, recorrências, possibilidades de uso e autorizações de acordo com as práticas sociais onde ocorre. Dessa forma, o discurso jurídico não pode ficar distante da realidade e ser tratado como objeto estanque, unidade indecifrável, redoma irreduzível e possuidor de sentido único (idem, 2001, p. 87).

Ainda que sejam verdadeiras as afirmações do autor quanto à proximidade da linguagem jurídica com a linguagem verbal (natural), verifica-se que na prática dos textos legais, mesmo que o termo utilizado seja da linguagem natural, há certa dificuldade de entendimento ou decifração do significado da mensagem. Basta consultar os textos das leis brasileiras, que apesar de estabelecerem normas de condutas e regras para os cidadãos, são redigidas em um contexto especializado. Observem-se os exemplos abaixo:

Lei 10.406/2002 (Código Civil)

²⁸ Para mais informação sobre linguagem jurídica veja: CORNU, G. *Linguistique juridique*. Paris: Montchrestien, 1990.

Ex.₁ Art. 346. A *sub-rogação* opera-se, de pleno direito, em favor:

I - do credor que paga a dívida do devedor comum;

II - do adquirente do imóvel hipotecado, que paga a credor hipotecário, bem como do terceiro que efetiva o pagamento para não ser privado de direito sobre imóvel;

III - do terceiro interessado, que paga a dívida pela qual era ou podia ser obrigado, no todo ou em parte.

Ex.₂ Art. 383. A *confusão* operada na pessoa do credor ou devedor solidário só extingue a obrigação até a concorrência da respectiva parte no crédito, ou na dívida, subsistindo quanto ao mais a solidariedade.

Ex.₃ Art. 447. Nos contratos onerosos, o alienante responde pela **evicção**. Subsiste esta garantia ainda que a aquisição se tenha realizado em hasta pública.

Ex. 4 Art. 1.361. Considera-se *fiduciária a propriedade resolúvel* de coisa móvel *infungível* que o devedor, com escopo de garantia, transfere ao credor.

Ex.₅ Art. 1.580. Decorrido um ano do *trânsito em julgado* da sentença que houver decretado a separação judicial, ou da decisão

concessiva da *medida cautelar* de separação de corpos, qualquer das partes poderá requerer sua conversão em divórcio.

Nota-se que, na redação dos cinco artigos, há a ocorrência simultânea da linguagem natural e técnica. Todavia, é possível observar que a linguagem natural pode ser utilizada com outro sentido nos textos legais, como, por exemplo, a palavra *confusão* (ex.2). Nos demais casos, há a predominância de palavras oriundas da linguagem natural. Mas, mesmo assim, é provável que o significado fique prejudicado, se o leitor desconhecer o que é *sub-rogação*, *evicção*, *fiduciária*, *propriedade resolúvel*, *infungível*, *trânsito em julgado* e *medida cautelar*.

Ademais da mistura da linguagem natural com a linguagem técnica, o uso de expressões em latim,²⁹ faz a terminologia jurídica ser, para os não-especialistas, uma “unidade indecifrável” que, como afirma Sager (citado por LEAL, 1998, p. 31), “protege os mistérios do saber”:

A terminologia constitui para os especialistas o vocabulário essencial para uma comunicação eficaz. Para o grande público não é mais do que um modo dos especialistas enganarem, confundirem ou impressionarem com conhecimentos superiores ou com uma linguagem arcana que protege os mistérios do saber.

É claro que existem autores como Maciel (2001, p. 141) que afirmam que o conjunto de termos jurídicos por excelência é muito reduzido e seu reconhecimento nunca foi causa de problemas, visto que sempre foram portadores de nítido sentido temático. A autora lista alguns termos que são por excelência jurídicos e outros que já fazem parte da linguagem comum:

²⁹ Exemplos de expressões em latim: *causa debendi*, *data venia*, *extra petita*, *fumus boni juris*, *habeas corpus*, *rebus sic stantibus*, *sub iudice*, *ultra petita*, *vacatio legis* entre outras.

Termos jurídicos por excelência	Termos de dupla pertinência		
	Termos jurídicos usados na língua comum	Termos da língua comum usados com sentido jurídico	Termos com o sentido da língua comum e implicações legais
Enfiteuse, decujus, anticrese, quirografário, exequatur, litisconsorte, judicante, fateusim, usucapião, testante, <i>habeas-data</i> , <i>ad nutum</i> , <i>sursis</i> .	usufruto, herança, salvo-conduto, quorum, tribunal, juiz, crime, julgamento	despejo, servidão, julgado, imposto, sentença, testador, tomar, tombado	pai, mãe, filho, parente, cônjuge, empregado, empregador, férias

Fonte: Maciel (2001, p. 140)

Quadro 3: Termos jurídicos x uso nas linguagens jurídica e comum

Parece, à primeira vista, que o vocabulário jurídico não se limita apenas aos termos de pertinência jurídica exclusiva. Ele se estende a todas as palavras que o Direito emprega numa acepção que lhe é própria. Ele engloba todos os termos que, tendo ao menos um sentido no uso ordinário e ao menos um sentido diferente aos olhos do Direito, são marcados pela polissemia, mais precisamente por esta polissemia que se pode chamar externa (em razão da sobreposição de sentidos de uma mesma palavra no direito e fora do direito, em oposição à polissemia interna). Estes termos de dupla pertinência são muito mais numerosos que os termos de pertinência jurídica exclusiva (PETRI, 2008, p. 30).

Mesmo diante das afirmações das autoras para as quais terminologia jurídica não é formada por termos exclusivamente jurídicos, mas também, por termos da linguagem comum, defende-se que mesmo aqueles usados na linguagem comum, ou os termos de dupla pertinência, podem se tornar indecifráveis, se o indivíduo não souber o que é testador, sentença ou servidão. Talvez, o *reconhecimento* dos termos não seja um problema; no entanto, a *compreensão* ou o *conhecimento do significado* de determinado termo pode ser um problema, tanto para os bibliotecários, como para um leigo.

Para auxiliar o bibliotecário a entender a estrutura da área do Direito e, conseqüentemente, conhecer o significado dos termos presentes na documentação da área, apresenta-se no próximo capítulo uma abordagem conceitual das fontes de informação jurídica.

CAPÍTULO IV – FONTES DE INFORMAÇÃO JURÍDICA: ABORDAGEM CONCEITUAL PARA OS PROFISSIONAIS BIBLIOTECÁRIOS

4.1 Considerações iniciais

No capítulo anterior ressaltou-se que para dominar uma área é necessário conhecer sua terminologia e linguagem. Defende-se agora, que além desses requisitos é fundamental compreender as definições e familiarizar-se com a estrutura textual³⁰ dos documentos produzidos pela área de atuação para que as atividades inerentes à análise documental sejam desenvolvidas em parâmetros adequados.

Conforme Guimarães (1994, p. 230), conhecer a estrutura temática do documento é uma condição *sine qua non* para que o bibliotecário/documentalista possa desenvolver o processo de Análise Documentária - AD em moldes satisfatórios, mormente em se tratando de documentos especializados.

Sager (1993) atesta que conhecer uma disciplina equivale a ter domínio das linguagens dessa disciplina; dominar as linguagens de uma disciplina equivale a ter certa compreensão da disciplina.

Para Fujita e Rubi (2006), a estrutura textual serve de suporte à compreensão e a exploração da estrutura textual é uma estratégia de leitura que ajuda na identificação e seleção de conceitos durante a análise de assunto.

Sendo o Direito uma área de especialidade que produz três tipos de fontes de informação, denominados na literatura como doutrina, legislação e jurisprudência,

³⁰ Aponta Bittar (2001, p. 99) que o conhecimento jurídico se forma sobretudo a partir de textos, com textos e sobre textos. Com isso, verifica-se a importância do bibliotecário manusear diversos textos jurídicos e perceber as diferenças estruturais de cada um.

evidencia-se que essas fontes estão presentes nas diversas ramificações da área (ver figura 4), por isso, é importante que o bibliotecário tenha conhecimento das definições, características e peculiaridades que norteiam a ciência do Direito, bem como da estrutura textual dos tipos documentais jurídicos.

Segundo Andretta (2004, p. 104), um profissional ou cientista deve saber com minúcias tudo o que se refere à sua especialidade, no entanto, para os bibliotecários não é necessário saber certos detalhes, mas sim dominar a linguagem técnico-científica dos campos em que atua.

Ademais das questões do domínio da linguagem, há autores que apontam outros desafios encontrados pelo bibliotecário na organização da documentação jurídica. Na lição de Pereira (2004, p. 158), o bibliotecário deve estar preparado para enfrentar as dificuldades referentes à documentação jurídica: multiplicidade de leis sobre a mesma matéria, imperfeições de redação, modificações freqüentes, além da questão dos assuntos tratados nos documentos que nem sempre são expostos com clareza. Em reforço à tese exposta pela autora, no que concerne à falta de clareza dos assuntos nos documentos legislativos, tem-se a corriqueira frase “e dá outras providências” presente em várias leis e decretos brasileiros, que não traz uma informação concreta sobre o tema principal do ato legal.

Para Silva (2005, p. 23), no Brasil ocorre uma grande produção de informação nos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, os quais elaboram e editam um emaranhado de leis, decretos, instruções, medidas provisórias, emendas constitucionais, súmulas e jurisprudências, gerando um acúmulo de informação muito grande. Faz-se, pois, necessário o conhecimento de técnicas para organizar e gerenciar de maneira prática e eficaz todos esses documentos, facilitando a pesquisa e a recuperação da informação pela comunidade jurídica. Eis o papel do bibliotecário jurídico. E, para cumprir esse papel, é necessário que o

bibliotecário saiba conceitos básicos da área, daí a necessidade de defini-los, pelo menos em parte.

4.2 A ciência do Direito

A ciência do Direito é formada pelos conhecimentos resultantes do estudo ordenado das normas jurídicas com o propósito de aprender seu significado objetivo e de construir o sistema jurídico (GUSMÃO, 2006, p. 12).

Gagliano e Pamplona Filho (2007, p. 3) invocam a expressão latina *ubi homo, ibi jus* (onde há homem há direito) e afirma que o Direito visa a garantir a harmonia social, preservando a paz e a boa-fé, mediante o estabelecimento de regras de conduta, com sanção institucionalizada.

Ferraz Jr. (1980, p. 13-17) afirma que a expressão Ciência do Direito é recente, tendo sido uma invenção dos juristas e professores da Escola Histórica alemã que se empenharam em dar à investigação do Direito um caráter científico. Para o autor, a Ciência do Direito interpreta textos e situações a ela referidas, tendo em vista uma finalidade prática. A finalidade prática domina a tarefa interpretativa, que se distingue de atividades semelhantes das demais ciências humanas, à medida que a intenção básica do jurista não é simplesmente compreender um texto, como faz, por exemplo, um historiador que estabelece o sentido e o movimento no seu contexto. Ferraz Jr. diferencia as ações comuns da prática jurídica com a Ciência do Direito, afirmando que a mera técnica jurídica, a qual corresponde a atividade jurisdicional dos advogados, juízes, promotores, legisladores, pareceristas e outros, não se confunde com a Ciência do Direito.

Nesse diapasão é importante salientar o caráter científico do termo “Ciência do Direito” em comparação com o termo “Direito” proveniente das técnicas e atividades dos juristas.

A palavra Direito origina-se do latim *Directum*, que significa muito reto ou muito justo. No caso brasileiro, o Direito influenciou-se nos institutos romanos, germânicos e canônicos e dividiu-se em dois grandes ramos:

- Direito Público: subdivide-se em interno e externo e rege as relações do Estado e do interesse público (coletivo), serviços e bens públicos, licitação, tombamento de prédios históricos, entre outras;
- Direito Privado: disciplinador dos interesses individuais de cada um, isto é, da relação entre os particulares. A doação, a compra e venda de bem móvel ou imóvel, a partilha de bens entre herdeiros ou cônjuges são exemplos de atos regidos por essa espécie do Direito (GUSMÃO, 2006).

Existe uma unanimidade entre os autores dos livros de introdução ao direito, em apresentar os conceitos de Direito positivo, natural, objetivo e subjetivo antes de estabelecer a divisão em público e privado. O Direito positivo é aquele que é imposto coercitivamente pelo Estado, por meio de leis, decretos, códigos, entre outras normas jurídicas. De modo contrário, o Direito natural se abstém de um legislador que elabore e aplique leis ou sanções para satisfazer ou impor a ordem em uma determinada sociedade.

Quanto à classificação de conceitos como “objetivo” e “subjetivo” pode-se dizer, fazendo um paralelo muito simples e genérico, que o Direito positivo é, pois, o Direito objetivo tendo em vista que os autores o conceituam como um conjunto de normas jurídicas que regem o comportamento humano, de modo obrigatório, prescrevendo uma sanção no

caso de sua violação (DINIZ, 2002). Em contrapartida, o Direito subjetivo é a permissão dada, por meio de normas jurídicas, para fazer ou não fazer determinada ação, ou possuir ou não possuir determinado objeto. É o direito que o Estado, por meio de normas e atos, oferece ao cidadão, que não é obrigado a exercê-lo caso não esteja em seus planos ou vontades. São ações regidas pelo direito subjetivo: comprar um imóvel, casar, ter filhos, assinar um contrato, adotar uma criança, exigir pagamento de uma dívida ou dispor do seu patrimônio, dentre outras.

Para facilitar a compreensão e demonstrar a hierarquia e subdivisões de algumas áreas do Direito apresenta-se a figura abaixo:

Figura 4: Mapa conceitual do Direito

Analisando, de modo sucinto, cada classe especificada no mapa anterior, inicia-se pelo Direito Constitucional que é o mais fundamental do Direito Público Interno, sendo

superior aos demais por organizar o Estado, os governos e as garantias individuais do cidadão. Na hierarquia da legislação, a Constituição é a lei mais importante de uma nação. Segundo Gusmão (2006. p. 107) a superioridade desse direito é tal que todos os demais ramos (público e privado) têm que se adaptar as suas prescrições, não podendo violá-las, sob pena de serem inconstitucionais. A segunda subespécie do direito público interno é o Administrativo cuja função é regulamentar e reger normas que estabelecem a organização e o funcionamento da administração pública. Interesses coletivos, atos administrativos, bens públicos e serviços públicos são exemplos de atos condicionados às disposições dessa subramificação do Direito.

Em seguida, surgem os direitos Financeiro, Tributário e Aduaneiro. Embora as questões financeiras estejam presentes nessas subclasses, existem distinções entre suas funções. Enquanto o Direito Financeiro define as regras referentes às atividades financeiras do Estado (finanças, composição de orçamento e receita pública), o Direito Tributário estabelece normas para arrecadação e/ou isenção de taxas, impostos e sanções para os contribuintes inadimplentes, isto é, regula a relação entre o Fisco e o contribuinte interno. No Direito Aduaneiro são reguladas as regras tributárias que incidem sobre a cobrança de impostos originadas do comércio exterior.

No próximo elenco de disciplinas figuram as classes correspondentes às questões judiciárias e processuais. Assim apresentam-se o Direito Judiciário cuja função é reger a organização do Poder Judiciário (tribunais e atribuições dos juízes) e o Processual que estabelece as regras necessárias ao andamento de uma ação judicial, dividindo-se em processo civil (ações civis) e processo penal (ações penais). Os Códigos de Processo Civil e Penal são as leis mais significativas nessas áreas do Direito brasileiro. Completando esse quadro apresentam-se o Direito Penal definindo quais são os crimes e delitos prejudiciais à

sociedade e estabelecendo as punições e sanções para aqueles que cometem algum delito. Finalizando as ramificações do Direito Público há o Direito Público Externo, representado pelo Direito Internacional, que define as regras para a solução das questões de caráter internacional e se divide em público e privado.

Para os doutrinadores essas são as principais derivações do Direito Público, todavia, pode-se acrescentar a essa clássica divisão o Direito Ambiental e o Direito Eleitoral por terem em sua natureza a função de estabelecer normas para o interesse coletivo. O Direito Ambiental estabelece os atos relacionados à preservação do meio ambiente e o Direito Eleitoral estipula as regras para o processo das eleições e controla as exigências para ser eleitor, bem como, as datas de eleições, as formas e a apuração dos votos.

Prosseguindo com o estudo da representação gráfica chega-se às subdivisões do Direito Privado. Primeiro tem-se o Direito Civil como instituto regulador dos interesses do cidadão em relação a si, aos outros e as entidades coletivas. Assim, os temas relacionados ao direito pessoal, patrimonial, bens, família, contrato, sucessões, obrigações, responsabilidade civil, entre outros são monitorados pelo Direito Civil. A lei mais representativa dessa subdivisão do Direito é o Código Civil. Como apresentado na figura 4, o Direito Civil é uma seção do Direito Privado, contudo, alguns autores utilizam ambas as terminologias como sinônimos.

Logo em seguida, aparece o Direito de Família como primeira subclasse civil, definindo as regras que comportam as relações de família: casamento, divórcio, adoção, paternidade, filiação, bem de família, tutela, alimentos, guarda de filhos entre outros. Vale lembrar, que os atos relacionados à sucessão do cônjuge sobrevivente, em outras palavras, às questões relacionadas à partilha de bens, inventário, herança e testamento são regulamentadas pelo Direito das Sucessões, a próxima área do gráfico, cuja função é

estabelecer as regras para a transmissão de direito (bens e obrigações) do de cujus (falecido) para seus herdeiros.

Afastando-se das relações de família surgem o Direito das Obrigações, das Coisas e Agrário. O primeiro estabelece as regras para a formação dos contratos, que são fontes das obrigações, e define as modalidades de obrigações e as sanções pelo seu inadimplemento (descumprimento). No que concerne ao Direito das Coisas há uma dissensão entre os autores que, por vezes, adotam também o termo Direito Real. Todavia, a função dessa subespécie do Direito Civil é firmar regras referentes à posse e propriedade de bem móvel e imóvel.

Os conceitos de Direito de Construir (direito que o proprietário tem para construir em sua propriedade conforme o seu interesse) e Direito Imobiliário (direito de uma pessoa sobre um bem imobiliário, isto é, um bem imóvel) não são estabelecidos pelos doutrinadores como divisões do Direito Civil (por isso não constam na figura), mas dadas as suas peculiaridades e funções pode-se classificá-los como subclasses do Direito das Coisas.

O Direito Agrário finaliza o agrupamento civil e tem por incumbência regulamentar a utilização da terra. O Estatuto da Terra que regulamenta o parcelamento do solo rural, seu arrendamento, entre outros, exemplificam a aplicação do Direito Agrário.

Decompondo outro tópico da figura tem-se o Direito Comercial como área disciplinadora dos atos do comércio, os quais são: as relações entre comerciantes e auxiliares do comércio, contratos e obrigações mercantis. Outrora, o Direito Comercial regulamentava as questões concernentes às sociedades empresariais, mas o Novo Código Civil (NCC) suprimiu essas questões do Código Comercial e passou a tratá-las em um capítulo dedicado ao Direito de empresa. Gonçalves (2003a) afirma que o NCC unificou as

obrigações civis e mercantis constantes da primeira parte do Código Comercial. Após a introdução do NCC muitos atos que eram disciplinados pelo Direito Comercial são hoje regulados pelo Direito Civil.

Prosseguindo com as derivações dessa área há o Direito Falimentar, que estipula as regras referentes à falência das empresas e traça todos os trâmites e procedimentos do processo falimentar. A partir de janeiro de 2005, o Poder Executivo sancionou uma nova lei de falência e recuperação de empresas, que revogou e substituiu o velho Decreto de 1945.

A próxima divisão apresenta o Direito Autoral que, para os profissionais da informação, não é uma área desconhecida devido à polêmica questão das cópias de livros nas bibliotecas. Mas a ação dessa classe do Direito não se restringe à proteção de obras literárias; alcança, também, obras artísticas e científicas.

O terceiro grande ramo do Direito Privado regulamenta as relações individuais e coletivas do trabalho. A base legal, mais considerável, dessa espécie do direito é a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Ressalva-se que é comum encontrar na literatura legal autores que classificam o Direito do Trabalho como subespécie do Direito Público Interno, existindo assim algumas divergências entre os doutrinadores.

Algumas divisões do Direito estão ausentes das classificações do Direito Público ou Privado (por isso não foram representadas na figura), dentre essas divisões há o Direito do Consumidor, Previdenciário, das Telecomunicações, Securitário e Informático, relacionados, respectivamente, à proteção aos consumidores, regras e direitos aos aposentados e pensionistas, questões relacionadas às empresas de telefonia, seguros pessoais ou de bens móveis/imóveis e questões concernentes à Internet e comércio eletrônico.

Conforme a doutrina, algumas áreas não se enquadram em Público ou Privado por regularem, simultaneamente, interesse privado e público. Assim são inseridas em uma classe denominada Direito Misto. Na lição de Gusmão (2006, p. 148), o Direito Misto tutela interesse privado e público, ou é instituído por normas e princípios de Direito público e privado, nacional ou internacional. Apontam-se, como exemplos dessa especificidade jurídica, o Direito Aeronáutico ou Aéreo, o qual regulamenta as normas referentes ao transporte aéreo, e o Direito Marítimo que delinea os atos relacionados ao transporte e navegação marítima.

Outra importante fonte de estudo, que não se enquadra nas divisões apresentadas, é o Direito comparado, que compara as regras nacionais com as leis de outros países, tendo o objetivo de determinar as discrepâncias e semelhanças existentes entre elas.

Descritas as principais subdivisões representadas na figura 4 impõe-se frisar que há uma inter-relação entre elas. Por exemplo, o Direito nacional se comunica com algumas questões do Direito internacional, seja francês, inglês ou alemão, para julgar litígios e aplicar sanções referentes a estrangeiros, extradições, casamentos no exterior entre outros casos. Tais julgamentos e sanções são aplicados utilizando-se as regras da Lei de Introdução ao Código Civil – LICC e do Direito Constitucional, resultando assim em um ponto de encontro entre direito nacional e internacional.

Por ser a Constituição a lei suprema do país, ela define punições para os descumpridores da lei e, dessa forma, se estabelece um elo de ligação entre o Direito Constitucional e o Penal. Os atos e transações concernentes ao Direito Privado, como, por exemplo, a doação de um imóvel, utilizam normas do Direito Tributário e Financeiro para estabelecer o valor dos impostos devidos. O Direito do Trabalho possui influência do Direito Constitucional e Administrativo. No que se refere ao Direito Civil tem-se uma

interligação com diversas áreas por ser o regulador dos atos e interesses privados (individuais) e das entidades coletivas.

É evidente que existem outras relações na área jurídica. Aqui, procurou-se apenas numerar algumas para demonstrar que os ramos do Direito, como em outras áreas do conhecimento humano, não são estanques e isoladas, mas se refletem e se interligam entre si. Merece transcrição integral a lição de Tercio Sampaio Ferraz Jr. acerca do acima exposto:

não há nenhum centro absoluto e único de produção do direito, mas vários, organizados a partir de situações concretas, e concatenados entre si em função de critérios pragmáticos, como a possibilidade de atuação na solução de conflitos, tendo em vista diretamente a decidibilidade dos conflitos. Com isso a própria noção de hierarquia passa a ser secundária, como um modo de representação da ordem normativa, mas não o único, mesmo porque a linha produtora do direito não é vertical nem contínua (1980, p. 65).

4.3. Fontes do Direito

Fontes são os meios pelos quais se formam ou se estabelecem as normas jurídicas (MONTEIRO, 2003). No ordenamento brasileiro, as fontes jurídicas são categorizadas em materiais e formais.

As fontes materiais se fundamentam na origem e história do Direito, bem como, na sociologia, ética, política e costume. É com base nas fontes materiais que o legislador determina as fontes formais. Segundo Gusmão (2006, p. 104), as fontes materiais são as constituídas por fenômenos sociais e por dados extraídos da realidade social, das tradições e idéias dominantes, com as quais o legislador insere conteúdo ou matérias às fontes formais do Direito. Com isso, podemos deduzir que as fontes formais são os meios pelos quais o

Direito se apresenta: leis, regulamentos, decretos, jurisprudência, doutrina, tratados e outros.

Assim, existem as fontes formais legislativas, as quais são representadas pelas normas superiores (leis, projetos de lei, decretos, medidas provisórias, acordos e tratados) e inferiores (circulares, resoluções, carta-circulares, instruções, deliberações, comunicados, etc.); doutrinárias simbolizadas pelas monografias, artigos, pareceres e trabalhos apresentados em eventos; e as fontes jurisprudenciais retratadas pelas decisões dos tribunais, que segundo Atienza (1979, p. 52) são verdadeiras fontes do direito. É com base na jurisprudência que os operadores do direito fundamentam suas petições, pareceres e conhecem a linha de julgamento dos magistrados³¹.

Na atuação operacional do bibliotecário jurídico as fontes legislativas, doutrinárias e jurisprudenciais são as mais relevantes e produzem a chamada documentação jurídica, estando presente na maioria dos “acervos” jurídicos.

Conforme Atienza (1979, p. 19) a documentação jurídica é a reunião, análise e indexação da doutrina, da legislação (leis, decretos, decretos-leis, atos, resoluções, portarias, projetos de leis, ordens internas, circulares, exposições de motivos, etc), da jurisprudência (acórdãos, recursos, decisões, e de todos os documentos relativos a atos normativos administrativos). Do mesmo modo, Maciá (1998, p. 20) pondera que

la documentación jurídica puede definirse como la generada en la creación, aplicación, difusión e investigación del derecho. Abarca, por tanto, las fuentes del conocimiento del derecho, esto es, la

³¹ O costume, na linguagem jurídica, Direito Consuetudinário, é a fonte mais antiga do Direito. De acordo com os doutrinadores o costume é uma regra de conduta que é observada com constância e uniformidade em um meio social. É considerado a forma usual de agir no meio social, acompanhado de uma obrigatoriedade jurídica (MAXIMILIANO, 1980; FERRAZ JR. 1994; PALAIA, 2006; GUSMÃO, 2006). O costume é uma fonte subsidiária do Direito, isto é, só é aplicável quando a lei permitir, assim sua eficácia é subordinada à lei. Por já estar a lei presente na documentação jurídica, as fontes consuetudinárias não serão objeto de estudo da presente pesquisa.

legislación, la jurisprudencia y la doctrina científica en cualquiera de sus soportes: papel o informática.

Cabe ao bibliotecário conhecer as variáveis da documentação jurídica e possuir domínio conceitual para manuseá-la. Andretta (2004) destaca que além do fator tempo, presente, principalmente, nos prazos que os advogados são obrigados a cumprir, a exatidão das informações prestadas é muito importante. A informação contida em determinada lei, decreto ou acórdão pode ser vital para a tomada de decisão de advogados ou juristas. Tal entendimento é compartilhado por Guimarães (1994) ao afirmar que é imprescindível ao bibliotecário analisar com cuidado o tipo específico de documentação jurídica presente na sua lida profissional, identificando o que se configura doutrina, legislação e jurisprudência, não confundindo uma com as outras.

Quanto às fontes legislativas, é significativo identificar e distinguir os atos federais, municipais e estaduais, bem como, entender os trâmites das normas legislativas, além de manter-se atento às revogações, alterações e surgimento de novas leis/normas, evitando que o operador do Direito trabalhe com normas desatualizadas e/ou revogadas³². Machado (2000) assegura que, no tocante à legislação e jurisprudência, a recuperação inadequada ou incompleta pode causar desde a insatisfação do usuário até danos aos juristas e às partes.

No âmbito das fontes doutrinárias, é recomendável que o profissional bibliotecário conheça os livros clássicos da área de atuação dos seus usuários (civil, penal, comercial, tributário, entre outras), e mantenha o acervo atualizado em relação às novidades e discussões das respectivas áreas. É nas fontes doutrinárias e jurisprudenciais que o

³² O que se pretende ressaltar, neste ponto, é a falha do bibliotecário que, sem manter-se atualizado, transmite uma informação desatualizada para seu usuário. Todavia, é importante esclarecer que em alguns casos o profissional do Direito trabalha com normas que perderam a vigência, principalmente, se a causa do litígio ocorreu quando a norma ainda vigorava. Cita-se como exemplo o Código Civil de 1916 que, mesmo sendo revogado pelo Novo Código Civil, terá que ser aplicado nos litígios ocorridos na época em que vigorava.

bibliotecário sentirá, com mais ênfase, a necessidade de conhecer e compreender a terminologia da área para indexar e recuperar, de modo satisfatório, o conteúdo dos artigos, monografias, pareceres e acórdãos.

Ademais, em relação às fontes jurisprudenciais, é interessante o bibliotecário conhecer a competência dos tribunais, bem como, os tipos de recursos³³ e, muitas vezes, entender o significado das decisões dos magistrados, porque, no momento da representação e recuperação do acórdão, a menção do provimento ou improvimento da decisão poderá ser a causa determinante para o usuário consultá-lo ou não.

Percebe-se pelo exposto que há diferenças e particularidades entre as fontes de informação jurídica e que, para as finalidades documentárias de representação e recuperação da informação, exige-se, como lembra Guimarães (1993, p. 53), diferentes procedimentos de análise e representação temática, visando à recuperação de suas características intrínsecas.

Na seqüência discorrer-se-á sobre alguns pontos importantes das referidas fontes, objetivando apresentar os conceitos, características e particularidades de cada uma, para em seguida, nos capítulos posteriores, desenvolver parâmetros estratégicos de leitura técnica das fontes jurisprudenciais.

³³ Existem vários recursos processuais estabelecidos pela legislação brasileira: apelação, agravo de instrumento, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso ordinário, recurso especial, recurso extraordinário e embargos de divergência em recurso especial e em recurso extraordinário. O ordenamento brasileiro atribui um recurso específico para cada espécie de ato que o autor busca impugnar. Por exemplo, contra uma sentença de primeiro grau deve-se interpor o recurso de apelação, contra decisões interlocutórias cabe recurso de agravo, e assim sucessivamente.

4.3.1 Fontes formais legislativas

Segundo um estudo publicado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário, no período de 5/10/1998 a 5/10/2007 foram editadas 3.628.013 normas, das quais 148.577 são federais, 956.695 estaduais e 2.522.741 municipais (AMARAL, 2007). Com base nesses números percebe-se a torrente de atos legais que interferem na vida dos cidadãos comuns e dos operadores do Direito, que encontram nas fontes legais as normas corretas de conduta, os direitos, deveres/proibições e a melhor forma de resolver determinadas questões. Bobbio (1999, p. 37) chega a comparar a quantidade de normas à quantidade de estrelas no céu, “jamais alguém consegue contar”. Para o autor a dificuldade de rastrear essas normas está no fato delas não derivarem de uma única fonte, uma vez que a necessidade de regras de conduta numa sociedade é tão grande que não existe nenhum poder em condições de satisfazê-la sozinha.

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 59, estabelece os tipos normativos presentes no processo legislativo brasileiro, dentre os quais estão: emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.

Para o bibliotecário é importante conhecer os trâmites do processo legislativo, isto é, a origem, a formação, as fases e os institutos responsáveis pela elaboração das espécies normativas. Além das regras de redação e estruturação dos textos legais. Esses conhecimentos serão valiosos no momento da leitura técnica das fontes legislativas, por isso, é pertinente apresentar alguns detalhes do processo legislativo para que o bibliotecário compreenda a tramitação e funcionamento das fontes legais e possa criar sua estratégia de leitura.

4.3.1.1 Processo legislativo

Conforme Carvalho (2007, p. 134-163) o processo legislativo compreende o conjunto de atos (iniciativas, emenda, votação, sanção e veto) realizados pelos órgãos legislativos visando à formação de emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, medidas provisórias, decretos legislativos e resoluções.

O histórico do processo legislativo inicia-se nas comissões de uma das casas legislativas e após discussão e votação segue para a sanção ou veto no Executivo.

Na esfera federal o poder legislativo é representado pelo Congresso Nacional (Senado Federal e Câmara dos Deputados), no âmbito estadual e municipal circunscreve-se à Assembléia Legislativa e Câmara Municipal. A tramitação do processo legislativo ocorre da seguinte maneira:³⁴

Iniciativa: É a fase introdutória do processo legislativo na qual o titular legislativo encaminha projeto de lei à Casa Legislativa, objetivando convertê-lo em lei. Conforme o art. 61 da CF 1988, pode ser um membro da Câmara dos Deputados, Senado Federal ou Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal - STF, dos Tribunais Superiores, do Procurador Geral da República, o Presidente da República ou o cidadão comum.

Emenda: A segunda fase do processo legislativo é a da emenda. A emenda do processo legislativo é uma proposição acessória apresentada a uma proposta principal (projeto de lei). Elas podem ser *aditivas* quando acrescentam algo ao projeto; *supressivas* quando eliminam disposição ou parte do projeto e *modificativas* se alteram o projeto, sem modificá-lo substancialmente. Ao contrário da emenda substitutiva que é apresentada para

³⁴ Para relatar as particularidades do processo legislativo utilizar-se-á a experiência oriunda da área e os conhecimentos provenientes da leitura de Carvalho (2007) e Atienza (1979).

substituir outra proposição e é denominada *substitutivo*. Há também as emendas *aglutinativas*, que resultam da fusão de outras emendas e a *subemenda*, que é a emenda apresentada a outra emenda. Cumpre salientar, que essa emenda é diferente da Emenda à Constituição.³⁵

Votação: Tanto a discussão, como a votação, dependem da manifestação das duas Casas Legislativas: Câmara dos Deputados e Senado Federal. Na discussão os congressistas expõem seus comentários contra ou a favor do projeto discutido e se necessário apresentam emendas ao projeto. Terminada a discussão o projeto segue para votação nas duas casas legislativas: a Casa iniciadora e a Casa Revisora. Caso o projeto seja aprovado em uma e rejeitado na outra, ele não está aprovado e será arquivado, pois não houve a manifestação positiva das duas casas. Pode acontecer de o projeto ser aceito pela Casa iniciadora e ser emendado pela casa revisora, neste caso ele deve retornar a casa iniciadora para que seja apreciada a emenda. O artigo 65 da Constituição Federal de 1988 regulamenta esta fase do processo legislativo ao dispor que “*o projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviada à sanção ou promulgação, se a Casa Revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar*”. Antes de chegar a votação no Plenário as proposições legislativas são encaminhadas às comissões parlamentares que avaliam e deliberam sobre a matéria posta em discussão e emitem seus pareceres. É comum as proposições tramitarem em mais de uma comissão, por exemplo, um projeto originário da *Comissão de Economia, Indústria e Comércio*, que apresenta uma proposição para o “desenvolvimento industrial nas cidades ribeirinhas da Amazônia”, deverá passar pela *Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional*, pela *Comissão de Finanças e*

³⁵ Emenda à Constituição ou Emenda Constitucional designa tanto o processo como o resultado da atividade do poder constituinte de reforma da Constituição. (DE PLÁCIDO E SILVA, 1999, p. 300).

Tributação para ver se há verbas para a empreitada e, talvez, pela *Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias*.

Sanção: É a concordância do Presidente da República ao projeto de lei aprovado nas casas legislativas. Segundo o artigo 66 da Constituição Federal “a casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao presidente, que aquiescendo, o sancionará”. No parágrafo primeiro desse mesmo artigo é estabelecida a figura do **Veto**, que é a rejeição, por parte do Presidente da República, ao projeto apresentado pela Câmara ou Senado. O veto poderá ser total ou parcial. O veto total incide sobre todo o projeto de lei, e o veto parcial, artigo, parágrafos, incisos ou alíneas.

Promulgação: Se houver a concordância o Presidente transformará o projeto em lei, atestando sua existência, ordenando sua aplicação e cumprimento. O parágrafo 7º do artigo 66 da Constituição Federal determina que o presidente promulgue a lei dentro de 48 horas, observados os casos dos parágrafos 3º e 5º do mesmo artigo.

Publicação: É pela publicação que o texto do ato normativo torna-se público e é colocado à disposição dos cidadãos. A publicação completa da lei é requisito para sua entrada em vigor. Os veículos que publicam as leis são Diários Oficiais. As leis federais são publicadas no Diário Oficial da União – DOU, e as leis estaduais e municipais são publicadas em seus respectivos diários. No DOU os atos normativos: leis, decretos, resoluções, instruções normativas, portarias e outros atos normativos de interesse geral são publicados na *Seção I*. Nos Diários do Estado e Município, por exemplo, do Estado e Cidade de São Paulo, os atos legais encontram-se no Caderno *Executivo I, e Gabinete do Prefeito* respectivamente.

A figura abaixo indica os trâmites do processo Legislativo, usando como exemplo o Projeto de Lei 4497/2004 que foi transformado na Lei 11.382/2006.

Figura 5: Processo legislativo

4.3.1.2 Estrutura, hierarquia, classificação e conceito dos atos normativos

As técnicas de elaboração, redação e estruturação das leis estão consolidadas na Lei Complementar nº 95 de 26 de fevereiro de 1998 - (LCP 95/98).

O artigo terceiro da referida norma estabelece que a lei será estruturada em três partes:

I - parte preliminar, compreendendo a epígrafe, a ementa, o preâmbulo, o enunciado do objeto e a indicação do âmbito de aplicação das disposições normativas;

II - parte normativa, compreendendo o texto das normas de conteúdo substantivo relacionadas com a matéria regulada;

III - parte final, compreendendo as disposições pertinentes às medidas necessárias à implementação das normas de conteúdo substantivo, às disposições transitórias, se for o caso, a cláusula de vigência e a cláusula de revogação, quando couber.

Carvalho (2007, p. 92) resume a estrutura da lei em:

- Preâmbulo;
- Corpo ou texto
- Cláusula de vigência e cláusula revogatória;
- Fecho

Apresenta-se, a seguir, uma breve exposição sobre as partes do ato legal:

Parte Preliminar: Os textos legais iniciam com a epígrafe, que identifica o tipo de ato legal, o número e data de promulgação: Segundo Carvalho (2007) a epígrafe revela a

categoria normativa da disposição e sua localização no tempo, devendo ser realçada com letras maiúsculas, conforme o artigo 4º da LCP 95/98:

Art. 4º A epígrafe, grafada em caracteres maiúsculos, propiciará identificação numérica singular à lei e será formada pelo título designativo da espécie normativa, pelo número respectivo e pelo ano de promulgação.

A seguir vem a rubrica ou ementa. É na ementa que, salvo exceções, pode-se identificar o assunto da lei, pois a ementa apresenta objeto principal da lei. O artigo 5º da LCP 95/98 prevê que “a ementa será grafada por meio de caracteres que a realcem e explicitará, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei”. Muitas ementas legais não seguem essa regra, principalmente no que se refere à expressão “e dá outras providências”. Além disso, algumas leis regulam ou alteram diversos normativos e, dificilmente trazem ementas concisas, como no exemplo apresentado a seguir.

Ainda, na parte preliminar do texto legal, há o preâmbulo, que indica o órgão ou instituição competente para a prática do ato e sua base legal (art. 6º LCP 95/98). Em seguida, terminando essa parte da lei o texto legal traz o enunciado o objeto e a indicação do âmbito de aplicação.

Conforme Carvalho (2007, p. 106) a cada objeto ou matéria deve corresponder uma lei (não uma lei para dois objetos). A indicação do objeto revela o conteúdo essencial da matéria regulada. A autora enfatiza que o objeto não se confunde com a ementa da lei. De fato, o objeto da lei e seu respectivo âmbito de aplicação serão indicados no primeiro artigo do texto legal, conforme o disposto no artigo 7º da LCP 95/98 que estabelece outros princípios para o objeto da lei. Se esses princípios fossem cumpridos pelos nossos parlamentares teríamos textos legislativos mais claros, objetivos e compreensíveis. Por exemplo, o inciso I estabelece que, *excetuadas as codificações, cada lei tratará de um*

único objeto; e o inciso II dispõe que a lei não conterà matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão. A Lei 11.482 apresentada abaixo demonstra os elementos que compõem a parte preliminar de um ato legal, sendo um exemplo claro de uma lei que não trata de um único objeto, não indica em seu artigo primeiro todos os objetos tratados e não apresenta o âmbito de aplicação:

LEI Nº 11.482, DE 31 DE MAIO DE 2007**Epígrafe**

Efetua alterações na tabela do imposto de renda da pessoa física; dispõe sobre a redução a 0 (zero) da alíquota da CPMF nas hipóteses que menciona; altera as Leis nos 7.713, de 22 de dezembro de 1988, 9.250, de 26 de dezembro de 1995, 11.128, de 28 de junho de 2005, 9.311, de 24 de outubro de 1996, 10.260, de 12 de julho de 2001, 6.194, de 19 de dezembro de 1974, 8.387, de 30 de dezembro de 1991, 9.432, de 8 de janeiro de 1997, 5.917, de 10 de setembro de 1973, 8.402, de 8 de janeiro de 1992, 6.094, de 30 de agosto de 1974, 8.884, de 11 de junho de 1994, 10.865, de 30 de abril de 2004, 8.706, de 14 de setembro de 1993; revoga dispositivos das Leis nos 11.119, de 25 de maio de 2005, 11.311, de 13 de junho de 2006, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e do Decreto-Lei no 2.433, de 19 de maio de 1988; e dá outras providências

Ementa ou Rubrica

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Preâmbulo

Art. 1º O imposto de renda incidente sobre os rendimentos de pessoas físicas será calculado de acordo com as seguintes tabelas progressivas mensais, em reais:

Enunciado de um dos objetos da lei

Observa-se que a lei altera a alíquota do imposto de renda, altera a CPMF, revoga e altera dispositivos de outras leis e ainda dá outras providências. Mesmo que as leis

alteradas por essa norma estejam vinculadas por afinidade, pertinência e conexão será difícil estabelecer, somente pela leitura da ementa, a temática da referida lei.

Parte Normativa: A parte normativa é representada pelo texto ou corpo da lei e apresenta as disposições que alteram a norma jurídica. Sua estrutura e articulação seguem os princípios estabelecidos no art. 10 da LCP 95/98. A unidade principal dessa articulação é o artigo. Tanto as leis, como os códigos, as constituições e os decretos apresentam os seguintes elementos em suas redações:

- **Artigo:** Constitui a unidade para apresentação, divisão ou agrupamentos de assuntos no texto da lei, sua numeração até o artigo nono é contada como ordinal e a partir do dez utiliza-se algarismo arábico. O artigo 1º traz a unidade temática do texto e os artigos finais apresentam a vigência e as revogações;
- **Caput:** É a parte principal do artigo que representa suas ações;
- **Parágrafo:** Apresenta o desdobramento do artigo, constituindo sua primeira divisão. Enquanto o artigo traz a disposição principal, o parágrafo apresenta a disposição secundária, sua numeração segue o mesmo critério dos artigos e seu sinal gráfico é representado pelo símbolo §, exceto quando o parágrafo é único;
- **Inciso:** É utilizado para a divisão de artigos ou parágrafos quando o assunto por ele tratado não puder ser acrescentado ao artigo ou não for adequado para constituir um parágrafo, sua grafia é representada por algarismos romanos.
- **Alíneas:** Constituem desdobramentos dos artigos e parágrafos e são representadas por letras;
- **Itens:** Desdobramentos das alíneas, os itens são indicados por algarismos arábicos.

Figura 6 : Desdobramento do artigo

É evidente que existem variações, pois algumas leis trazem em seu conteúdo apenas os artigos e parágrafos, sem constar incisos e alíneas. Ademais, além dessas subdivisões, os artigos de um ato legal podem ser agrupados em Seção, Capítulo, Título, Livro e Parte. O conjunto de artigos constitui uma Seção; o conjunto de seções constitui um Capítulo; o conjunto de capítulos forma um Título, e o conjunto de títulos constitui um Livro. Nas leis mais extensas como, por exemplo, o Código Civil brasileiro, os livros são reagrupados em duas partes: Geral e Especial.

Figura 7 : Agrupamento do artigo

Parte final: Na parte final o legislador apresenta as disposições necessárias à implementação da lei. Nessa parte um elemento importante é a cláusula de vigência, por nela está o tempo em que a lei vigorará após a sua publicação no Diário Oficial. Outro fato importante no quesito vigência, é quando a lei é publicada instantaneamente após a promulgação do Chefe de Estado, mas só entrará em vigor numa data posterior. Esse fenômeno é chamado *vacatio legis*, que corresponde ao tempo de vacância da lei, ou seja, ao período corrente entre sua publicação e sua entrada em vigor. Para o profissional bibliotecário esse é um dado importante no tratamento das fontes legislativas, sendo necessário explorar essa informação na leitura técnica e mencionar em algum campo que a norma indexada entrará em vigor, por exemplo, após o período de 90 dias da data de sua publicação.

Fecho, assinatura e referenda da lei.: Após o último artigo do ato normativo é apresentado o fecho da lei que contém a data, local de assinatura (por exemplo: Brasília, Palácio dos Bandeirantes, Prefeitura do Município de São Paulo) e referência aos aniversários da Declaração da Independência e Proclamação da República, no âmbito federal ou aniversário da fundação da cidade no âmbito municipal. Quanto ao quesito assinatura, para que o ato legislativo tenha validade, ele deve ser assinado pelo Chefe de Estado e referendados pelas autoridades competentes. Referendar, segundo o Dicionário Aurélio³⁶, significa “assinar por baixo da assinatura do chefe do governo (um documento legal, para que este se publique ou execute)”. Com isso, os documentos assinados pelos

³⁶ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

chefes de Estados são referendados por seus ministros ou secretários que passam a ser co-responsáveis pela execução e observância da norma.

Para ilustrar conjuntamente as três partes de um ato normativo, com sua articulação e desdobramentos usar-se-á algumas partes do Código Civil brasileiro:

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002.	Epígrafe	Parte Preliminar
Institui o Código Civil.	Ementa ou Rubrica	
O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:	Preâmbulo	
<p style="text-align: center;">P A R T E G E R A L</p> <p style="text-align: center;">LIVRO I</p> <p style="text-align: center;">DAS PESSOAS</p> <p style="text-align: center;">TÍTULO I</p> <p style="text-align: center;">DAS PESSOAS NATURAIS</p> <p style="text-align: center;">CAPÍTULO I</p> <p style="text-align: center;">DA PERSONALIDADE E DA CAPACIDADE</p>	<p>Divisão do texto normativo em: Partes Livros, Títulos, Capítulos, Seções.</p>	
<p>Art. 1º Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.</p> <p>(...)</p>	<p>Enunciado do objeto</p> <p>Nesse caso o artigo 1º atesta que toda pessoa é capaz de direitos e deveres, salientando a figura da “pessoa” que é o objeto principal do Livro I (“Das Pessoas”) e não do Código Civil como um todo.</p>	Parte Normativa
<p style="text-align: center;">Seção IV</p> <p style="text-align: center;">Dos Prazos da Prescrição</p> <p>Art. 205. A prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor.</p> <p>Art. 206. Prescreve:</p> <p style="text-align: center;">§ 1º Em um ano:</p> <p>I - a pretensão dos hospedeiros ou fornecedores de víveres destinados a consumo no próprio estabelecimento, para o pagamento da hospedagem ou dos alimentos;</p> <p>II - a pretensão do segurado contra o segurador, ou a deste contra aquele, contado o prazo:</p> <p>a) para o segurado, no caso de seguro de responsabilidade civil, da data em que é citado para responder à ação de indenização proposta pelo terceiro prejudicado, ou da data que a este indeniza, com a anuência do segurador;</p> <p>b) quanto aos demais seguros, da ciência do fato gerador da pretensão;</p> <p>III - a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários;</p> <p>IV - a pretensão contra os peritos, pela avaliação dos bens que entraram para a formação do capital de sociedade anônima, contado da publicação da ata da assembléia que aprovar o laudo;</p> <p>V - a pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.</p>	<p>Articulação</p> <p>Os artigos 205 e 206 estão inseridos no Capítulo relacionado à Prescrição. Esse Capítulo está inserido no Título IV – Prescrição e Decadência, que se insere no Livro III – Dos fatos Jurídicos. O Livro III está inserido na Parte Geral.</p> <p>O art. 206 se desdobra em 5 parágrafos. O § 1º se desdobra em cinco incisos (V). O inciso II se divide nas alíneas a e b.</p>	
Art. 2.046. Todas as remissões, em diplomas legislativos, aos Códigos referidos no artigo antecedente, consideram-se feitas às disposições correspondentes deste Código.		
Brasília, 10 de janeiro de 2002; 181ª da Independência e 114ª da República.		
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO		Assinatura
<i>Aloysio Nunes Ferreira Filho</i>		Referenda

Quadro 4: As partes de um ato normativo

Prosseguindo com os pormenores dos atos legislativos, quanto á origem, duração e alcance, eles podem ser classificados em:

- Leis federais: criadas pelo Congresso Nacional (Senado e Câmara do Deputados depois de concluídos os trâmites relacionados na figura que apresenta o processo legislativo) são aplicadas a todo o território nacional: Exemplos: Código Tributário Nacional - CTN, Código Penal - CP, Lei do Divórcio, etc.
- Leis estaduais: promulgadas nas casas legislativas estaduais, que são as Assembléias Legislativas, regulamentam normas no âmbito dos territórios estaduais. Exemplos: Constituição do Estado de São Paulo, Lei do Parcelamento do Solo, Imposto de Transmissão Causa Mortis – ITCMD, Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS.
- Leis municipais: aprovadas pelas Câmaras Municipais demarcam a regulamentação de normas na esfera municipal. Exemplo: Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, Lei Orgânica Municipal, Imposto sobre serviços – ISS.

Em relação à durabilidade as leis podem ser:

- Permanentes: estabelecidas sem prazo predefinido de vigência. Tais normas só se tornam sem vigência depois de revogadas por ato posterior.
- Temporárias: São leis com um prazo limitado de vigência, por exemplo, a lei que disciplina a CPMF é uma lei que fixa um prazo certo para vigorar, embora, segundo as experiências anteriores, possa se tornar uma prática prolongada de encargo aos cidadãos com a promulgação de uma nova lei.

No que se refere ao alcance, pode-se estipular as seguintes categorias:

- Gerais: Regulamentam uma quantia diversa de situações jurídicas genéricas:
Exemplo: Constituição Federal – CF, Código Civil - CC.
- Especiais: Disciplinam atos com critérios particulares, isto é, situações jurídicas que, podem ou não estar regulamentadas nas leis gerais (CF, CC, etc.) de uma forma genérica e são normalizadas por uma norma específica. Exemplo: Código de Defesa do Consumidor - CDC, Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, Regulamento do Imposto de Renda.

Na figura 8 demonstra-se a hierarquia, de algumas, das principais normas da legislação. A Constituição aparece no ápice do gráfico por ser o regulamento supremo da nação brasileira. Qualquer norma que esteja contra os princípios estabelecidos na Constituição é tida como inconstitucional. Abaixo da Constituição seguem as demais regras legislativas e, logo em seguida, demonstram-se alguns conceitos desses atos.

Fonte: Atienza (1979)

Figura 8 : Hierarquia das normas legislativas

- **Constituição:** Dispõe sobre a organização política, institui os poderes públicos, regula as suas funções e delinea os direitos essenciais dos cidadãos de uma nação.
- **Emenda:** São textos que alteram disposições da Constituição. O poder legislativo brasileiro utiliza bastante esse artifício jurídico para alterar e acrescentar disposições à Constituição Federal. Uma importante Emenda, regulada em meados de 2004, confere novas competências aos tribunais.
- **Lei complementar:** Complementa artigo da Constituição obedecendo à determinação expressa.
- **Leis, Decretos-leis, Códigos:** As leis são atos jurídicos decretados pelo Poder Legislativo e submetidos à sanção do Poder Executivo. As leis mais comuns são as complementares e as ordinárias (as leis ordinárias são leis comuns, instituídas em carácter universal ou de generalidades, por exemplo, a Lei do Divórcio é uma lei ordinária). O decreto-lei é um ato de natureza legislativa, porém baixado e elaborado pelo poder Executivo, sem a interferência do Poder legislativo. Esse tipo de decreto possui a mesma força que a lei, estando assim, hierarquicamente em um mesmo nível. Em contrapartida, os decretos-executivos são normas que permitem explicar, regulamentar ou executar disposições contidas em leis. Os decretos não são leis, são atos inferiores às leis e sua função é regular as disposições das leis, não podendo criar direitos e obrigações novas. Os Códigos são definidos como um conjunto de leis que geralmente versam sobre determinado ramo do direito. No ordenamento jurídico federal temos os códigos: civil, processo civil, penal, processo penal, comercial, tributário, aeronáutico, minerário e de trânsito.

- Medidas Provisórias (MPs): Como o decreto-lei é uma norma (com força de lei), baixada pelo Presidente da República, sem o aval do Legislativo. Antes de vigorar a Emenda Constitucional 32, as MPs eram reeditadas muitas vezes. Hoje, se o Legislativo não as converter em lei no prazo de 60 dias perderão eficácia.
- Projeto de lei: É a proposta do texto de uma lei que provém das casas legislativas, e segue para a sanção ou veto do Executivo.
- Resolução É ato pelo qual a autoridade pública ou o poder público toma uma decisão, impõe uma ordem ou estabelece uma medida. De uma forma geral, as resoluções dizem respeito a questões de ordem administrativa ou regulamentar. Como exemplos têm-se as resoluções da Comissão de Valores Mobiliário (CVM) e do Banco Central (BACEN).
- Regulamento: Na ordem hierárquica é inferior á lei e sua competência é do Poder Executivo. Os regulamentos estabelecem as providências para execução de uma lei e são postos em vigência por meio de decretos. Pode-se citar o típico exemplo do Regulamento do Imposto de Renda.
- Portaria: São atos provenientes de órgãos administrativos que instituem avisos, instruções, recomendações, nomeações, admissões, dispensas entre outras ações.
- Circular: É, também, um ato de natureza administrativa, que contém recomendações a servidores com o objetivo de uniformizar procedimentos.
- Deliberações: Resultado da consulta ou discussão de algum dos três poderes (executivo, legislativo ou judiciário), os quais deliberam ou se pronunciam sobre questão posta a seus estudos.

Em suma, procurou-se nesse tópico apresentar os trâmites do processo legislativo, as regras de redação dos atos legais e a espécies normativas mais importantes, a fim de demonstrar elementos que possam ajudar o bibliotecário na identificação do assunto de um ato legal.

No questionário aplicado junto aos bibliotecários do Grupo de Informação e Documentação Jurídica do Estado de São Paulo - GIDJ/SP percebeu-se que muitos exploram apenas a ementa no momento da indexação dos atos legais, mas como foi apresentado, o artigo primeiro, salvo as exceções, também pode informar o objeto da lei. Outro ponto importante a ponderar é que o corpo dos textos legais, salvo exceções³⁷, traz a definição do termo jurídico utilizado no âmbito daquela lei. Para ilustrar veja-se o exemplo do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90), o seu artigo 2º define consumidor *“toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”*. Imagina-se que o bibliotecário não saiba que a pessoa jurídica também é considerada consumidor, tal informação não é retratada na ementa do Código que traz os seguintes dizeres: “Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências”. Assim, defende-se a importância do profissional bibliotecário explorar, dentro do possível,

³⁷ Em alguns casos a normas legais não esclarecem os conceitos descritos em seus conteúdos. Por exemplo, a Lei 11.506, de 19 de julho de 2007 apresenta a seguinte ementa: “Institui a data de 16 de novembro como o Dia Nacional dos *Ostomizados*”. Esta lei possui apenas dois artigos, o primeiro reproduz os dizeres da **ementa** e o segundo traz a **parte final**, estabelecendo que a referida lei entra em vigor na data de sua publicação. Em nenhum momento o legislador se preocupou em definir o que é “ostomizados”. Deste modo, quando houver carência de definição no documento a ser indexado o bibliotecário deve buscar esclarecimentos em fontes externas (doutrina, dicionários técnicos, em outros textos legais ou na jurisprudência). No caso da palavra ostomizados buscou-se a definição no site da Associação Brasileira de Ostomizados. Segundo informações do site quando uma pessoa necessita ser operada para construir um novo caminho para a saída das fezes ou da urina para o exterior, realiza uma cirurgia criando um ostoma, ou estoma, na parede abdominal pelo qual as fezes em consistência e quantidade variável, e a urina, em forma de gotas, são expelidas. Depois de um período de adaptação as pessoas ostomizadas podem levar uma vida normal e apenas devem respeitar alguns pontos fundamentais para conseguir a segurança que necessitam. Site: <http://www.abraso.org.br/ostomias.htm>. Acesso em 22 out. 2008.

outras partes dos atos legais que não seja a ementa no momento da indexação e organização das fontes legislativas.

4.3.2 Fontes formais doutrinárias

São os trabalhos de juristas e estudiosos do Direito que definem e sistematizam os conceitos jurídicos, criando teorias e institutos jurídicos (Palaia, 2006).

Para Gagliano (2007) é irrecusável a autoridade da Doutrina, inclusive como base de orientação para a interpretação do Direito. Representada pelos livros, artigos de periódicos, teses, pareceres e *papers* apresentados em congressos, a doutrina auxilia o advogado na fundamentação teórica de seus trabalhos e representa o aspecto científico do Direito, sendo por meio dela que os especialistas teorizam o conhecimento jurídico e propõem conceitos e definições peculiares à área.

No contexto da Doutrina, a organização de livros e artigos de periódicos é mais comum para os bibliotecários, contudo há uma tipologia documental que merece ser destacada, esta tipologia é o parecer jurídico. Na próxima seção apresentar-se-á detalhes de sua estrutura.

4.3.2.1 Parecer jurídico

Como já foi salientado o modelo da pesquisa se limita a explorar os acórdãos. Todavia, durante a aplicação do questionário junto ao Grupo de Informação e

Documentação Jurídica - GIDJ/SP notou-se que muitos bibliotecários indexam pareceres técnicos. Assim, apresenta-se uma breve exposição sobre os pareceres, mencionando algumas estratégias que podem ser usadas no momento da leitura técnica.

Embora o parecer seja classificado como documento pertencente às fontes doutrinárias, há autores que o enquadram nas fontes jurisprudenciais, tendo em vista que o parecer é o resultado escrito de uma consulta proferida por um especialista de uma determinada área do Direito, que irá pronunciar-se sobre uma questão de ordem jurídica, inferindo, através de doutrina e da interpretação dos atos legais, seu ponto de vista e opinião sobre a tese auferida e indicando a solução para o problema apontado. Segundo Guimarães (1993, p. 53) o parecer é um tipo especial de informação doutrinária, caracterizando-se pelo maior grau de especificidade e maior objetividade na apresentação dos conceitos jurídicos, não se preocupando tanto com a estrutura científica da informação, mas com a resposta a uma questão controvertida, objetivamente colocada.

É oportuno lembrar que existem pareceres com funções opostas daquelas que remetem à doutrina, isto é, alguns não são opiniões de jurisconsultos sobre determinada questão jurídica, por exemplo, os originários das casas legislativas, os quais manifestam a posição de um relator em relação à constitucionalidade e aspectos técnico-jurídicos da proposição que está sendo votada na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal. Outros tipos de pareceres são aqueles que expressam as orientações administrativas de determinado órgão governamental, por exemplo, os pareceres de orientação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ou do Departamento Nacional de Registro do Comércio - DNRC. Há ainda o parecer proveniente da manifestação do Ministério Público em alguns processos judiciais.

Para o caso da presente pesquisa o parecer que interessa é aquele escrito por um advogado³⁸ especialista na questão de direito que se busca “resolver”. Este tipo de parecer pode ser encontrado na literatura com as seguintes denominações: parecer jurídico, *legal opinion*, opinião legal, parecer técnico ou parecer legal. O dicionário jurídico *Black’s Law Dictionary* (1990, p. 896) define este tipo de parecer como “um documento no qual uma autoridade, tal como um procurador geral do estado, um procurador do município ou um advogado privado, manifesta seu entendimento da lei tal como aplicada aos fatos expostos”.³⁹

O parecer é utilizado pelos advogados (consultentes) quando ingressam com algum recurso e precisam sustentar a tese que pretendem defender em juízo. Em outras palavras é uma consulta com questionamentos perguntas/quesitos feitos a outro advogado especialista no assunto que se busca defender. E, do outro lado, o advogado consultado, parecerista, responde por escrito os questionamentos feitos.

Por serem documentos que acompanham os processos judiciais pode-se encontrar autores, como já foi mencionado, que os classificam como documentos jurisprudenciais. Contudo, a jurisprudência é um conjunto de decisões de um Tribunal, e não um conjunto de documentos utilizados na interposição dos recursos. Assim, enquanto acompanha o processo, o parecer é uma peça processual. Ademais, os pareceres podem ser solicitados quando os advogados precisam sanar dúvidas sobre determinada questão jurídica, ou quando querem orientações para ingressar com uma ação judicial.

³⁸ O art. 1º do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil regulamenta a atividade de assessoria e consultoria do advogado atribuindo-lhe poderes para emitir pareceres.

³⁹ Tradução livre.

Quanto à questão estrutural o parecer possui as seguintes partes⁴⁰:

Consulta: É o início do parecer onde o parecerista diz que os advogados X e Y solicitam sua opinião sobre determinada questão jurídica.

Antecedentes ou Histórico: O parecerista faz um breve relato dos fatos ocorridos.

Quesitos ou Parecer: Nesse item apresentam-se as perguntas (quesitos) para as quais os consultantes buscam respostas, e para cada pergunta segue a resposta do parecerista. Neste momento o parecerista usa dos artefatos da doutrina, legislação e jurisprudência para responder às perguntas do consultante.

O último item do parecer é a *Conclusão ou Respostas*, onde o parecerista descreve sucintamente cada resposta. Após a conclusão há a data e o nome do parecerista.

Os pareceres publicados em periódicos são “batizados” com um título e apresentam um sumário, antes do item “Consulta”. Veja-se como exemplo trechos do parecer publicado na Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro, n. 143, p. 255-270, jul.-set. 2006.

Atos e operações societárias em fraude à lei, visando à tomada ilícita do controle de companhia aberta – Abuso do poder de controle e conflito de interesses caracterizados – Invalidade.

Título do parecer

SUMÁRIO: 1. Antecedentes; 2. Reorganização; 3. Prejuízos à D-1 e aos acionistas minoritários da D-1 e da D; 4. Conflitos de interesse; 5. Alienação indireta de controle; 6. Quesitos. Parecer. O controle da D-1; o abuso do poder de controle; O conflito de interesses.

Sumário

⁴⁰ Para maiores informações sobre a estrutura e elaboração do parecer veja: CAPPA, Ermanno. *Il parere legale*. Milão: Giuffrè, 2004, p. 147-169.

A empresa consulente – doravante denominada simplesmente A, ou Consulente, por intermédio de seus ilustres advogados, Drs. Valdo Cestari de Rizzo e Sérgio Varella Bruna, nos submetem a seguinte Consulta (...)

Consulta

A empresa A, conjuntamente com a empresa B (em conjunto com as demais empresas pertencentes ao assim denominado Grupo B, doravante designadas, em conjunto ou separadamente, e como o contexto permitir, simplesmente, como B) e a empresa C, são as principais acionistas da companhia D, sociedade holding cujo objeto social é a administração de bens próprios e a participação em outra sociedade, qual seja, a D-1. (...)

Antecedentes

Em vista do exposto, pergunta-se:

Quesitos

6.1 Tendo em vista os conflitos de interesse acima apontados, é válida a deliberação tomada no Conselho de administração da D, em 21.12.2006, aprovando os termos da Reorganização e o voto da companhia nas assembléias a serem realizadas com referência ao tema no âmbito da D-1? (...).

6.1 Tendo em vista (...)

Respostas aos quesitos

R. Não. A deliberação é estridentemente conflitante com o interesse da companhia, usurpa a competência da Assembléia geral e tem por objetivo último possibilitar a realização de um ato em fraude à lei, sendo, por isso, inválida a teor do disposto nos arts. 115, “caput” (analogicamente), 154, 156 e 286 (analogicamente) da Lei de S/A, e 166, VI, do Código Civil (...)

É o parecer, s.m.j.
Erasmu Valladão A. e. N. França
São Paulo, 2 de janeiro de 2007.

Fecho com o nome do parecerista e data

Para o bibliotecário o importante é identificar quais as partes essenciais dos pareceres, pois como em outros casos, muitas vezes, não será possível ler o parecer na íntegra. Assim é necessário criar estratégias para identificação dos conceitos principais no momento da leitura técnica. Sugere-se a seguinte estratégia de leitura: ler o sumário, quando houver; as perguntas do consulente no item “Consulta” e as respostas apresentadas na “Conclusão”. Ao percorrer estas partes do parecer o bibliotecário terá condições de compreender as questões jurídicas que o Consulente propôs e as respostas dadas pelo Parecerista, indexando-as corretamente.

4.3.3 Fontes formais jurisprudenciais

A jurisprudência, como fonte de informação, fornece subsídios para sustentação e defesa das teses jurídicas. Simbolizadas pelos acórdãos, decisões e sentenças, é a base para os advogados constatarem como determinados problemas estão sendo julgados pelos magistrados e qual o melhor caminho a seguir:

A jurisprudência é a fonte mais geral e extensa de exegese, indica soluções adequadas às necessidades sociais, evita que uma questão doutrinária fique eternamente aberta e dê margem a novas demandas: portanto diminui os litígios e reduz ao mínimo os inconvenientes da incerteza do direito, porque de antemão faz saber qual será o resultado das controvérsias. (VANDER EYCKEN citado por MAXIMILIANO, p. 37, 1980).

Conforme Reale (2001, p. 166) a palavra "jurisprudência" pode ser entendida como a revelação do direito que se processa por meio do exercício da jurisdição, em virtude de uma sucessão harmônica de decisões dos tribunais. Na lição de Guimarães (1994, p. 45),

a jurisprudência é alvo de especial atenção tanto pelos usuários, como pelos bibliotecários da área, uma vez que a interpretação ali contida, produz margens para diferentes entendimentos.

Desse modo, a jurisprudência, que se forma pelo conjunto de várias decisões de um tribunal⁴¹, não gera sempre decisões igualitárias; pelo contrário há divergências, até mesmo dentro da mesma Câmara. Na medida em que vão surgindo casos/litígios semelhantes, os tribunais estabelecem regras para uniformizar as decisões, representadas pelas súmulas e pelas Uniformizações de Jurisprudência.

Quanto ao documento jurídico produzido pela jurisprudência, tem-se o acórdão que, segundo Atienza (1979, p. 53), quer dizer a resolução ou decisão tomada coletivamente pelos tribunais de justiça.

A base legal dos acórdãos está fundamenta nos artigos 163, 165 e 458 do Código de Processo Civil – CPC.⁴² A estrutura textual do acórdão é composta por: ementa, relatório e voto⁴³. Cada parte do acórdão possui uma peculiaridade própria. A ementa inicia o acórdão e se define como resumo, ou síntese do conteúdo do ato legal (ATIENZA, 1979, p. 136). Em seguida apresenta-se o relatório que pode ser identificado por meio dos seguintes dizeres “vistos, relatados e discutidos....” Tal expressão, segundo Guimarães (1994) quer dizer “cumpridos os devidos trâmites processuais, passa-se a identificar o acórdão”. No

⁴¹ Uma decisão isolada não constitui jurisprudência; é mister que se repita, e sem variações de fundo. O precedente, para constituir jurisprudência, deve ser uniforme e constante (MAXIMILIANO, p.184, 1980).

⁴² *Art. 163.* Recebe a denominação de acórdão o julgamento proferido pelos tribunais.

Art. 165. As sentenças e acórdãos serão proferidos com observância do disposto no art. 458; as demais decisões serão fundamentadas, ainda que de modo conciso.

Art. 458. São requisitos essenciais da sentença:

I - o relatório, que conterà os nomes das partes, a suma do pedido e da resposta do réu, bem como o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;

II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;

III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões, que as partes lhe submeterem.

⁴³ Para maiores informações consultar: GUIMARÃES, José Augusto Chaves. *Elaboração de ementas jurisprudenciais: elementos teórico-metodológicos*. Brasília: [s.n.], 2004. (Série Monografia do CEJ; v. 9).

fim do relatório, que termina com a expressão: “É o relatório”, há a Motivação, conhecida como Voto, e o Dispositivo, parte finalizadora do acórdão que manifesta-se com as expressões “dar provimento”, “negar provimento”, “não conhecer do recurso”.

Ademais dessas informações existem outros elementos presentes nos acórdãos, tais como: nome do tribunal, turma, relator, recorrente, recorrido, tipo de recurso, nome do recurso, número do acórdão, instância julgadora, juiz presidente, juiz relator e data do julgamento. Além da estrutura do acórdão, como já mencionada, é interessante para o profissional da informação conhecer, também, o funcionamento e regras de tramitação dos processos no judiciário, e a competência e hierarquia do poder judiciário brasileiro. No próximo capítulo apresentar-se-á os detalhes das partes e conteúdo dos acórdãos, bem como, os conceitos relacionados à tramitação dos processos judiciais.

A figura, a seguir, mostra a composição hierárquica do Poder Judiciário, com o Supremo Tribunal Federal – STF, como a mais alta corte de justiça do país, o Superior Tribunal de Justiça e, em uma esfera inferior, os Tribunais Superiores: do Trabalho (TST), Militar (TSM) e Eleitoral (TSE), juntamente com os Tribunais de Justiça e os Tribunais Regionais Federais.⁴⁴

⁴⁴ Na literatura mais antiga há menção aos Tribunais de Alçada, porém os mesmos foram extintos pela Emenda Constitucional 45/2004.

Fonte: Adaptado de Palaia (2006, p. 53)

Figura 9: O Poder Judiciário

As informações quanto à estrutura do Poder judiciário não podem passar despercebidas pelos bibliotecários. No entanto, para fins de recuperação da informação jurídica, a essência da informação está no conteúdo dos acórdãos, que devem ter suas teses (temas) e fundamentos compreendidos pelos bibliotecários. É necessário entender se a solução dada pelo tribunal será aplicável ao caso que o operador do Direito quer defender, tendo em vista que determinada decisão poderá ser desfavorável, por rejeitar a tese que ele busca sustentar⁴⁵.

Ressalta-se dessa forma, a importância do entendimento do tribunal figurar na indexação dos acórdãos, por ser essa a informação relevante para a comunidade jurídica.

Semelhante entendimento colhe-se da lição do professor Guimarães:

⁴⁵Além da ementa, como será apresentado nos próximos capítulos, ressalta-se a importância da leitura de outras partes dos acórdãos, pois muitas vezes pela ementa conclui-se que a decisão do tribunal é favorável à tese ora defendida pelo advogado, no entanto, ao ler o voto constata-se de que tal decisão é totalmente desfavorável à necessidade dele.

Em termos de recuperação temática da informação cumpre ressaltar, como peculiaridade da jurisprudência o entendimento do tribunal que a emite, sobre a tese jurídica aplicada em questão. Esse aspecto se torna de fundamental importância ao usuário uma vez que, na prática, o advogado do autor de uma lide vai procurar respaldar-se em jurisprudência reforçando a tese jurídica que pretende defender, ao passo que o advogado do réu, por sua vez, procurará jurisprudência rejeitando (o que entenda pelo não cabimento) de tal tese naquele caso. (GUIMARÃES, 1993, p. 48).

Assim, finaliza-se a exposição das fontes formais do Direito. Entretanto, no contexto atual, ocorrem constantes inovações do Direito nos diversos meios, por intermédio dos quais a informação jurídica se manifesta: monografias, jornais, revistas, enciclopédias, dicionários, fax, ligações telefônicas, correios eletrônicos, CDs, pesquisas impressas, páginas da Internet, além da infinidade de atos, leis, regras e regulamentos. Surgem novos motivos para contestar a clássica divisão em: doutrina, jurisprudência e legislação, sendo possível acrescentar uma nova classe às já conhecidas fontes a qual ousa-se denominar documentação intelectual (*know-how*).

Em outras palavras, essa fonte intelectual é o resultado final do trabalho do profissional do Direito, a resposta disponibilizada ao cliente, considerando-se para tal categoria os documentos que fazem parte da produção intelectual dos profissionais do Direito: os contratos, petições, pareceres internos, relatórios e respostas às consultas dos clientes, formalizados em e-mail, fax e cartas.

Partindo desse princípio, para Nascimento e Guimarães (2004), o documento jurídico ultrapassa a clássica tríplice divisão em doutrina, legislação e jurisprudência, na medida em que se resgata o entendimento, construção, tipologia, forma e estrutura. Talvez, venham surgir questionamentos sobre a utilidade desses documentos pelos aplicadores do Direito. É certo que não figurariam entre os magistrados, no entanto, estão presentes na

rotina de advogados e estagiários. Desse modo, seria mais uma tipologia documental jurídica para análise, tratamento e organização pelo profissional da informação.

4.4. As relações das fontes do Direito

Ainda que se tenha apresentado, nos itens anteriores, as definições individuais das fontes do Direito, impõe-se frisar que há uma relação e uma reciprocidade entre elas, isto é, há uma participação da doutrina na jurisprudência, da jurisprudência na legislação e da legislação na jurisprudência.

Cita-se, como exemplo, o caso da legislação que se atualiza com fundamentos das decisões jurisprudenciais, que não aplicaram a norma regulamentadora em determinado caso por ela não ter acompanhado a evolução da sociedade, estando desatualizada ou incompatível com a dinâmica e a realidade. Assim, após vários estudos o legislador altera, revoga ou cria um novo ato normativo, com base nas respostas da jurisprudência. Semelhante entendimento possui o professor Miguel Reale, que analisa a influência da jurisprudência:

A jurisprudência, muitas vezes, inova em matéria jurídica, estabelecendo normas que não se contêm estritamente na lei, mas resultam de uma construção obtida graças à conexão de dispositivos, até então considerados separadamente, ou, ao contrário, mediante a separação de preceitos por largo tempo unidos entre si. Nessas oportunidades, o juiz compõe, para o caso concreto, uma norma que vem completar o sistema objetivo do Direito (REALE, 2001, p. 167).

No âmbito da legislação pode-se citar, também, as relações dos atos normativos com outras fontes legais. Segundo Guimarães (1993, p. 46) os atos legislativos não podem

ser considerados em sua individualidade, mas como parte de todo um complexo. Conforme o autor, um ato normativo em vigor, pode ter sua redação alterada por ato posterior. Com isso, ressalve-se a relação das fontes do Direito dentro e fora de suas categorias.

Para Atienza (1979), a jurisprudência desempenha importante papel no esclarecimento dos conceitos gerais da norma legislativa e na sua adequação às peculiaridades dos casos concretos. Com o mesmo entendimento Guimarães (1993, p. 47) delineia que a jurisprudência elabora um trabalho interpretativo do texto legal, indispensável quando ocorrem lacunas na lei a ser aplicada ao caso concreto.

Danon-Boileau (1976, p. 111) aponta que os acórdãos jurisprudenciais não estabelecem novas deduções, mas novas apreciações dos textos de legislativos.

No caso particular da doutrina é comum encontrar citações dos juristas e pareceristas na fundamentação dos acórdãos, e de modo contrário, há os doutrinadores que utilizam a jurisprudência para comprovar seus argumentos e discussões. Ademais, a doutrina, também, opera nas fontes legislativas, através dos autores e estudiosos que se propõem a comentar, analisar e “traduzir” as regras e normas contidas nas leis. Além disso, a doutrina é fonte de pesquisa para os legisladores, assim como para os juristas, formularem seus textos legais e decisões judiciais. Nesse diapasão, Reale (2001, p. 176) afirma que ninguém elabora leis sem um mínimo de conhecimento jurídico. Em outras palavras ninguém elabora leis sem os conhecimentos, entendimentos, pontos de vista e definições estabelecidas pela Doutrina. Em seguida, apresentam-se interferências da jurisprudência na doutrina e legislação e da doutrina na jurisprudência.

Exemplo 1: Citação da jurisprudência na doutrina:

Doutrina: GHEZZI, Leandro Leal. *A incorporação imobiliária: à luz do código de Defesa do Consumidor e do código civil*, p. 93-94.

“De qualquer forma, o fato é que as decisões mais recentes do Superior Tribunal de Justiça têm sido no sentido de que a instituição de hipoteca pelo construtor é ineficaz em relação aos promitentes compradores desde o momento da celebração dos seus respectivos contratos de promessa de compra e venda. Atualmente, este entendimento encontra-se consolidado na *Súmula 308* daquela Corte ¹⁰², cuja edição resultou dos diversos precedentes mencionados no julgamento do *REsp 651.125/RJ* ¹⁰³”.

¹⁰² Súmula 308/STJ: “ A hipoteca firmada entre a construtora e o agente financeiro, anterior ou posterior à celebração da promessa de compra e venda, não tem eficácia perante os adquirentes do imóvel” .

¹⁰³ STJ. 3ª T. “Aquisição de bem imóvel. Hipoteca constituída pela construtora junto ao agente financeiro. Precedentes da Corte. Súmula 83. Nesta Corte há interpretação consolidada no âmbito da Segunda Seção no sentido de que a garantia hipotecária do financiamento não atinge o terceiro adquirente da unidade (....)”

Exemplo 2: Menção a decisões judiciais na legislação:

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
SECRETARIA DE DIREITO ECONÔMICO
GABINETE

Portaria nº 5, de 27 de agosto de 2002.

Complementa o elenco de cláusulas abusivas constante do art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

(...) CONSIDERANDO, finalmente, as sugestões oferecidas pelo Ministério Público e pelos PROCONs, bem como *decisões judiciais* sobre relações de consumo;

RESOLVE:

Art. 1º Considerar abusiva, nos contratos de fornecimento de produtos e serviços, a cláusula que:

Exemplo 3: Citação da doutrina na jurisprudência:

Jurisprudência - RESP 408.122-PR – 3ª T – j. 20/06/2006 – Relatora Ministra Nancy Andrigli

Voto: (....) “ Esta relatora não desconhece a existência de opiniões em sentido contrário ao ora defendido. Por exemplo, Carlos Klein Zanini, em sua excelente obra “*A dissolução judicial da sociedade anônima*” (Rio de Janeiro: Forense, 2005, pág. 233), observa que “a observância das condicionantes postas na L.S.A deve estar presente não apenas no momento da propositura da ação, mas também quando da prolação das sentença. É exatamente nesse sentido que dispõe o art. 462 do CPC, prescrevendo a obrigatoriedade de o juiz tomar em consideração qualquer fato constitutivo, modificativo, ou extintivo do direito capaz de influir no julgamento da lide”.

Observa-se que, no primeiro exemplo, o autor usou um acórdão do STJ para comentar o instituto da hipoteca. No segundo exemplo, a Portaria do Ministério da Justiça alterou o Código de Defesa do Consumidor, complementando o elenco de cláusulas abusivas com base nas decisões judiciais. Já a ministra Nancy Andrigli (terceiro exemplo) cita doutrina relacionada à sociedade anônima para atestar que existem opiniões divergentes das suas.

Destarte, finalizados os conceitos das fontes de informação jurídica, no próximo capítulo, serão introduzidas discussões e definições concernentes à dinâmica processual, para então chegar à apresentação dos modelos de leitura jurisprudencial.

CAPÍTULO V - MODELO DE LEITURA JURISPRUDENCIAL: BASES TEÓRICAS

5.1. Considerações iniciais

Considerando as limitações de uma pesquisa de Mestrado e, também, os resultados obtidos com as respostas dos bibliotecários do GIDJ/SP⁴⁶, busca-se, neste capítulo, propor um modelo de leitura técnica para as fontes jurisprudenciais.

O modelo apresentado nesse capítulo visa a demonstrar o processo de leitura, análise, identificação e seleção dos conceitos inseridos nas partes mais significativas dos acórdãos jurídicos, com a finalidade de fornecer aos bibliotecários instrumentos facilitadores das operações de análise documental. Com a utilização do modelo, o bibliotecário poderá identificar os fragmentos relevantes das fontes jurisprudenciais, buscando reconstruir satisfatoriamente o discurso original.

Cabe observar, porém, que esse modelo não pode ser considerado solucionador dos problemas de compreensão terminológica dos bibliotecários,⁴⁷ pois assim como as

⁴⁶ A pergunta número 03 do questionário tinha a seguinte indagação: Dentre as fontes de informação jurídica qual a que você julga ser a mais complexa para a leitura, análise e representação da informação relevante? Das respostas obtidas constatou-se que 5% julgaram ser a Doutrina; 26% a Legislação e 69% a Jurisprudência.

⁴⁷ Ao desenvolver um modelo estratégico de leitura corre-se o risco de mecanizar o processo de leitura técnica e sacrificar a compreensão, tendo em vista que ao indicar as partes dos textos que devem ser exploradas o

linguagens documentárias,⁴⁸ o modelo jurisprudencial será limitado, sendo necessário, às vezes, recorrer a outros meios para a execução das atividades de análise e síntese, tais como, dicionários, códigos, glossários e, até mesmo, consulta aos especialistas das diferentes áreas do conhecimento jurídico, na busca de respostas às dúvidas conceituais e terminológicas que podem surgir no momento da indexação.

Em suas pesquisas, Fujita e Rubi (2006, p. 4) defenderam o uso de modelos de leitura na indexação de textos científicos, no qual o indexador utiliza o conhecimento de estruturas textuais e se apóia em estratégias mais sistemáticas de identificação de conceitos para agilizar sua compreensão e realizar uma leitura rápida, tornando-se mais estratégico que o leitor normal.

Lara (1993, p. 54) delineia que a leitura do documentalista deve se desenvolver com o auxílio de regras adicionais que permitam a “identificação” daqueles referenciais que normalmente possibilitam, ao leitor previsto pelo texto (o especialista), proceder à sua interpretação (grifo e acréscimo nosso).

Guimarães (1994, p. 9) também ressalta a importância de aparatos metodológicos que orientem a análise e leitura técnica ao constatar, em seu estudo com os bibliotecários da área trabalhista, a inexistência de estratégias de análise documentária e o desconhecimento da estrutura do documento jurídico por esses profissionais.

Para o autor, cabe ao documentalista centrar seus maiores esforços no processo de análise e não na representação como muito se discute, constatando-se com isso, a importância de instrumentos metodológicos que contribuem com as fases da indexação.

bibliotecário poderá achar que isso é o suficiente. Porém, como já foi defendido em outros capítulos o domínio das estruturas textuais e da terminologia da área, somado ao conhecimento prévio sobre o assunto tratado são fatores fundamentais para uma representação consistente.

⁴⁸A representação via LDs, é ilimitada, e a natureza da mediação por elas exercida subordina-se a determinados sistemas de significação e postulados de significado adotados na sua construção” (LARA. 1993, p. 72).

Guimarães indaga-se sobre como realizar um processo de análise realmente adequado aos objetivos do documento e do usuário, sem que haja um prévio conhecimento do documento em suas características e objetivos. Evidente que o conhecimento e domínio da área constituem a primeira etapa para a solução do problema. E a utilização de modelos de leitura, no caso específico da área jurídica, seria a segunda, uma vez que indicaria as partes relevantes para a extração e seleção de conceitos nos textos legais.

Kleiman (2004), em outra discussão, afirma que o leitor adulto pode se valer de um modelo adequado, que o leve a se questionar sobre os possíveis tópicos e subtópicos do texto a ser lido. É certo, que os modelos que se pretende elaborar não se restringem a criar parâmetros que indiquem os tópicos e subtópicos do texto, mas sim guiar e remeter o indexador para os tópicos do texto que contenham a informação principal, isto é, planeja-se sistematizar a identificação das informações pertinentes nas fontes de informações jurídicas.

Em relação ao embasamento teórico, na fase que envolve as discussões relacionadas à indexação, foram utilizados os ensinamentos de Guimarães (1994), Fujita (2003a), Kato (1983) e Van Dijk (2002); na fase concernente às minúcias do processamento dos recursos e das etapas que antecedem a formação do acórdão, foram mencionados alguns doutrinadores do Direito, tais como, Barbosa Moreira (2007), Cândido Dinamarco (2002) e Humberto Theodoro Júnior (2007).

Cumprе esclarecer que os acórdãos utilizados para exemplificar a aplicação do modelo jurisprudencial foram selecionados da *Revista Eletrônica da Jurisprudência do*

*Superior Tribunal de Justiça - STJ*⁴⁹, concernente ao período de junho de 2003 a junho de 2008.

5.1.2 Modelo jurisprudencial: bases teóricas

O acórdão é o documento jurisprudencial que será explorado no modelo. Sua base legal está prevista nos artigos 163, 165 e 458 do Código de Processo Civil – CPC. Esses dois últimos artigos estipulam os requisitos essenciais da sentença, documento que materializa as decisões de primeiro grau, por meio das quais o Poder Judiciário dá uma resposta à demanda do autor. Já os acórdãos são documentos que materializam as decisões dos tribunais (órgãos colegiados) e, assim como as sentenças, apresentam a síntese do processo e a exposição feita pelo juiz no exame da causa. Conforme enfatiza Barbosa Moreira (2003), o acórdão não é o julgamento proferido pelo tribunal, mas a peça escrita que o registra e documenta.

Em outras palavras, tanto os acórdãos, como as sentenças são documentos provenientes do Poder Judiciário, que trazem em seus conteúdos, o histórico e o resultado das decisões proferidas pelos juízes.

No entendimento de Dinamarco (2002, v. 3, p. 655), os requisitos do artigo 458 aplicam-se de igual modo à sentença de primeiro grau e aos acórdãos dos tribunais. Mas, com efeito, vale lembrar ao bibliotecário que apesar dos requisitos processuais dos acórdãos e sentenças serem os mesmos, há certa distinção na disposição estrutural desses documentos.

⁴⁹ O Ato n. 88, de 14 de junho de 2002, cria a Revista Eletrônica da Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que disponibiliza o inteiro teor do acórdão, em formato texto, no site do STJ.

Segundo as regras do artigo 458 do CPC, a sentença deverá compor-se de três partes⁵⁰:

Relatório: é a exposição que o juiz faz, de todos os fatos e razões de direito que as partes alegaram e da história relevante do processo. O relatório contém os nomes das partes, o resumo do pedido e da defesa do réu, além da história (fatos) e pontos relevantes do processo desde o início do procedimento até o julgamento final. “O relatório é o espelho resumido e racional dos autos e do modo como o processo se desenvolveu”. (DINAMARCO, 2002, v. 3, p. 656).

Motivação (fundamentos de fato e de direito): se no relatório o juiz expõe os fatos e as questões suscitadas pelas partes, na motivação ele fundamenta a sua convicção quanto aos fatos relatados. “Trata-se de operação delicada e complexa em que o juiz fixa as premissas da decisão após laborioso exame das alegações relevantes que as partes formularam, bem como do enquadramento do litígio nas normas legais aplicáveis”. (THEODORO JR., 2007, p. 567). Dinamarco (2002, v. 3, p. 658-9) apresenta um rol de requisitos indispensáveis à motivação do juiz que poderá orientar o entendimento dos não especialistas da área. Esses requisitos são: a) interpretação das normas aplicadas; b) exame dos fatos e das provas; c) qualificação jurídica do conjunto dos fatos alegados e provados e d) declaração das consequências jurídicas dos fatos que o juiz reconhece como ocorridos. Na estrutura documental dos acórdãos, com especial atenção aos recursos especiais, a motivação se apresenta como *Voto*. É oportuno esclarecer que, ao decidir um recurso, no caso dos tribunais (órgãos colegiados), o juiz relator, aquele que é o responsável pelo recurso, não decide sozinho, mas há outros juízes decidindo com ele. Tanto o relator como os demais juízes são denominados desembargadores, no caso dos Tribunais de Justiça e Ministros, no caso das Cortes superiores (Superior Tribunal de Justiça - STJ e Supremo

⁵⁰ SANTOS, 1981, p. 16-20; THEODORO JR., 2007, p. 566-569; DINAMARCO, 2002, p. 654-662. v. 3.

Tribunal Federal - STF). É comum alguns acórdãos do STJ trazerem a expressão “Voto Vencido” ou “Voto-Vista”. No primeiro caso significa o voto daquele ministro que foi contra a decisão da maioria, por isso seu voto foi vencido. No segundo, acontece quando o ministro convocado pede vista dos autos do processo, objetivando conhecer detalhes dos acontecimentos para depois proferir o seu voto. Neste caso, o julgamento fica suspenso até a entrega dos autos pelo ministro, quando é marcada uma nova data para a continuação do julgamento. Com o intuito de sistematizar a leitura e torná-la mais rápida, recomenda-se aos bibliotecários, que os acórdãos que tiverem vários votos sejam analisados pelo voto do relator.

Dispositivo: é a parte final da sentença, na qual o juiz resolve as questões que lhe foram submetidas, acolhendo ou rejeitando, no todo, ou em parte, o pedido do autor. O Dispositivo classifica-se em direto e indireto: No direto, o juiz especifica a prestação imposta ao vencido, por exemplo: “condeno o réu a pagar ao autor a quantia pedida”, ou “condeno o réu a indenizar o autor na importância a ser apurada em liquidação”. E no indireto o juiz limita-se a declarar procedente ou improcedente o pedido do autor, por exemplo, “julgo procedente a ação na forma do pedido”. (SANTOS, 1981; THEODORO JR., p. 567, 2007).

O acórdão apresentado a seguir ilustra a composição de suas partes. Na primeira página há o número do recurso, (RESP 998.031), o nome do relator do acórdão (Min, Humberto Gomes de Barros), o nome do autor que nesse caso está representado pelo recorrente (Unibanco), o nome do recorrido (aquele contra quem está sendo interposto o recurso) (Rose Mary) e o nome dos advogados das partes. Após esses dados há a **ementa** e, nas partes seguintes, o **relatório**, o **voto** e o **dispositivo**.

<p>RECURSO ESPECIAL Nº 998.031 - SP (2005/0072290-4)</p> <p>RELATOR : MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS RECORRENTE : UNIBANCO UNIÃO DE BANCOS BRASILEIROS S/A ADVOGADOS : LUIS ANTONIO AGUILAR HAJNAL E OUTRO(S) THIAGO LUIZ BLUNDI STURZENEGGER E OUTRO(S) RECORRIDO : MARIA CARMEM JIMENEZ - ESPOLIO REPR. POR : LUIZ ALVES PASSIG - INVENTARIANTE ADVOGADO : EDUARDO JOSÉ BRITO DE CAMARGO E OUTRO RECORRIDO : ROSE MARY VITIRITTO NAMUR ADVOGADO : PAULO ALVES DA CUNHA</p> <p>EMENTA</p> <p>RECURSO ESPECIAL. SUCESSÃO. DÍVIDAS DO MORTO. TESTAMENTO QUE GRAVA OS IMOVEIS DEIXADOS COM CLÁUSULAS DE INALIENABILIDADE E IMPENHORABILIDADE. POSSIBILIDADE DE PENHORA, EM EXECUÇÃO MOVIDA POR CREDOR DO DE CUJUS.</p> <p>1. Os bens deixados em herança, ainda que gravados com cláusula de inalienabilidade ou de impenhorabilidade, respondem pelas dívidas do morto.</p> <p>2. Por força do Art. 1.676 do Código Civil de 1916, as dívidas dos herdeiros não serão pagas com os bens que lhes foram transmitidos em herança, quando gravados com cláusula de inalienabilidade e impenhorabilidade, por disposição da última vontade. Tais bens respondem, entretanto, pelas dívidas contraídas pelo autor da herança.</p> <p>3. A cláusula testamentária de inalienabilidade não impede a penhora em execução contra o espólio.</p> <p>ACÓRDÃO</p> <p>Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da TERCEIRA TURMA do Superior Tribunal de Justiça na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, conhecer do recurso especial e dar-lhe provimento, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Ari Pargendler e Nancy Andrighi votaram com o Sr. Ministro Relator.</p> <p>Brasília (DF), 11 de dezembro de 2007 (Data do Julgamento).</p> <p>MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS Presidente e Relator</p>	<p>Número do Recurso Especial</p> <p>Nome do Relator (juiz que relata o caso e o julga)</p> <p>Nome das partes e advogados</p> <p>Ementa: apresenta o resumo do acórdão</p> <p>Órgão julgador</p> <p>Data de julgamento</p>
<p>RECURSO ESPECIAL Nº 998.031 - SP (2005/0072290-4)</p> <p>RELATÓRIO</p> <p>MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS: Maria Carmem Jimenez faleceu, deixando aos seus filhos, em testamento, imóveis gravados com cláusula de impenhorabilidade e inalienabilidade.</p> <p>Em execução movida contra o espólio da falecida, foram penhorados tais bens. O inventariante requereu a baixa da penhora, alegando que o gravame instituído pela autora da herança impedia a constrição judicial.</p> <p>O pedido foi acolhido e a decisão confirmada pelo extinto TACiv-SP, em acórdão com a seguinte ementa:</p> <p>"Impenhorabilidade - Bens imóveis com cláusula de inalienabilidade por disposição da última vontade - Testamento - Artigo 1.676 do Código Civil de 1916 - Penhora tomada insubsistente pela r. decisão agravada - Decisão que merece ser mantida - Ausência de fraude à execução, assim como de instituição do gravame em benefício próprio do seu instituidor - Negado provimento ao recurso." (fls. 633/634)</p> <p>O exequente, Unibanco, interpôs recurso especial pela alínea 'a', apontando ofensa aos Arts. 1.676 e 1.722, do Código Civil. Alegou, em síntese, que:</p> <p>1) o Art. 1.676 do Código Civil garante apenas que os bens deixados em herança, com cláusula de impenhorabilidade, não responderão pelas dívidas próprias dos herdeiros;</p> <p>2) o Art. 1.722, também do Código Civil, estabelece que serão antes abatidas as dívidas do falecido, para depois se estabelecer o quanto do patrimônio deixado tocará aos herdeiros.</p> <p>Pede a reforma do acórdão recorrido, para que seja restabelecida a penhora.</p> <p>Sem contra-razões. Na origem, o juízo de admissibilidade foi negativo. Dei provimento ao Ag. 678.098/SP e determinei sua conversão em recurso especial, o que possibilitou este julgamento colegiado.</p> <p>RECURSO ESPECIAL Nº 998.031 - SP (2005/0072290-4)</p>	<p>Relatório</p>

<p>MORTO. TESTAMENTO QUE GRAVA OS IMÓVEIS DEIXADOS COM CLÁUSULAS DE INALIENABILIDADE E IMPENHORABILIDADE. POSSIBILIDADE DE PENHORA, EM EXECUÇÃO MOVIDA POR CREDOR, DO <i>DE CUIUS</i>.</p> <p>1. Os bens deixados em herança, ainda que gravados com cláusula de inalienabilidade ou de impenhorabilidade, respondem pelas dívidas do morto.</p> <p>2. Por força do Art. 1.676 do Código Civil de 1916, as dívidas dos herdeiros são satisfeitas com os bens que lhes foram transmitidos em herança, quando gravados com cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade, por disposição da última vontade. Tais bens respondem, entretanto, pelas dívidas contraídas pelo autor da herança.</p> <p>3. A cláusula testamentária de inalienabilidade não impede a penhora em execução contra o espólio.</p>	
<p>VOTO</p> <p>MINISTRO HUMBERTO GOMES DE BARROS (Relator): O Tribunal de origem valeu-se, unicamente, do Art. 1.676 do Código Bevilacqua, que diz:</p> <p>Art. 1.676. A cláusula de inalienabilidade temporária, ou vitalícia, imposta aos bens pelos testadores ou doadores, não poderá, em caso algum, salvo se de expropriação por necessidade ou utilidade pública, e de execução por dívidas provenientes de impostos relativos aos respectivos imóveis, ser invalidada ou dispensada por atos judiciais de qualquer espécie, sob pena de nulidade.</p> <p>Certamente, não foi a intenção do legislador escancarar uma porta para as fraudes.</p> <p>Os gravames instituídos pelo testador atingem os bens deixados aos herdeiros, para que as dívidas destes não alcancem o quanto lhes fora transmitido por herança.</p> <p>Mas as dívidas do morto são pagas com o patrimônio por ele deixado, independentemente de se terem gravados os bens com inalienabilidade ou impenhorabilidade.</p> <p>Pagas as dívidas do morto, o que sobrar do patrimônio será dividido pelos herdeiros. Sobre o restante é que incidirão os gravames instituídos em testamento, para que não responda por dívidas próprias dos herdeiros.</p>	<p>Voto (Motivação)</p>
<p>Dou provimento ao recurso especial para restabelecer a penhora.</p> <p>Documento: 746190 - Inteiro Teor do Acórdão - Site certificado - DJ: 18/12/2007 Página: 3 de 4</p>	<p>Dispositivo</p>

Quadro 5: As partes do acórdão

Observa-se que nas regras do artigo 458 não há menção à “Ementa” como requisito estrutural das sentenças e acórdãos. De fato, essa norma legal não a insere no rol dos seus quesitos. Contudo, a regra esculpida no art. 563 do CPC enfatiza que todo acórdão conterá um enunciado sintético da tese que ele espousa e que costuma receber o nome de ementa. Desse modo, assim como o acórdão do exemplo, RESP 998.031, todos os acórdãos apresentam a ementa em seu conteúdo.

Lembra Barbosa Moreira (2003, p. 688) que a ementa é útil por vários aspectos: permite a rápida identificação do tema versado e da posição adotada a respeito; simplifica a consulta à jurisprudência; e favorece a aplicação das técnicas de armazenamento de dados. Ademais, a ementa possui um valor significativo por ser o primeiro contato do leitor com o documento jurisprudencial, além de influenciar sua decisão de consultar ou não o inteiro

teor do acórdão. Na leitura da ementa o leitor toma ciência do entendimento do tribunal em relação ao assunto tratado no acórdão e decide se lhe convém ler o documento na íntegra.

A ementa deve facilitar o trabalho da pesquisa quando da procura ou busca da informação, possibilitando, também, o conhecimento do assunto que está sendo objeto de pronunciamento judicial, dando uma idéia geral do que o documento contém (ATIENZA, 1981, p. 31).

Na concepção de Atienza, a ementa jurisprudencial é o resumo, a síntese do conteúdo do pronunciamento judicial. A função e os objetivos da ementa se aproximam dos configurados na norma da ABNT 6028 que define e estabelece as tipologias dos resumos.⁵¹

Uma vez gerado o acórdão, necessário se torna resumi-lo, de modo a facilitar sua leitura por parte daqueles que se encontram em busca de fontes informacionais, desde o advogado que procura elementos para embasar uma tese na defesa dos interesses de seu cliente, até o juiz relator de um outro processo, que para respaldar seu entendimento, vale-se de fontes anteriores (precedentes) que dêem maior poder argumentativo a seu posicionamento (GUIMARÃES, 2004, p. 65).

Como lembra Guimarães (2004), a função da ementa é servir de apoio à pesquisa, atuando como um produto documentário de recuperação da informação. Observa-se que, nas bases de jurisprudência dos tribunais brasileiros, a recuperação dos acórdãos se concretiza pela leitura das ementas e dos descritores ou palavras-chave que sintetizam o assunto do acórdão. Logo, os indexadores devem estar preparados para representar satisfatoriamente o conteúdo desses documentos.

A figura apresentada, a seguir, pretende demonstrar as partes do acórdão, segundo as regras do art. 458 do CPC. A ementa aparece com destaque diferente, por não estar presente nos requisitos deste artigo.

⁵¹ Resumo é a apresentação concisa dos pontos relevantes de um documento. Os resumos podem ser críticos, indicativos e informativos. Embora a ementa se aproxime dos requisitos do resumo informativo, o qual informa ao leitor as finalidades, metodologias, resultados e conclusões do documento, de tal forma que, segundo a regra, se possa dispensar a consulta do original. Há, no entanto, uma grande probabilidade de não se dispensar a consulta da íntegra do acórdão, pois o operador do Direito busca no seu inteiro teor outros elementos para fundamentar sua tese.

O modelo de leitura apresentado neste trabalho recomenda que o processo de leitura técnica se inicie pela análise da ementa (Letra A), em seguida a motivação (voto) (Letra C), visando à identificação dos assuntos principais do acórdão. Na sequência, o dispositivo (Letra D), para a certificação do provimento ou improvimento do recurso pelo tribunal, e o relatório (Letra B), se houver a necessidade de validar e confirmar hipóteses do indexador ou afirmações que não ficaram claras.

Figura 10: Partes do acórdão x Etapas da leitura técnica

Feitas essas considerações sobre a estrutura dos acórdãos, é necessário expor o funcionamento da dinâmica processual, isto é, quais os elementos que antecedem a redação dos acórdãos. Essa explanação é importante para que os bibliotecários entendam os fatos descritos nos acórdãos e saibam distinguir quando tratam de questões formais de natureza recursal ou quando abordam temas de direito processual e material. As questões recursais ocorrem quando não há observância dos requisitos necessários à aceitação do recurso pelo tribunal, aceitação esta denominada “juízo de admissibilidade”. A título de exemplo, faz-se um paralelo com a rotina dos bibliotecários que atuam no setor de aquisição em bibliotecas

universitárias públicas. Ao analisar os procedimentos de aquisição, observa-se que para a biblioteca pública adquirir uma obra é necessário realizar licitação ou pregão, além de cumprir vários outros requisitos impostos pelas normas de licitação e/ou pregão. No caso dos recursos, também é necessário cumprir as regras processuais, para que estes sejam analisados pelo tribunal. Já as questões de direito material e processual surgem quando o indivíduo ao, acionar o Judiciário, busca o reconhecimento de direitos que podem ser de ordem material, como por exemplo, a devolução de parcelas de um contrato que não foi cumprido, ou de ordem processual, como a nulidade de uma sentença que não teve fundamentação do juiz.

5.1.3 Modelo jurisprudencial: a dinâmica processual

Tendo se formado um litígio, seja na esfera civil, criminal, tributária ou administrativa (por exemplo, declaração sobre a existência ou inexistência de uma relação jurídica, anulação de um ato jurídico, condenação para o pagamento de determinada importância, etc.), a pessoa física ou jurídica procura o Poder Judiciário para que este aplique a norma jurídica cabível à situação, reconhecendo o direito invocado pela parte.

Nesse momento surge a demanda, que é o ato pelo qual alguém pede ao Estado a prestação de atividade jurisdicional. Através da demanda, inicia-se um processo, no qual a parte formula um pedido, cujo teor indica o objeto do litígio. O órgão judicial julga, o que

se denomina *mérito*⁵² *da causa*, por meio de uma sentença, na qual o juiz acolhe ou rejeita, no todo ou em parte, o pedido do autor.

Todo o pedido tem uma causa, isto é, uma razão que justifica porque o autor formulou certo pedido ao juiz. Na terminologia jurídica é denominada *causa petendi ou causa de pedir*⁵³. A causa de pedir traduz-se nos fundamentos do pedido que o autor faz ao juiz, constituindo-se dos fatos narrados e dos fundamentos jurídicos invocados (DINAMARCO, 2002, v. 1, p. 420). Para identificar *a causa petendi*, deve-se responder a pergunta: por que o autor pede tal providência? Ou qual o fundamento de sua pretensão?

Essas perguntas estão presentes no modelo de leitura técnica dos documentos jurisprudenciais⁵⁴, pois sendo a *causa petendi*, o conjunto de fatos a que o autor atribui a produção do efeito jurídico por ele visado, na análise, identificação e seleção conceitual dos acórdãos, “esses fatos” devem ser identificados e representados.

No voto da apelação nº 2007.001.230049 do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro – TJRJ há a explicitação da causa de pedir (cf. Quadro 6). É importante salientar que os tribunais inferiores, como o citado, trazem a mesma estrutura dos acórdãos do Superior Tribunal de Justiça – STJ, salvo exceções em que o relatório está junto com o voto. Assim, o modelo elaborado nessa pesquisa poderá ser utilizado para a organização dos acórdãos provenientes tanto dos tribunais inferiores, como dos superiores.

⁵² Questão ou questões fundamentais de fato ou de direito, que constituem o principal objeto da lide, corresponde ao pedido do autor. In: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE AMAPÁ. *ABC da justiça*. 2003, p. 89.

⁵³ Se A ajuíza uma ação contra B para reclamar a restituição de quantia emprestada, o empréstimo é a *causa petendi* da demanda, pois segundo o ordenamento jurídico brasileiro, todo aquele que estabelece um contrato com outrem é obrigado a cumpri-lo. Por sua vez, o pedido corresponde à condenação do réu a pagar a quantia emprestada. Segundo Nancy Andrigli, ministra do STJ, no julgamento do RESP 623.704-SC e Teresa Arruda Alvim Wambier, autora do livro *Nulidades de processo e da sentença* 5.ed. p, 309, a causa de pedir tem a função de identificar o pedido.

⁵⁴ No modelo de leitura técnica jurisprudencial são formuladas várias perguntas pelo indexador para identificar a questão jurídica discutida no recurso, a *causa petendi* e o pedido.

Quadro 6: A causa de pedir no acórdão

Observa-se que, nesse acórdão do TJRJ, os autores pedem a rescisão do contrato com a devolução do sinal. A causa de pedir é identificada com a pergunta: Por que o autor pede tal providência? A resposta está explicitada no voto: porque não houve a concretização do contrato de locação definitiva de imóvel comercial.

Na figura 11 pretende-se resumir os acontecimentos que culminam na sentença proferida pelo juiz. Inicialmente há o litígio entre as partes, e desse litígio surge um pedido. No pedido há uma causa de pedir (os fatos que o autor alega para pleitear o pedido). O juiz analisa o mérito da causa e profere uma sentença aceitando ou negando o pedido do autor:

Figura 11: O início do processo

Para que o processo termine com a publicação da sentença proferida pelo juiz, ou com a publicação do acórdão nos casos dos tribunais (órgãos judiciais colegiados), é preciso atender os requisitos apresentados anteriormente. Como já apontado, quando o recurso é submetido ao exame do Tribunal, é necessário que estejam satisfeitas as condições impostas pela lei, isto é, os requisitos de admissibilidade, para que se possa apreciar o mérito do recurso. Segundo a doutrina processual, os requisitos de admissibilidade são:

- **Cabimento:** para que o recurso seja cabível é necessário que o ato impugnado seja suscetível de ataques por meio dele. Ex.: Contra sentença cabe apelação, e não outro tipo de recurso (agravo, por exemplo).
- **Legitimação para recorrer:** possuem legitimidade para interpor um recurso, as partes (autor ou réu) e o terceiro prejudicado. Exemplo: No processo entre **A e B**, **C** não tem legitimidade para recorrer de uma decisão, salvo na hipótese excepcional de ser ele um terceiro prejudicado.

- Interesse em recorrer: sempre que o recorrente esperar situação mais vantajosa, do ponto de vista prático, do que aquela em que haja posto a decisão impugnada. Exemplo: O autor não tem interesse em recorrer da sentença que julga sua ação inteiramente procedente.
- Inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer: quando o autor tem uma decisão desfavorável e a aceita, renunciando ao direito de recorrer não poderá fazê-lo posteriormente. Exemplo: O réu que aceita e realiza o pagamento imposto por uma condenação não pode, em regra, recorrer da sentença depois do pagamento.
- Tempestividade: o Código de Processo Civil – CPC estipula um prazo para a interposição dos recursos. Há regras sobre a contagem e suspensão dos prazos processuais, que não necessitam ser discutidas no âmbito dessa pesquisa. O importante para o documentalista é saber que a interposição fora do prazo legal leva ao não-conhecimento do recurso.
- Regularidade formal: os recursos devem ser interpostos por escrito ser fundamentados.
- Preparo: é o pagamento das despesas processuais referentes ao processamento do recurso. Sem esse pagamento, diz-se que o recurso é deserto e o tribunal não julga o seu mérito.

Esses requisitos são verificados pelo Tribunal, que se pronuncia quanto à admissibilidade ou inadmissibilidade do recurso. Em seguida, decide-se o pedido formulado no recurso (juízo de mérito). Ao examinar o mérito, o tribunal verifica se a impugnação é ou não fundada e, conseqüentemente, dá ou não provimento ao recurso,

como salienta Cássio Scarpinella Bueno, em seu *Curso sistematizado de direito processual civil*:

Somente se preenchidos os pressupostos atinentes ao “juízo de admissibilidade” – reconhecendo-se, conseqüentemente, que o recorrente tem o direito de recorrer e que o exerceu devidamente – é que será possível passar ao “juízo de mérito”, voltado a saber se o recorrente tem, ou não, razão, isto é, se a decisão impugnada deve ou não prevalecer e em que medida. (v. 5, p. 35)

Quanto ao juízo de admissibilidade o professor afirma que:

reside no exame das condições e dos pressupostos necessários para que se possa legitimamente apreciar o mérito do recurso, possibilitando assim, que ele seja acolhido (provido) ou rejeitado (improvido). Não é porque se entende cabível um recurso que ele será provido. O juízo de admissibilidade não interfere no juízo de mérito, embora a superação daquele seja indispensável para o enfrentamento deste.

Assim quando “A” recorre da sentença proferida na ação movida contra ele por “B”, o Tribunal verifica, em primeiro lugar, se os requisitos de admissibilidade foram cumpridos. Por exemplo, se “A” tem legitimidade para interpor o recurso, se está dentro do prazo recursal, se as custas judiciais foram recolhidas, entre outros requisitos. Em seguida, analisa-se se “A” tem razão em seu pedido. Se o juiz entender que sim, será provido, caso contrário, improvido⁵⁵. Tal pedido poderá ser de direito processual, quando, por exemplo, “A” pede que a ação que “B” ajuizou seja considerada intempestiva por ter sido ajuizada fora do prazo recursal, ou poderá ser de direito material, quando “A” pleiteia a restituição dos valores emprestados a “B” que não pagou o empréstimo na data contratada.

A Figura 12 ilustra os conceitos de juízo de admissibilidade e mérito, apresentando o fluxo e conseqüência do processo em cada etapa.

⁵⁵ Usa-se a expressão “dar provimento ao recurso” para descrever que o recurso foi acolhido, e “negar provimento ao recurso”, para atestar que o órgão julgador não acolheu o pedido do recorrente.

Figura 12: Juízo de admissibilidade e mérito

5.1.4 Os recursos no Superior Tribunal de Justiça – STJ

Expostas as questões relacionadas ao juízo de admissibilidade e mérito, cabe ressaltar quais são os recursos apreciados pelo STJ. Os acórdãos utilizados para exemplificar a aplicação do modelo serão selecionados da *Revista Eletrônica da Jurisprudência do STJ*.

Tanto no STF como no STJ, são interpostos recursos contra as decisões judiciais dos tribunais hierarquicamente inferiores⁵⁶. Parafraseando o entendimento de Cândido

⁵⁶ Ao STF compete velar pela supremacia da Constituição Federal e ao STJ é atribuída a competência de controle da legalidade, isto é, da uniformização da aplicação das leis federais. Ambos possuem competência para processar e julgar litígios em matéria civil e penal, porém no STJ excluem-se os de natureza eleitoral e trabalhista.

Dinamarco (2002, v. 1, p. 237), é como oferecer aos perdedores mais uma oportunidade de êxito, pois há maior possibilidade de acerto nas decisões de juizes mais experientes e numerosos. Numa visão macroscópica, a parte contrariada por uma decisão em primeiro grau de jurisdição tem ainda uma chance de recorrer aos tribunais superiores, que reexaminam os recursos, oferecendo desse modo, uma possibilidade de inversão da decisão. Assim, há uma hierarquia dos juizes inferiores em relação aos superiores⁵⁷, além de uma uniformização da jurisprudência em relação à aplicabilidade e interpretação da Constituição e da lei federal.

No âmbito de suas competências, ambos os tribunais de superposição realizam o trabalho de unificação da jurisprudência, como centros de convergência que são, evitando que o direito positivo nacional se disperse em interpretações regionais diferentes entre si (DINAMARCO, 2002, v. 1, p. 449).

Todavia, não compete aos órgãos superiores reapreciar todo e qualquer recurso. O artigo 105 da Constituição Federal, por exemplo, expressa quais recursos podem ser dirigidos ao STJ. Conforme Dinamarco (2002, v. 1, 457-8), ambos os tribunais de superposição possuem competência para julgar recursos de natureza extraordinária, destinados a evitar que a Constituição ou a Lei Federal seja desaplicada ou violada, além de extinguir discrepâncias interpretativas entre tribunais. Tais recursos são: o recurso extraordinário, no âmbito do STF, com sua missão de guarda da Constituição Federal (art. 102, inc. III, CF 1988) e o recurso especial, no contexto do STJ, que é a via recursal cabível para as alegações de violação ou de negativa de vigência às leis federais. O recurso especial não é cabível para discutir violação da Constituição, de leis estaduais ou municipais, nem

⁵⁷ O STJ sobrepõe-se às Justiças locais (estaduais) e à Justiça Federal e o STF sobrepõe-se a todas as justiças e ao próprio Superior Tribunal de Justiça (DINAMARCO, 2002, v. 1, p. 448).

para discutir questões relativas à mera interpretação de cláusulas contratuais ou que envolvam apenas examinar novamente provas do processo (art. 105, inc. III).

Os acórdãos selecionados para a aplicação do modelo jurisprudencial são Recursos Especiais – Resps. Ao ser interposto no STJ o REsp; processo a ele relativo, já passou por outras etapas no tribunal estadual e em primeiro grau de jurisdição, somente sendo aceito na esfera superior, se estiver de acordo com os requisitos impostos pela lei.⁵⁸ Eis porque houve a preocupação em apresentar nos parágrafos anteriores os detalhes do processamento recursal.

Traçando um paralelo para efeito didático, pode-se dizer que, assim como na doutrina (especialmente nas monografias) há as informações pré-textuais, na estrutura dos acórdãos julgados pelos tribunais superiores existem as informações pré-recursais, que são mencionadas no acórdão e contribuem para a identificação do objeto do recurso, do pedido, da causa de pedir e do entendimento do tribunal. Para efeito de síntese e demais esclarecimentos, identificam-se no exemplo a seguir os conceitos recursais expostos até o momento, utilizando o RESP 740.331-RS:

⁵⁸ No dia 09.05.2008 foi publicada a Lei 11.672, que estabelece procedimentos para julgamento de recursos repetitivos no âmbito do STJ. A mencionada lei acresce o art. 543-C ao Código de Processo Civil. Segundo dados do Ministério da Justiça, em 2005 foram remetidos mais de 210 mil processos ao STJ, grande parte desses processos eram de matérias idênticas, com entendimento pacífico naquela Corte. No ano de 2006 o número havia subido para 251 mil. Após a sanção pelo presidente do PL 117/07 que instituiu o artigo 543-C do Código de Processo Civil – houve modificação no trâmite dos RESPs repetitivos, reduzindo assim a subida de processos à instância superior. Com a nova Lei o trâmite dos recursos funciona da seguinte maneira: quando há grande quantidade de recursos sobre uma mesma matéria, o presidente do tribunal de justiça ou tribunal regional federal seleciona um ou mais processos e os encaminha ao STJ. Enquanto os processos remetidos não forem julgados pela Corte Superior os demais processos idênticos ficarão suspensos. Após a decisão final do STJ, os tribunais inferiores devem aplicar o entendimento de imediato. Assim, só subirão à instância superior as decisões nas quais os tribunais de origem mantiveram decisões contrárias à tese esposada pelo STJ.

<p>RECURSO ESPECIAL Nº 740.331 - RS (2005/0057138-9)</p> <p>RELATOR : MINISTRO LUIZ FUX RECORRENTE : NORA NARDI - ESPÓLIO ADVOGADO : JOSÉ RENATO BOPP MEISTER E OUTROS RECORRIDO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PROCURADOR : MÁRCIA DE SOUSA GOMES E OUTROS INTERES. : PLÍNIO NARDI S/A TECIDOS E AGROPECUÁRIA E OUTRO ADVOGADO : ANDREIA MINUSSI FACIN E OUTROS</p>	<p>Os acórdãos, conforme já foi apresentado, iniciam com a identificação do número do recurso, seguido do local e do número de origem (número que está entre parênteses). Em seguida há o nome do relator, do recorrente, recorrido e seus respectivos advogados.</p> <p>É importante observar quem é o recorrente, isto é, a pessoa que interpôs o recurso, para facilitar a compreensão do pedido e da causa de pedir. Por exemplo, no RESP 740.331 o recorrente é o espólio. É ele quem pede que a sentença do Tribunal do Rio Grande do Sul seja reformada.</p> <p>Cumprido salientar que o recorrente possui definições que variam conforme a espécie do recurso, por exemplo, se é apelação ele é apelante, se agravo de instrumento, agravante, se embargos, embargante. No caso do recurso especial a denominação é sempre recorrente. Outra peculiaridade é que nos litígios que envolvem segredo de justiça, por exemplo, os relacionados ao Direito de Família, os nomes dos recorrentes e recorridos, geralmente, vêm indicados pelas letras iniciais, omitindo-se os nomes completos.</p>
<p>EMENTA</p> <p>PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - PENHORA DE BEM IMÓVEL - LEGITIMIDADE DO ESPÓLIO PARA INTERPOR EMBARGOS À EXECUÇÃO OU DE TERCEIRO.</p> <p>1. A intimação do cônjuge é imprescindível, tratando-se de constrição que recaia sobre bem pertencente ao casal, constituindo sua ausência causa de nulidade dos atos posteriores à penhora.</p> <p>2. É cediço nesta Corte que: <i>A intimação do cônjuge enseja-lhe a via dos embargos à execução, nos quais poderá discutir a própria causa debendi e defender o patrimônio como um todo, na qualidade de litisconsorte passivo do(a) executado(a) e a via dos embargos de terceiro, com vista à defesa da meação a que entende fazer jus.</i> (REsp 252854 / RJ, Ministro SALVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA, DJ 11.09.2000).</p> <p>3. Falecendo o cônjuge, a intimação deve operar-se na pessoa do representante do espólio da mesma, porquanto a constrição influi no regime jurídico do bem do acervo. Deveras, por força dos arts. 12 da Lei nº 6.830/80 e 669 do CPC, o cônjuge e a fortiori o seu espólio, são partes legitimadas para oferecerem embargos à execução e, nessa qualidade deveriam ter sido intimados.</p> <p>3. <i>In casu</i>, o cônjuge foi intimado em 12.11.2001 no lugar de sua esposa falecida, sendo certo que o recorrente e demais partes interessadas protocolaram no dia 04.12.2001 os embargos à execução.</p> <p>4. Dessarte, nesse incidente o cônjuge é parte, aplicando-se, analogicamente o artigo 43 do CPC, <i>verbis</i>:</p> <p><i>Art. 43. Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a substituição pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 265.</i></p> <p>5. O espólio não se limita à interposição dos embargos de terceiro, podendo suceder o de cujos, ajuizando, inclusive, embargos à execução, a fim de proteger a fração ideal que lhe pertence, da penhora realizada.</p> <p>6. Recurso especial provido, para determinar o recebimento dos embargos do espólio, ora recorrente, a fim de processá-lo.</p>	<p>A ementa, como já foi mencionado, é o primeiro contato que o leitor tem com o acórdão. Ela apresenta um resumo do acórdão e no modelo de leitura técnica é, juntamente com o voto, parte imprescindível para a identificação dos assuntos discutidos no acórdão.</p>

<p>O Tribunal de origem desproveu o recurso de apelação respaldado nos seguintes fundamentos, observemos (fls. 75-76):</p> <p><i>Plínio Nardi é o administrador da empresa devedora, tanto que responde pessoalmente nos termos do art. 135, III, do CTN, pelos débitos de Plínio Nardi S/A Tecidos e Agropecuária.</i></p> <p><i>Penhorados bens pessoais deste, em 13 de dezembro de 1999, conforme dão conta os autos de fls. 63 e 64, com a devida intimação de Plínio Nardi, começa fluir daí o prazo para embargos, tanto da pessoa jurídica que ele representa, como o seu.</i></p> <p><i>Importa referir, que aqueles autos de penhora, taxativamente referem as intimações de Plínio Nardi e da empresa.</i></p> <p><i>Desta forma, não há falar em falta da intimação da devedora.</i></p> <p><i>Por outro lado, se a penhora recair sobre imóvel, far-se-á a intimação do cônjuge, observadas as normas previstas para a citação, na forma do art. 12, § 2º, da LEF.</i></p> <p><i>Ocorre que Plínio Nardi é viúvo, conforme ele mesmo informa na procuração acostada com os embargos (fl. 20).</i></p>	<p>Como foi dito anteriormente, o recurso especial é interposto no STJ contra decisões judiciais dos tribunais inferiores: Veja-se que neste trecho do voto é relatado que o tribunal de origem, o tribunal do Rio Grande do Sul, deu improvimento ao recurso.</p>
<p>O juízo de primeiro grau não recebeu os embargos e arguiu: <i>Deixo de receber os embargos interpostos pelos executados Plínio Nardi S/A Tecidos e Plínio Santo Nardi, vez que intempestivos, nos termos do art. 16, III, da LEF, considerando que efetivada a penhora, conforme autos de fls. 42/43, em dezembro de 1999 e, relativamente ao espólio de Nora Nardi, por não ser parte na execução, não tendo, assim, legitimidade. (fl. 26).</i></p> <p>Insignados, NORA NARDI - ESPÓLIO, juntamente com PLÍNIO NARDI S/A TECIDOS E AGROPECUÁRIA e OUTRO opuseram recurso de apelação em face da r. decisão.</p> <p>O Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, por unanimidade, negou provimento ao mencionado apelo, nos termos da ementa outrora transcrita.</p>	<p>Ao analisar o juízo de admissibilidade, o tribunal de origem não conheceu do recurso (embargos à execução), pois, segundo ele, os embargos estavam intempestivos, e, além disso, o embargante (espólio) não tinha legitimidade para interpor os embargos. Anteriormente mencionou-se, no item juízo de admissibilidade, que: “o Código de Processo Civil – CPC estipula um prazo para a interposição dos recursos”, assim, interpretando esta regra, conclui-se que os recursos interpostos fora do prazo são intempestivos, e esta foi a alegação do tribunal de origem. Quanto à legitimidade foi dito: “possuem legitimidade para interpor um recurso, as partes (autor ou réu) e o terceiro prejudicado”, para o tribunal houve ilegitimidade da parte. Porém as partes não concordaram com a decisão e interpuseram outro recurso, primeiro no TJRS, depois no STJ.</p>
<p>Com efeito, vale transcrever os artigos violados:</p> <p><i>Art. 12 da Lei 6.830/80 - Na execução fiscal, far-se-á a intimação da penhora ao executado, mediante publicação, no órgão oficial, do ato de juntada do termo ou do auto de penhora.</i></p> <p><i>(...)</i></p> <p><i>§ 2º - Se a penhora recair sobre imóvel, far-se-á a intimação ao cônjuge, observadas as normas previstas para a citação.</i></p> <p><i>Art. 669 do CPC - Art. 669. Feita a penhora, intimar-se-á o devedor para embargar a execução no prazo de 10 (dez) dias. (Redação dada pela Lei nº 8.953, de 13.12.1994)</i></p> <p><i>Parágrafo único. Recaindo a penhora em bens imóveis, será intimado também o cônjuge do devedor. (Redação dada pela Lei nº 8.953, de 13.12.1994)</i></p>	<p>Ao rejeitar o pedido do autor o tribunal de origem violou normas da lei federal, e como foi dito antes, “o recurso especial, no contexto do STJ, é a via recursal cabível para as alegações de violação ou negativa de vigência às leis (art. 105, inc. III)”. O trecho ao lado, extraído do voto, transcreve os artigos violados pela lei 6830/80 e pelo Código de Processo Civil.</p>
<p>A controvérsia postas nos presentes autos <i>vertinge-se</i> a legitimidade do espólio da mulher do devedor para arguir, em sede de Embargos à Execução, a nulidade da penhora efetuada em bem pertencente ao casal, sem a intimação do cônjuge virago e, além disso, acerca da tempestividade dos embargos à execução interposto inicialmente.</p>	<p>Analisando os trechos apresentados é possível concluir que a questão jurídica discutida no recurso é a possibilidade do espólio ou cônjuge interpor embargos à execução. O trecho ao lado ratifica esta inferência. No modelo de leitura técnica de jurisprudência é necessário identificar a questão jurídica discutida e, também, a <i>causa petendi</i>/causa de pedir. Falou-se anteriormente que a <i>causa petendi</i> pode ser identificada com a seguinte pergunta: Por que a parte pede tal pedido? No presente caso, a <i>causa</i></p>

	<p><i>petendi</i> é identificada com a seguinte resposta: porque segundo o art. 12 da Lei 6830/80 e o art. 669 do CPC, o cônjuge e o seu espólio são partes legítimas para interpor embargos à execução. No caso concreto, o cônjuge interpôs os embargos e o tribunal de origem rejeitou-os.</p> <p>Diante desse fato, nota-se que o pedido do autor se configura no recebimento dos embargos para que seja suspensa a penhora sobre o imóvel.</p>
<p>É certo concluirmos que o espólio deveria ser intimado da mencionada penhora, porquanto influi na situação jurídica do imóvel integrante do acervo hereditário e, por isso que o prazo inicial para a impetração dos embargos à execução dar-se-ia a contar da intimação da pessoa formal.</p> <p><i>In casu</i>, Plínio Santo Nardi foi intimado em 12.11.2001 no lugar de sua esposa falecida. O recorrente e demais partes interessadas protocolaram no dia 04.12.2001 os embargos à execução.</p> <p>Dessarte, nesse incidente o cônjuge é parte, aplicando-se, analogicamente o artigo 43 do CPC, <i>verbis</i>:</p> <p><i>Art. 43. Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a substituição pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 265.</i></p> <p>Isto posto, dou provimento ao Recurso Especial, determinando o recebimento dos embargos do espólio, ora recorrente.</p> <p>É o voto.</p>	<p>O quadro 9 ilustra as partes do acórdão <i>versus</i> as etapas da leitura técnica. Apresenta-se o Voto como o item mais importante da leitura técnica. De fato, na leitura do voto é possível identificar a questão jurídica discutida, a causa petendi, e as demais questões que são discutidas no acórdão. No caso deste acórdão foi possível identificar na leitura do voto: a legitimidade de interposição dos embargos pelo espólio (trecho apresentado ao lado); a possibilidade de intimação do cônjuge sobrevivente (que é o representante do espólio para a defesa do patrimônio do casal que está sendo objeto da execução fiscal); e a tempestividade da interposição dos embargos.</p> <p>Quanto ao provimento ou improvimento do recurso é apresentado no Dispositivo.</p>
<p style="text-align: center;">CERTIDÃO DE JULGAMENTO PRIMEIRA TURMA</p> <p>Número Registro: 2005/0057138-9 REsp 740931 / R8</p> <p>Números Origem: 198756613 200400164718 70004377068 70006160383</p> <p>PAUTA: 09/11/2006 JULGADO: 14/11/2006</p> <p>Relator Excmo. Sr. Ministro LUIZ FUX</p> <p>Presidente da Sessão Excmo. Sr. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI</p> <p>Subprocuradora-Geral da República Excm. Sra. Dra. DEBORAH MACEDO DUPRAT DE BRITO PEREIRA</p> <p>Secretária Srls. MARIA DO SOCORRO MELO</p> <p style="text-align: center;">AUTUAÇÃO</p> <p>RECORRENTE : NORA NARDI - ESPÓLIO ADVOGADO : JOSÉ RENATO BOFF NIESTER E OUTROS RECORRIDO : ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL PROCURADOR : MÁRCIA DE SOUSA GOMES E OUTROS INTERES. : PLÍNIO NARDI S/A TÊXTEIS E AGRICULTURA E OUTRO ADVOGADO : ANDREIA MINUSSI FACIN E OUTROS</p> <p>ASSUNTO: Execução Fiscal - Penhora</p> <p style="text-align: center;">CERTIDÃO</p> <p>Certifico que a agregia PRIMEIRA TURMA, ao apreciar o processo em epígrafe no sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:</p> <p>A Turma, por unanimidade, deu provimento ao recurso especial, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.</p> <p>Os Srs. Ministros Teori Albino Zavascki e Denise Arruda votaram com o Sr. Ministro Relator.</p> <p>Ausentes, justificadamente, os Srs. Ministros José Delgado e Francisco Falcão.</p> <p style="text-align: center;">Brasília, 14 de novembro de 2006</p> <p style="text-align: center;">MARIA DO SOCORRO MELO Secretária</p>	<p>Após o dispositivo, que finaliza o voto, há a “Certidão de julgamento”. Esse documento atesta que o julgamento foi proferido e traz o resultado da decisão. Além de descrever todas as informações sobre o recurso: número do recurso, data de julgamento, nome relator, das partes e de seus advogados.</p> <p>Fazendo um paralelo com a representação descritiva, pode-se dizer que a página que traz a ementa (ver primeira linha do quadro) e a certidão de julgamento, assim como a página de rosto dos livros, são a fonte principal para a descrição física do acórdão.</p>

Quadro 7: Os conceitos recursais na prática

5.1.5 Modelo jurisprudencial: ativação do conhecimento prévio e construção de hipóteses

No capítulo 1, que trata das bases teóricas da leitura, pontuou-se que o leitor utiliza o seu conhecimento prévio e constrói hipóteses no momento da leitura. O bibliotecário que atua na área jurídica, naturalmente, também utiliza-se desses recursos no tratamento da informação. Entretanto, sendo ele um profissional leigo em Direito, é provável que em certas ocasiões não tenha conhecimento prévio do assunto, ou que surjam dúvidas conceituais e/ou concernentes às regras e procedimentos processuais. Para essas situações, sugere-se que o indexador valha-se das informações textuais presentes no próprio documento.

Como atesta Guimarães (1994, p. 177), o leitor-documentalista deve dominar a estrutura temática do acórdão, tendo condições de buscar determinados tipos de informação em determinadas partes e, não as encontrando no local esperado, acionar um mecanismo de complementação de informações.

Veja-se, a partir do exemplo da ementa abaixo, como pode acontecer a construção de hipóteses e a complementação de informação, utilizando a evidência pautada na menção da Lei 5250/1967:

Lei 5250/1967, art. 56 – Inaplicabilidade – Ação indenizatória – Dano moral – Decadência – Não ocorrência – Direito de Imagem – Responsabilidade Civil – RESP 459.857-0-SP – RSTJ 184/365.

Supõe-se ser do conhecimento prévio do bibliotecário a noção do que venha a ser ação indenizatória, bem como, dano moral e responsabilidade civil. Mas na hipótese de o profissional desconhecer qual o tema da Lei 5250/1967, poderá utilizar a pista oferecida

pela própria ementa, que menciona o termo “Direito de Imagem”, para construir a hipótese de que se trata de uma lei relacionada ao direito de imagem. Essa hipótese poderá ser confirmada na leitura das outras partes do acórdão.

Além de mencionar a Lei 5250, a ementa traz também o termo *decadência*, sendo provável que o bibliotecário tenha em seu esquema mental o conceito de que decadência é algo que se define próximo do fim ou está em declínio. Tal conceito é aquele do senso comum, mas para o Direito⁵⁹ o termo decadência tem uma conotação específica. E é possível que o profissional da informação constate, ao ler as demais partes do acórdão, que não houve a preocupação do relator em defini-lo (até por tratar-se de texto destinado aos profissionais do direito, que devem conhecer o significado da expressão), sendo necessário, nesse caso, que o indexador procure a definição em outros instrumentos, como dicionários, enciclopédias e vocabulários.

Outro caso que ilustra a importância do conhecimento prévio está estampado no voto do RESP 998.031-SP que traz os seguintes dizeres:

O Tribunal de origem valeu-se, unicamente, do Art. 1.676 do *Código Beviláqua*, que diz:

Art. 1.676. A cláusula de inalienabilidade temporária, ou vitalícia, imposta aos bens pelos testadores ou doadores, não poderá, em caso algum, salvo os de expropriação por necessidade ou utilidade pública, e de execução por dívidas provenientes de impostos relativos aos respectivos imóveis, ser invalidada ou dispensada por atos judiciais de qualquer espécie, sob pena de nulidade.

O bibliotecário atuante na área deverá reconhecer a qual Código o Ministro se refere ao mencionar “Código Beviláqua” e saberá que se trata do Código Civil de 1916, concebido por Clóvis Beviláqua, um dos maiores juristas brasileiros. Quanto ao artigo do Código referido na ementa, este trata da impossibilidade de se anular cláusulas de

⁵⁹ Extinção de um direito por haver decorrido o prazo legal prefixado para o seu exercício.

inalienabilidade, isto é, cláusulas que impedem a alienação (venda, troca, doação, etc) de bens doados pelo testador.

Já o RESP 610.461-MS apresenta em sua ementa, abaixo transcrita, duas palavras que dependem do conhecimento prévio do leitor para gerar inferências adequadas: “massa” (falida) e “praça pública”. A primeira refere-se à massa falida, terminologia do Direito Falimentar que indica a situação jurídica de uma empresa que teve declarada a sua falência; e a segunda é sinônimo de leilão. Assim a expressão “é permitido arrematar os bens levados à praça pública”, significa que é permitido adquirir os bens levados a leilão, como consta do trecho da ementa do mencionado RESP:

Ao administrador da *massa* do devedor insolvente é permitido arrematar os bens levados à *praça pública*. Todavia, deve proceder à exibição do preço da arrematação, que entrará para o ativo da massa, para pagamento de todos os credores, respeitando-se a ordem de preferência. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa extensão, provido.

Dos casos acima analisados percebe-se a necessidade de o bibliotecário conhecer a terminologia utilizada nos acórdãos, pois isto constitui um dado relevante no processo de leitura e análise do documento. Igualmente importante é a utilização da própria legislação referida nas decisões, razão pela qual no modelo estratégico de leitura técnica proposto há um campo específico para que o indexador descreva a legislação citada no acórdão.

Em relação à construção de hipóteses, utiliza-se a ementa relacionada a seguir para exemplificar sua possibilidade de efetivação pelo bibliotecário:

<p>RECURSO ESPECIAL Nº 373.648 - DF (2001/0127749-2)</p> <p>EMENTA</p> <p>CIVIL E PROCESSUAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE RECONHECIMENTO DE SOCIEDADE DE FATO APÓS O FALECIMENTO DO COMPANHEIRO. AUSÊNCIA DE BENS A INVENTARIAR. CIRCUNSTÂNCIA NÃO IMPEDITIVA DO PEDIDO. EXISTÊNCIA DE INTERESSE JURÍDICO. LEI N. 9.278/1996, ARTS. 1º E 9º. CPC, ART. 267, VI.</p> <p>I. Alçada a união estável ao plano constitucional com o advento da Carta Política de 1988, regulamentada pela Lei n. 9.278/1996, há interesse jurídico no reconhecimento judicial da situação vivenciada pela autora e o de cujus, inclusive em face da prole comum do casal, ainda que inexistam bens a inventariar, posto que os reflexos dessa relação de fato e de direito se estendem a outras esferas, quer no plano econômico, quer no âmbito social.</p> <p>II. Recurso especial conhecido e provido, determinado o retorno dos autos à Vara de origem, para que seja dado curso ao processo.</p>	<p>Hipótese 1: X possuía uma união estável com Y X faleceu X não deixou herança</p> <p>Hipótese 2: Y busca o reconhecimento da união estável com X Y sabe da inexistência de bens Y busca garantir outros direitos com o reconhecimento da união estável</p> <p>O indexador cria a hipótese de que embora não existam bens a inventariar, a companheira busca o reconhecimento da união estável para participar de outros benefícios de ordem econômica, tais como, os previdenciários. A leitura do trecho “os reflexos dessa relação de fato e de direito se estendem a outras esferas, quer no plano econômico, quer no âmbito social” permite a construção dessa hipótese pelo indexador.</p> <p>Na leitura do inteiro teor do acórdão, essa hipótese é confirmada, pois a companheira quer receber os proventos previdenciários do falecido e, para tanto, é necessário provar a existência da união estável entre eles.</p>
--	---

Quadro 8: Construção de hipóteses

5.1.6 Modelo Jurisprudencial: guia de monitoramento da leitura para a identificação dos conceitos

Para que o modelo seja explorado eficazmente é necessário que o bibliotecário monitore sua leitura, guiando-se pelas partes mais importantes dos acórdãos e utilizando as estratégias de leitura explicitadas no capítulo 1 (usar conhecimento prévio, construir hipóteses, conhecer a estrutura textual, etc.). Por isso, neste item apresenta-se um guia que busca indicar o que o bibliotecário deve ler e/ou explorar em cada parte do acórdão para a análise e identificação dos conceitos. Este guia de monitoramento é apresentado em um quadro, do qual será extraído o modelo estratégico de leitura técnica jurisprudencial. A idéia de um guia de monitoramento surge da pesquisa de Fujita e Rubi (2006, p. 4), segundo a qual se constatou que o aspecto mais contundente na observação da leitura

documentária é que indexadores, bibliotecários e especialistas não demonstram domínio de procedimentos sistemáticos na abordagem do conteúdo textual para a identificação de conceitos. Tal constatação incentivou-as a pensar na possibilidade de combinar a exploração da estrutura textual com o questionamento para a identificação de conceitos, a fim de realizar uma leitura documentária mais rápida e estratégica, do ponto de vista profissional. A seguir será explicado cada item presente no guia de monitoramento da leitura:

- *1º item – Análise Conceitual:* divide o fluxo da leitura em níveis que vão desde a leitura preliminar (rápida e superficial), até a leitura dirigida (profunda e detalhada) cujo objetivo é validar ou refutar as hipóteses construídas. Na leitura preliminar, o indexador faz uma leitura prévia da ementa e já relaciona alguns conceitos. Na leitura dirigida, o indexador lê o voto (motivação) e o dispositivo para confirmar as informações da ementa, identificar novas informações e conceitos e positivar ou negativar as hipóteses estabelecidas na primeira leitura. Vale lembrar, por oportuno, que algumas ementas não explicitam o pedido do recorrente ou a questão jurídica de uma forma que seja possível, ao bibliotecário, como profissional externo ao Direito, compreendê-la facilmente. Por isso, o modelo sugere a imprescindível leitura do voto, onde é possível identificar o pedido do autor do recurso e o entendimento do tribunal. Impõe-se frisar que o início e o final do voto são as partes que geralmente respondem às perguntas do modelo, havendo, no entanto, exceções, pois alguns relatores reproduzem trechos do acórdão impugnado, ou informações já apresentadas no relatório. Nesses casos o leitor deverá ter a habilidade de agilizar o processo de leitura, desconsiderando essa espécie de citação (apenas para efeito de indexação), e dirigindo-se para os trechos mais importantes, onde estão o pedido do

recorrente e o entendimento do relator e demais ministros. Finalizados os dois momentos de leitura segue-se a seleção dos conceitos que realmente “representam” o conteúdo do acórdão. Se houver alguma incerteza nos conceitos escolhidos, sugere-se a leitura do relatório. É evidente que, pela ordem estrutural do acórdão, a seqüência correta seria a leitura da ementa, relatório e voto, mas voltando ao objetivo do modelo que é ser um instrumento estratégico que guia os leitores para as partes mais importantes, verifica-se que a ementa e o voto constituem as partes nas quais o bibliotecário deve, em princípio, concentrar-se. O relatório pode ser consultado caso permaneçam dúvidas dos motivos que originaram a interposição da ação (*causa petendi*), ou para confirmar ou negar hipóteses criadas pelo bibliotecário. Com os exemplos de aplicação do modelo apresentados a seguir, será possível observar que a leitura da ementa e do voto resulta na identificação do conceito principal do acórdão. Após a identificação dos conceitos, o indexador poderá utilizar a linguagem documentária adotada pela Instituição/Biblioteca.

- *2º item - Indagações a formular:* apresenta os questionamentos que o bibliotecário faz na leitura rápida, para identificar a questão jurídica discutida e se o tribunal acolheu ou rejeitou o pedido do autor; e, na leitura dirigida, para identificar a pretensão do autor (*causa petendi* e pedido), as fundamentações que ele utilizou para pleitear tal pedido, e qual foi o entendimento e fundamento do relator e demais juízes para dar ou não provimento ao pedido suscitado no recurso. Após a leitura dirigida é necessário avaliar quais os conceitos que realmente representam o pedido e o entendimento do tribunal.
- *3º item - Parte do Documento:* apresenta as partes do acórdão que serão exploradas na leitura técnica. Inicia-se pela ementa que é o primeiro contato do leitor com o

conteúdo do acórdão. A ementa apresenta um resumo da questão jurídica discutida no recurso e a posição do tribunal que aceitou ou rejeitou o recurso. No voto (motivação) o relator expõe os fatos e apresenta os fundamentos para o provimento ou desprovimento do recurso. O relatório é importante para que se conheçam os detalhes dos fatos ocorridos com as partes e pode ser explorado para confirmar ou negar algum conceito. Já o dispositivo apresenta o resultado do julgamento.

- *Conceitos Identificados*: nas duas leituras (rápida e dirigida), o bibliotecário identifica X conceitos que correspondem aos questionamentos estipulados. Por exemplo, na primeira leitura ele pode seleccionar os conceitos A, B, C, etc. Na segunda, além dos conceitos já escolhidos, ele identifica outros: D, E, F, etc. No próximo passo, ele determina quais os conceitos que simbolizam os fatos narrados no acórdão. Podem ser os: A, B, E, F, etc.

1º item: análise conceitual:	2º item: indagações a formular ⁶⁰	3º item - parte do documento	4º item – conceitos identificados
→ Leitura técnica rápida Construção de hipóteses (segundo o esquema e conhecimento prévio sobre o assunto)	Qual a questão jurídica discutida no recurso?	Ementa	Conceito A Conceito B Conceito C Etc.
→ Leitura técnica dirigida validação/refutação das hipóteses	Qual é o pedido do autor? Por que ele pede tal providência? (<i>causa petendi</i>) Qual foi o entendimento do tribunal? Qual o fundamento legal da decisão?	Voto Dispositivo	Conceito A Conceito B Conceito D Conceito E Conceito F Etc.
→ Seleção dos conceitos	Quais os conceitos que realmente expressam o pedido e o entendimento do tribunal?	Ementa, Voto Relatório (se houver necessidade)	Conceito A Conceito B Conceito E Conceito F Etc.

Quadro 9: Guia de monitoramento da leitura

⁶⁰ Deve-se responder pelo menos uma das indagações

No quadro 9, as linhas foram apresentadas com uma coloração diferente para ressaltar a sequência de cada fase e as diferenças existentes em cada item. Na leitura rápida recomenda-se identificar apenas a questão jurídica discutida; já, na leitura dirigida há vários questionamentos, para os quais devem ser buscadas respostas no voto e dispositivo. Este quadro foi proposto, como já mencionado, para detalhar cada fase da leitura e dele é que se originou o modelo estratégico de leitura técnica da jurisprudência que se apresenta abaixo.

Monitoramento da leitura	Parte do documento	Questionamentos	Conceitos
Leitura Rápida	Ementa	Qual é o pedido e/ou questão jurídica discutida?	
Leitura Dirigida	Voto Dispositivo	<i>Qual é o pedido e/ou a causa petendi?</i> Qual é o entendimento do Tribunal? O pedido foi aceito? Houve condenação?	
Leitura Rápida	Relatório	Há outras questões relevantes?	
Conceitos selecionados:			
Legislação citada:			

Quadro 10: Modelo estratégico de leitura técnica jurisprudencial

CAPÍTULO VI – MODELO DE LEITURA TÉCNICA DE JURISPRUDÊNCIA: APLICAÇÃO E AVALIAÇÃO

6.1 Considerações iniciais

Neste capítulo aplica-se o modelo de leitura técnica elaborado nesta pesquisa. Foram selecionados, como já mencionado, alguns acórdãos para serem submetidos ao modelo construído na pesquisa.

Cabe indicar que foram reproduzidas partes dos acórdãos, uma vez que, como será demonstrado, em princípio isso faz-se necessário para a análise e identificação dos conceitos existentes na ementa, no voto e no relatório. Para que se possa conhecer a íntegra de cada acórdão, poderá o leitor utilizar o CD-ROM localizado ao fim deste trabalho, embora possa, também, acessar o site do Superior Tribunal de Justiça (<http://www.stj.gov.br>).

No início de cada aplicação foi indicado o número do RESP e o número de páginas de cada acórdão, tendo em vista apontar a disponibilidade temporal com que o bibliotecário deveria contar para ler cada documento, considerando que há acórdãos com mais de 10 páginas.

Ressalte-se, mais uma vez, que o modelo elaborado poderá ser utilizado para a leitura técnica de outros acórdãos que não se refiram a julgamentos de recursos especiais, pois o objetivo do modelo é ser um guia estratégico para a leitura técnica da jurisprudência, tanto do STJ, como dos outros Tribunais.

Após a aplicação, apresenta-se uma avaliação geral do modelo, sendo preponderante registrar que esta avaliação está alicerçada nos estudos e na visão da pesquisadora, já que,

pela limitação da pesquisa, o modelo não será avaliado por outros profissionais. Contudo, num futuro próximo, pretende-se aplicá-lo e melhorá-lo com o reforço da avaliação e das sugestões de outros bibliotecários que atuam no ramo do Direito.

6.2 Aplicação do modelo jurisprudencial

ANEXO 2 - RESP 783.039-SP – Íntegra 8 páginas

Monitoramento da leitura	Parte do documento	Questionamentos	Conceitos
Leitura Rápida	<p>Ementa</p> <p>(...) Se a dúvida se estabelece unicamente entre o interessado e o oficial do registro, não há causa, na acepção constitucional (art. 105, III, CF/88), descabendo o recurso especial; todavia, quando surge contenciosidade entre os interessados, no processo administrativo regulado pela Lei nº 6.015/73 (Lei dos Registros Públicos), há causa e cabe o especial. - A indisponibilidade patrimonial prevista no art. 36 da Lei nº 6.024/74 se refere exclusivamente a atos de alienação de iniciativa do próprio ex-administrador, não obstante a penhora de bens do seu patrimônio, em execução contra ele movida por credor. (...)</p>	<p>Qual é o pedido e/ou a questão jurídica discutida?</p> <p>Aqui se identificam duas questões jurídicas: 1ª) dúvida de registro imobiliário relacionada ao cabimento de recurso especial. 2ª) a indisponibilidade de bens de ex-administrador não impede penhora em execução.</p>	<p>Cabimento Recurso Especial Dúvida Registro Imobiliário Penhora Bens Ex-administrador</p>
Leitura Dirigida	<p>Voto</p> <p>Cinge-se a controvérsia a determinar a possibilidade de registrar a penhora sobre imóveis de ex-administrador de sociedade alvo de liquidação extrajudicial, cujos bens foram alcançados pela indisponibilidade prevista no art. 36 da Lei nº 6.024/74. (...)</p> <p>(...) quando surge contenciosidade entre os interessados, no processo administrativo regulado pela Lei nº 6.015/73 (Lei dos Registros Públicos), há causa e cabe o especial.</p> <p>(...) Sendo assim, tal indisponibilidade possui caráter eminentemente formal, de modo a não obstar a constrição judicial em exame. Do contrário, a regra do art. 36 da Lei nº 6.024/74 transformar-se-ia em verdadeira garantia do devedor frente aos seus credores, situação que certamente não foi vislumbrada pelo legislador na confecção do mencionado dispositivo legal</p> <p>Dispositivo</p> <p>Forte em tais razões, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, para o fim de restabelecer a sentença de fls. 93/101.</p>	<p>Qual é o pedido e/ou causa petendi?</p> <p>Que seja possível registrar a penhora sobre imóveis de ex-administrador de sociedade em liquidação que está sobre a indisponibilidade de bens prevista na Lei 6024.</p> <p>Qual é o entendimento do Tribunal ? O pedido foi aceito?</p> <p>O pedido quanto ao cabimento do recurso especial foi aceito</p> <p>O mesmo aconteceu com o pedido de registro da penhora, pois a execução já estava em curso e a indisponibilidade de bens acontece quando o ex-administrador quer se desfazer de seus bens, gerando prejuízos aos credores.</p> <p>Assim o recurso foi conhecido e provido</p>	<p>Possibilidade Registro Penhora Imóvel Ex-administrador Indisponibilidade de bens Sociedade em liquidação extrajudicial</p>
Leitura Rápida	Relatório	Há outras questões relevantes ?	Neste caso, o relatório não acrescentou novos conceitos
<p>Conceitos selecionados: Dúvida – Registro Imobiliário – Cabimento – Recurso Especial – Possibilidade - Registro – Penhora – Indisponibilidade de bens – Ex-administrador – Sociedade em liquidação extrajudicial - Provimento</p>			
<p>Legislação citada: Art. 36, Lei 6024/74.</p>			

ANEXO 3 - RESP 933.355-SP – Íntegra 23 páginas

Monitoramento da leitura	Parte do documento	Questionamentos	Conceitos
Leitura Rápida	<p>Ementa</p> <p>Direito civil. Família. Revisional de alimentos. Reconvenção com pedido de exoneração ou, sucessivamente, de redução do encargo. Dever de mútua assistência. Divórcio. Cessação. Caráter assistencial dos alimentos. Comprovação da necessidade de quem os pleiteia. Condição social. Análise ampla do julgador. Peculiaridades do processo. (...) deve ser julgado procedente o pedido de exoneração deduzido pelo alimentante em sede de reconvenção e, por consequência, improcedente o pedido de revisão de alimentos formulado pela então alimentada.</p>	<p>Qual é o pedido e/ou a questão jurídica discutida?</p> <p>Neste RESP também há dois pedidos: o primeiro é a exoneração de alimentos pleiteado pelo esposo; o segundo é ação revisional de alimentos pleiteado pela esposa</p>	Exoneração Ação Revisional Alimentos
Leitura Dirigida	<p>Voto -</p> <p>A controvérsia (...) traz à superfície do universo do Direito de Família a temática da obrigação alimentícia entre ex-cônjuges ou ex-companheiros. (...) No processo em julgamento, a ex-mulher pleiteia a majoração dos alimentos prestados pelo ex-marido, ao longo de vinte anos, enquanto este deduz pedido de exoneração ou, sucessivamente, de revisão do valor até então pago mensalmente,</p> <p>(...) Assim sendo, por restar fixado pelo Tribunal Estadual, de forma indubitosa, que a recorrida não apenas tem plenas condições de inserção no mercado de trabalho como também já exerce atividade laboral, e mais, caracterizada essa atividade como potencialmente apta a mantê-la com o mesmo <i>status</i> social que anteriormente gozava, ou ainda alavancá-la a patamares superiores, importa reconhecer o cabimento do recurso especial pela alínea “c”, para julgar procedente o pedido de exoneração deduzido pelo recorrente-alimentante em sede de reconvenção e, por consequência, julgar improcedente o pedido de revisão de alimentos formulado pela recorrida, até então alimentada.</p> <p>Dispositivo</p> <p>Forte em tais razões, CONHEÇO do recurso especial e DOU-LHE PROVIMENTO, para julgar procedente o pedido de exoneração de alimentos formulado pelo recorrente e, por conseguinte, julgar improcedente o pedido revisional de alimentos deduzido pela recorrida.</p>	<p>Qual é o pedido e/ou causa petendi?</p> <p>A mulher pede aumento da pensão alimentícia e o esposo pede exoneração, pois segundo ele a esposa tem condições financeiras para seguir seus próprios passos.</p> <p>Qual é o entendimento do Tribunal ? O pedido foi aceito?</p> <p>O tribunal negou o pedido revisional da ex-mulher e concedeu o pedido de exoneração do ex-marido</p>	Majoração Improcedente Exoneração Procedente Obrigação Alimentícia Condição social
Leitura Rápida	Relatório	Há outras questões relevantes ?	Neste caso, o relatório não acrescentou novos conceitos
Conceitos selecionados: Obrigação Alimentar – Ex-cônjuges – Ação Revisional – Improcedente – Exoneração - Procedente			
Legislação citada: Art. 1694, § 1º; Art. 1695 Código Civil (2002); Art. 396, Art. 399, Art. 400 Código Civil (1916)			

ANEXO 4 - RESP 991.985-PR- Íntegra 14 páginas

Monitoramento da leitura	Parte do documento	Questionamentos	Conceitos
Leitura Rápida	<p>Ementa</p> <p>Código de defesa do consumidor. Procon. Representação do consumidor pelo estado. Vício de qualidade no produto. Responsabilidade do fornecedor. Exegese do artigo 18, § 1º, i, do CDC. (...) No caso dos autos, inexistiu ofensa ao disposto no art. 18 do CDC, pois imediatamente após a reclamação, o fornecedor prontificou-se a reparar o produto – veículo automotor. Não aceita a oferta pelo consumidor, propôs a substituição do bem por outro nas mesmas condições e em perfeitas condições de uso ou a compra pelo preço de mercado. Ainda assim, o consumidor manteve-se renitente.</p>	<p>Qual é o pedido e/ou a questão jurídica discutida?</p> <p>Neste RESP a questão jurídica envolve a aplicação do art. 18, § 1º do Código de Defesa do Consumidor - CDC que prescreve a responsabilidade do fornecedor por vício de qualidade do produto.</p>	<p>Consumidor Veículo automotor Vício de Qualidade Responsabilidade do fornecedor</p>
Leitura Dirigida	<p>Voto</p> <p>A controvérsia reside na exegese do disposto no § 1º inciso I do artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor, de seguinte teor: "Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade (...)" (...). O recorrente afirma que o inciso I do § 1º do art. 18 do CDC determina que os fornecedores de produtos de consumo duráveis devem substituir o produto que apresente vício de qualidade por outro novo, não sendo suficiente que o bem seja da mesma espécie e esteja em perfeitas condições de uso</p> <p>(...) Não merece reparos o acórdão proferido pela Corte estadual. O § 1º do artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor prescreve que, se o vício do produto não for sanado no prazo máximo de trinta dias pelo fornecedor, o consumidor poderá exigir, alternativamente e ao seu arbitrio, as seguintes opções: a) substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso (inc. I); b) a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos (inc. II); c) o abatimento proporcional do preço (inc. III). A exegese do dispositivo é clara. Constatado o defeito, concede-se ao fornecedor a oportunidade de sanar o vício no prazo máximo de trinta dias. Não sendo reparado o vício, o consumidor poderá exigir, à sua escolha as três alternativas ora citadas. Do aresto recorrido, extrai-se que a recorrida dispôs-se a realizar gratuitamente e, dentro do prazo legal, o reparo no veículo. Sobrevindo a recusa, prontificou-se a substituir o bem por outro da mesma espécie e em perfeitas condições de uso ou ainda pagar ao consumidor o preço de mercado do produto. O consumidor, entretanto, no intuito de obter, mais uma vez – frise-se –, a substituição do automóvel por outro 0 KM, negou-se a aceitar a proposta do fornecedor.</p> <p>Dispositivo</p> <p>Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial.</p>	<p>Qual é o pedido e/ou causa petendi?</p> <p>O pedido é que o produto (veículo automotor) seja substituído e a causa de pedir fundamenta-se no art. 18, 1º que determina que os fornecedores devem substituir o produto que tenha vício de qualidade</p> <p>Qual é o entendimento do Tribunal ? O pedido foi aceito?</p> <p>O tribunal negou o pedido de substituição por um veículo 0 km, pois dentre as opções do art. 18 está o reparo do vício pelo fornecedor. No presente caso o fornecedor se dispôs a reparar o veículo no prazo estipulado pela lei, no entanto, o consumidor não aceitou, com o intuito de obter um carro 0 km.</p> <p>Diante da recusa do consumidor em aceitar a proposta do fornecedor, o tribunal negou provimento ao seu recurso.</p>	<p>Código de Defesa do Consumidor Substituição do produto Bem durável Vício de qualidade Improvemento</p>
Leitura Rápida	Relatório	Há outras questões relevantes ?	Neste caso, o relatório não acrescentou novos conceitos
Conceitos selecionados: Consumidor – Veículo automotor – Vício de Qualidade – Responsabilidade do Fornecedor – Substituição do Produto – Improvemento			
Legislação citada: Art. 18, § 1º; Código de Defesa do Consumidor.			

ANEXO 5 - RESP 474.388-SP- Íntegra 10 páginas

Monitoramento da leitura	Parte do documento	Questionamentos	Conceitos
Leitura Rápida	<p>Ementa</p> <p>(...) Consoante a jurisprudência do STJ, é possível aos adquirentes de imóvel em construção a desistência da compra sob alegação de insuportabilidade do pagamento das prestações, situação em que se reconhece, por outro lado, direito da empresa empreendedora à retenção de parte da quantia paga, a fim de se ressarcir das despesas administrativas havidas com a divulgação, comercialização e corretagem na alienação. Caso, todavia, excepcional, em que ocorreu a desistência, porém já após a entrega da unidade aos compradores e o uso do imóvel por considerável tempo, a proporcionar enriquecimento injustificado se não reconhecida à construtora compensação mais ampla, situação que leva a fixar-se, além da retenção aludida, uma extensão desta, até o limite da cláusula penal contratualmente estabelecida, a ser apurada em liquidação de sentença.</p>	<p>Qual é o pedido e/ou a questão jurídica discutida?</p> <p>Neste RESP a questão jurídica discutida se relaciona com a possibilidade da empresa empreendedora reter parte do pagamento efetuado, devido a desistências dos adquirentes após a entrega das chaves.</p>	<p>Empreendimento Imobiliário Desistência Comprador Retenção de parcelas Cláusula penal</p>
Leitura Dirigida	<p>Voto</p> <p>Trata-se de recurso especial, aviado pela letra "a" do autorizador constitucional, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que julgou rescindido o contrato de promessa de compra e venda do imóvel (...). Inconformam-se as rés-recorrentes com a determinação de restituição de 90% das quantias pagas, postulando o respeito à cláusula contratual que prevê o percentual de 90% do sinal e 50% das acessões, mas como retenção.</p> <p>Assim, a pretensão alternativa da construtora recorrente, que é a fixação de uma retenção de 25%, encontra ressonância na jurisprudência assente desta Corte.</p> <p>Em suma, com relação à retenção de 25% (vinte e cinco por cento) das quantias pagas, essa já é deferida de logo. Além disso, concede-se, a título de compensação pelo tempo de ocupação e desgaste com a moradia e/ou aluguel da unidade pelos compradores desistentes, a possibilidade de as rés serem adicionalmente ressarcidas até o limite da cláusula penal, apurando-se em liquidação de sentença o valor representado pelo tempo que medeou entre a posse do apartamento pelos autores e a sua entrega às rés.</p> <p>Dispositivo</p> <p>Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial e lhe dou provimento parcial, nos termos acima.</p>	<p>Qual é o pedido e/ou causa petendi?</p> <p>A empresa não se conforma com a decisão do tribunal inferior de ter que devolver 90% das quantias pagas no caso de desistência dos compradores em contrato de compra e venda de imóveis. E pede que seja respeitada a cláusula contratual que estabelece outro percentual com retenção de valores.</p> <p>Qual é o entendimento do Tribunal ? O pedido foi aceito?</p> <p>Neste caso o relator descreve trechos de outros julgados até chegar na decisão e, mais adiante, conhece parcialmente o recurso, dando à recorrente a possibilidade de reter 25% das quantias pagas e, também, de serem ressarcidos até o limite da cláusula penal pelo uso do imóvel pelos adquirentes até o momento da desistência</p>	<p>Promessa de compra e venda Imóvel Desistência Comprador Rescisão contratual Cláusula contratual Retenção de parcelas Construtora Ressarcimento Ocupação do Imóvel Provimento parcial</p>
Leitura Rápida	Relatório	Há outras questões relevantes ?	Neste caso, o relatório não acrescentou novos conceitos
Conceitos selecionados: Promessa de compra e venda – Imóvel - Rescisão contratual – Desistência – Comprador – Retenção de parcelas – Ressarcimento – Construtora – Cláusula Penal - Provimento Parcial			
Legislação citada: Art. 6º, III, Art. 51, II, IV, X, Art. 37, §§ 1º e 3º e Art. 39, V, do Código de Defesa do Consumidor.			

ANEXO 6 - RESP 591.904-RJ- Íntegra 7 páginas

Monitoramento da leitura	Parte do documento	Questionamentos	Conceitos
Leitura Rápida	<p>Ementa</p> <p>Locação e processual civil. Inépcia da inicial. Não Ocorrência. Fiança. Prorrogação do contrato. Cláusula que prevê a obrigação até a entrega das Chaves. Exoneração do fiador. Impossibilidade. (...) No caso em apreço, há expressa disposição contratual no sentido de que a responsabilidade dos fiadores se estende até a efetiva entrega das chaves, razão pela qual mostra-se manifestamente descabida a pretensão do fiador, ora Recorrido, de que seja reconhecida sua ilegítima para figurar na execução, e que, conseqüentemente, seja esta considerada nula.</p>	<p>Qual é o pedido e/ou a questão jurídica discutida?</p> <p>Na leitura da ementa é possível identificar a questão jurídica decidida: há prorrogação de um contrato de locação e o fiador quer exonera-ser de qualquer responsabilidade.</p>	<p>Locação Prorrogação Fiança Responsabilidade do fiador Entrega das chaves Exoneração Impossibilidade</p>
Leitura Dirigida	<p>Voto</p> <p>De início, no tocante à alegada inépcia da inicial, afirmou o Tribunal de que, embora não tenha sido requerida a citação do Embargado, ora Recorrente, o seu patrono devidamente intimado por meio do Diário Oficial, tendo, inclusive, apresentado defesa. (...) De outra parte, cumpre esclarecer que a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça firmou seu entendimento no sentido de que, havendo, no contrato locatício, cláusula expressa de responsabilidade do garante até a entrega das chaves, o fiador responde pela prorrogação do contrato, a menos que tenha se exonerado na forma do art. 1.500 do Código Civil de 1916 ou do art. 835 do Código Civil vigente, a depender da época da avença.</p> <p>Dispositivo</p> <p>Ante o exposto, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa parte, DOU-LHE PROVIMENTO, para reconhecer a responsabilidade do fiador, ora Recorrido, pelos débitos relativos a período posterior à prorrogação do contrato, afastando a alegação de nulidade da execução e determinando que a arrematação prossiga no seu regular procedimento.</p>	<p>Qual é o pedido e/ou causa petendi?</p> <p>O recorrente levou seu pleito ao STJ para reformar a decisão do Tribunal de origem, solicitando que seja dada a nulidade da citação e, também, que o fiador responda pelos débitos decorrentes da prorrogação do contrato locatício.</p> <p>Qual é o entendimento do Tribunal ? O pedido foi aceito?</p> <p>A relatora deu provimento a favor do recorrente reconhecendo a responsabilidade do fiador pelos débitos do contrato de locação, mas não conheceu a questão da nulidade da citação</p>	<p>Petição inicial Citação Nulidade Descabimento Locação Débito Fiador Ilegitimidade Execução</p>
Leitura Rápida	Relatório	Há outras questões relevantes ?	Neste caso, o relatório não acrescentou novos conceitos
Conceitos selecionados: Execução – Locação - Prorrogação – Fiança – Responsabilidade do fiador – Entrega das chaves – Exoneração – Impossibilidade – Petição inicial – Nulidade – Citação - Descabimento			
Legislação citada: Art. 214, § 1º, Código de Processo Civil; Art. 1500, Código Civil (1916); Art. 835, Código Civil (2002)			

ANEXO 7 - RESP 279.273-SP - Íntegra 93 páginas

Monitoramento da leitura	Parte do documento	Questionamentos	Conceitos
Leitura Rápida	<p>Ementa</p> <p>Responsabilidade civil e Direito do consumidor. Recurso Especial. Shopping Center de Osasco-SP. Explosão. Consumidores. Danos materiais e morais. Ministério Público. Legitimidade ativa. Pessoa jurídica. Desconsideração. Teoria maior e teoria menor. Limite de responsabilização dos sócios. Código de Defesa do Consumidor. Requisitos. Obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores. Art. 28, § 5º. (...)</p> <p>Considerada a proteção do consumidor um dos pilares da ordem econômica, e incumbindo ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, possui o Órgão Ministerial legitimidade para atuar em defesa de interesses individuais homogêneos de consumidores, decorrentes de origem comum. (...). Recursos especiais não conhecidos.</p>	<p>Qual é o pedido e/ou a questão jurídica discutida?</p> <p>Neste RESP as questões jurídicas discutidas se relacionam com a possibilidade dos sócios do Shopping Center responderem pelos danos causados aos frequentadores clientes/consumidores no momento da explosão, salientando que daí surge uma relação de consumo. E também a possibilidade do Ministério público ajuizar ação civil pública para defender os direitos das vítimas da explosão do shopping.</p>	<p>Explosão Shopping Center Consumidor Responsabilidade civil Dano moral Dano material Desconsideração Pessoa jurídica Sócio Legitimidade Ministério Público</p>
Leitura Dirigida	<p>Voto</p> <p>Legitimidade do Ministério Público - Letra 'a' Artigo 25, IV, 'a', da Lei nº 8.625, de 1993 e artigo 6º do Código de Processo Civil O Tribunal a quo decidiu que a legitimidade do Ministério Público para a propositura de ação civil pública para a tutela de direitos individuais homogêneos, ainda que disponíveis, resulta da conjugação do artigo 21 da Lei nº 7.347, de 1985, que disciplina a ação civil pública, com o artigo 81 da Lei nº 8.078, de 1990, que instituiu o Código de Defesa do Consumidor. (...)</p> <p>(...) Relação de consumo - Letra 'a' Artigo 2º da Lei nº 8.078, de 1990 O Tribunal a quo decidiu que os shoppings prestam serviços. "As interpretações dos apelantes, segundo as quais não há relação de consumo entre Shopping e consumidor, levam, data venia, a resultado absurdo com grave ofensa ao mínimo de realismo jurídico indispensável a qualquer decisão.</p> <p>(...) Artigos 28, caput, e § 5º da Lei nº 8.078, de 1990, artigo 20 do Código Civil e artigo 158, I e § 1º, primeira parte, da Lei nº 6.404, de 1976 O Tribunal a quo decidiu que os administradores, aí incluídos os conselheiros de B. Sete Participações S/A, respondem subsidiariamente pelos danos causados, independentemente "de fraude, abuso ou ilicitude" (fl. 2.020, 11º vol.).</p> <p>Dispositivo</p> <p>Voto, por isso, no sentido de conhecer e dar provimento, em parte, ao 1º recurso especial, bem assim de conhecer e de dar provimento ao 2º recurso especial para excluir Gian Paolo Zanotto, Ubirajara Kyrillos e Maria Carla Lunardelli, assim como Marcelo Marinho de Andrade Zanotto, Ricardo Kyrillos e Antônio Lunardelli Neto, dos efeitos da condenação.</p>	<p>Qual é o pedido e/ou causa petendi?</p> <p>No voto do Ministro relator confirma-se o pedido dos recorrentes, que são os administradores do Shopping Center em reformar a decisão do tribunal que concedeu a legitimidade do Ministério Público para propor a ação civil pública. E reconheceu a relação de consumo existente entre o Shopping Center e as vítimas.</p> <p>Há também a questão de desconsideração da personalidade jurídica dos administradores</p> <p>Qual é o entendimento do Tribunal ? O pedido foi aceito?</p> <p>Embora o ministro relator tenha dado provimento parcial aos recursos, ele foi vencido pelos votos dos outros ministros que não conhecerão dos recursos interpostos pelos recorrentes.</p>	<p>Legitimidade Ministério Público Ação Civil Pública Shopping Center Desconsideração da personalidade jurídica Administrador Relação de Consumo Código de Defesa do Consumidor</p>

<p>Leitura Rápida</p>	<p>Relatório</p> <p>(...)</p> <p>As interpretações dos apelantes, segundo as quais não há relação de consumo entre Shopping e consumidor, levam, data venia, a resultado absurdo com grave ofensa ao mínimo de realismo jurídico indispensável a qualquer decisão.</p> <p>() "Também não há que se falar em cerceamento de defesa ou ausência do devido processo legal, pois a prova pretendida dizia respeito exatamente à demonstração de inocorrência de ato ilícito praticado pelos réus inócua, no caso" (fl. 2.008, 11º vol.). (...) Os réus estão sendo demandados em razão de responsabilidade própria. Como titulares do shopping, em cujas dependências deu-se a explosão, respondem objetivamente pelos danos, independentemente de apurar-se ou não a responsabilidade de outros</p> <p>"A preliminar de ilegitimidade ativa por parte do M.P. também não procede. Diz o art. 81 do CDC: 'A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo. (...)</p> <p>Mesmo não aparecendo sinal de fraude, abuso ou ilicitude, essas pessoas, se necessário, são chamadas a contribuir, economicamente, para a reparação do dano. É um desdobramento a mais, imposto pelo direito positivo, da velha teoria do risco criado.</p> <p>(...) O Ministério Público Federal, na pessoa do eminente Subprocurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, opinou "pelo desprovisionamento do recurso" (fl. 2.432, 13º vol.).</p>	<p>Há outras questões relevantes ?</p> <p>Neste caso realizou-se a leitura da íntegra do relatório para confirmar as informações selecionadas na leitura do voto do relator. Como este é um acórdão extenso, com 5 votos, somando-se 93 páginas, recomenda-se ler o voto do relator e o relatório.</p> <p>Observou-se que o relatório traz informações que influenciaram o improvisionamento do recurso pelos demais ministros que votaram contra o voto do relator.</p> <p>Com isso, os pedidos dos recorrentes/ administradores do shopping, que queriam se isentar da responsabilidade pela explosão do Shopping, foram improvidos.</p>	<p>Shopping Center Responsabilidade subsidiária Cerceamento de Defesa Reparação do dano Improvisionamento Recurso especial</p>
<p>Conceitos selecionados: Explosão – Shopping Center – Dano moral – Dano material – Consumidor – Relação de Consumo – Legitimidade – Ministério Público – Ação civil pública – Responsabilidade civil – Reparação do dano – Sócio – Desconsideração da personalidade jurídica – Improvisionamento – Recurso Especial</p>			
<p>Legislação citada: Art. 2, Art. 3, § 2º, Art. 28, § 5º, Art. 81 Código de Defesa do Consumidor; Art. 25, IV, Lei 8625/93; Art. 21; Lei 7347/85; Art. 6º, Art. 330, I, Art. 331 e Art. 535, II, Código de Processo Civil; Art. 105, III, letras 'a' e 'c', da Constituição Federal; Art. 20, Código Civil, Art. 158, I e § 1º, Lei nº 6.404, de 1976.</p>			

ANEXO 8 - RESP 898.184-RJ – Íntegra 25 páginas

Monitoramento da leitura	Parte do documento	Questionamentos	Conceitos
Leitura Rápida	<p>Ementa</p> <p>Recurso especial. Civil. Processual civil. Locação. Violação ao art. 535 do Código de Processo Civil. Súmula 284/STF. Súmulas 5 e 7/STJ. Inaplicabilidade. Contrato de locação. Natureza. Irrelevância para a Concessão de tutela específica. Arts. 461 e 461-A do Diploma processual. Norma plúrima de aplicação Conjunta. Óbices fáticos e contratuais ao Cumprimento específico. Conversão em perdas e danos. Cálculo na forma de lucros cessantes. Cabimento. Desnecessidade de prova pericial. Prazo total de 10 Anos. Manutenção dos critérios fixados na sentença. Honorários advocatícios. Fixação sobre o valor da Condenação.</p> <p>(...) 8. Superado o pedido principal do recurso especial de concessão de tutela específica, é possível a fixação de lucros cessantes a título de conversão da obrigação em perdas e danos</p>	<p>Qual é o pedido e/ou a questão jurídica discutida?</p> <p>Como aponta o item 8 da ementa, neste Resp o pedido principal do recorrente é que seja concedida a tutela específica estabelecida nos arts. 461 e 461-A do Código de Processo Civil. Estes artigos tratam de obrigação de fazer ou não fazer, do que se pode inferir que há um contrato de locação que não foi cumprido, com isso o recorrente busca ser ressarcido pelas perdas e danos e lucros cessantes.</p>	<p>Locação Tutela específica Cabimento Perdas e danos Lucros cessantes</p>
Leitura Dirigida	<p>Voto</p> <p>Conforme se pôde denotar do relatório, a presente demanda trata de contrato de locação, com cláusula de exclusividade, entabulado entre Amsterdam Sauer e Marriott do Brasil Hotelaria Ltda, objetivando a instalação de uma loja da primeira no hall do Hotel Marriott localizado na cidade do Rio de Janeiro.</p> <p>(...) Este a meu sentir o ponto fundamental da celeuma instaurada entre as partes. Alega, nesse passo, a recorrente ser possível a determinação do cumprimento específico da obrigação, qual seja, de que o Hotel Marriott entregue a área locada, conforme o contrato firmado pelas partes para a locação pela Amsterdam Sauer. (...)</p> <p>Vê-se, portanto, que o pedido do recurso especial é sucessivo e expressa uma preferência da recorrente: em primeiro lugar requer a reforma do acórdão recorrido para que seja concedida a tutela específica; caso este pedido não seja acolhido, requer a reforma do acórdão para que a indenização (conversão da obrigação em perdas e danos) seja fixada tomando-se por parâmetro o prazo total de 10 anos do contrato</p> <p>Dispositivo</p> <p>Pelo que foi exposto, entendo assim que, no caso, não há como se acolher a pretensão de violação ao art. 461 do Código de Processo Civil, razão pela qual andou bem o Tribunal de origem ao converter a obrigação em perdas e danos calculados na forma de lucros cessantes.</p> <p>(...)</p> <p>Ante o exposto, dou parcial provimento ao recurso especial para, acolhendo o pedido sucessivo, reformar o acórdão recorrido, condenando as recorridas Marriott e Renaissance a pagar lucros cessantes à recorrente, calculados em liquidação por arbitramento (perícia contábil), observados os seguintes parâmetros: a indenização equivalerá à estimativa do lucro líquido médio que poderia auferir uma joalheira de grande porte instalada com loja no hotel Marriott - Rio, com cláusula de exclusividade, deduzidas as despesas com alugueres e encargos previstos no contrato (de acordo com a sentença), devidos estes pelo período de 10 anos.</p>	<p>Qual é o pedido e/ou causa petendi?</p> <p>No início do voto é possível confirmar que há um contrato de locação com cláusula de exclusividade que foi descumprido.</p> <p>Contudo, somente na página 16 aparecem nítidos quais são os pedidos principais do recorrente. Além disso, ele aponta violação a outros dispositivos legais, dentre eles o art. 20, parágrafo 3º do Código de Processo Civil, que trata da fixação de honorários advocatícios</p> <p>Qual é o entendimento do Tribunal ? O pedido foi aceito?</p> <p>O tribunal acolheu somente o pedido sucessivo (lucros cessantes e perdas e danos)</p>	<p>Locação Cláusula de exclusividade Indenização Lucros cessantes Perdas e danos Tutela específica Cumprimento da obrigação Impossibilidade</p>

Leitura Rápida	<p align="center">Relatório</p> <p>Exsurge do autos que Amsterdam Sauer Joalheiros Ltda. ajuizou ação ordinária contra Marriott do Brasil Hotelaria Ltda. e Renaissance do Brasil Hotelaria Ltda., objetivando o cumprimento da obrigação constante do contrato de locação celebrado, em 21/12/2000, com cláusula de exclusividade, com a recorrida Marriott, visando a sua instalação no lobby do hotel da referida rede hoteleira construído no Rio de Janeiro.</p> <p>(...)</p> <p>No pedido inicial, além do cumprimento da obrigação, a recorrente pleiteou, no caso de impossibilidade de deferimento da tutela específica, a sua conversão em perdas e danos, nos termos do art. 461, § 1º, do Código de Processo Civil. Requereu, ainda, a condenação das recorridas em lucros cessantes, independentemente do provimento a ser acolhido.</p> <p>Vale ressaltar que a sentença entendeu que não era caso de se determinar a obrigação da Marriott do Brasil de entregar a área para locação, pois esta havia celebrado, também com a H. Stern, contrato de locação da mesma área com cláusula de exclusividade, fato este que impediria a tutela específica, razão pela qual se entendeu que o contrato deveria ser resolvido em perdas e danos.</p>	<p align="center">Há outras questões relevantes ?</p> <p>Na leitura do relatório é possível ratificar as informações identificadas na ementa e voto. Vê-se que houve mesmo o descumprimento de um contrato de locação que possuía uma cláusula de exclusividade, do qual o recorrente pede que seja deferida a tutela específica.</p> <p>Neste caso, a leitura do relatório contribuiu para o entendimento da decisão do Tribunal em não conceder a tutela específica para o recorrente.</p>	<p align="center">Impossibilidade Deferimento Tutela Especifica</p>
<p>Conceitos selecionados: Locação – Cláusula de Exclusividade – Cumprimento da obrigação – Tutela específica – Impossibilidade – Cabimento – Perdas e Danos – Lucros Cessantes</p>			
<p>Legislação citada: Art. 461, Art. 461-A, Art. 535, Art. 20, parágrafo 3º; Código de Processo Civil</p>			

ANEXO 9 - RESP 655-000- Íntegra 44 páginas

Monitoramento da leitura	Parte do documento	Questionamentos	Conceitos
Leitura Rápida	<p>Ementa</p> <p>Processo civil. Recurso especial. Julgamento do mérito recursal. Reconhecimento implícito da legitimidade para recorrer. Fraude à execução. Art. 593, inciso II, do CPC. Presunção relativa de fraude. Ônus da prova da inocorrência da fraude de execução. Lei n.º 7.433/1985. Lavratura de escritura pública relativa a imóvel. (...) - Tem o terceiro adquirente o ônus de provar que, com a alienação do imóvel, não ficou o devedor reduzido à insolvência, ou demonstrar qualquer outra causa passível de ilidir a presunção de fraude disposta no art. 593, II, do CPC, inclusive a impossibilidade de ter conhecimento da existência da demanda, apesar de constar da escritura de transferência de propriedade do imóvel a indicação da apresentação dos documentos comprobatórios dos feitos ajuizados em nome do proprietário do imóvel.</p>	<p>Qual é o pedido e/ou a questão jurídica discutida?</p> <p>Na leitura destes trechos da ementa verifica-se que a questão jurídica discutida relaciona-se com a alienação de imóvel, onde o terceiro adquirente tem o ônus de provar que não houve fraude à execução.</p>	<p>Alienação Imóvel</p> <p>Fraude à execução</p> <p>Terceiro adquirente</p> <p>Ônus da prova</p>
Leitura Dirigida	<p>Voto</p> <p>(...) Alega o recorrente que o acórdão recorrido teria contrariado os arts. 3.º, 499, 522 e 1.046, todos do CPC, pois, ao contrário do que entendeu o TJSP, o ora recorrente teria legitimidade para interpor agravo de instrumento como terceiro prejudicado e não embargos de terceiro, pois já havia transferido a propriedade e a posse do imóvel a terceiros quando foi declarada a fraude à (...)</p> <p>A questão controvertida, relativa à alegada ofensa aos arts. 331, I, e 593, II, do CPC, concerne em saber se o recorrente tinha ou não ciência da ação em curso contra a Construtora Borghosian S/A. à época em que esta lhe deu em pagamento o imóvel e, conseqüentemente, se está ou não caracterizada a fraude à execução.</p> <p>Dispositivo</p> <p>Relativamente à pretensão calcada na alínea “c”, do permissivo constitucional, tem-se que o dissídio diz respeito justamente ao ônus da prova sobre a ciência, pelo terceiro-adquirente, da demanda em curso ou da constrição. Apesar de conhecer-se do recurso, nesse ponto, porque devidamente comprovada a divergência jurisprudencial, é de negar-se-lhe provimento, tendo em vista os fundamentos anteriormente expendidos. Forte em tais razões, NEGOU PROVIMENTO ao Recurso Especial.</p>	<p>Qual é o pedido e/ou causa petendi?</p> <p>O recorrente alega contrariedade a vários dispositivos legais. Os primeiros relacionam-se com a legitimidade de interpor agravo de instrumento como terceiro prejudicado e não embargos de terceiro. Equivocadamente o TJSP já havia concedido seu pedido, assim ele não deveria ter interposto recurso especial para este quesito. A outra contrariedade está em saber se o recorrente tinha conhecimento da ação contra a empresa que lhe transferiu o imóvel, buscando comprovar se houve ou não fraude à execução.</p> <p>Qual é o entendimento do Tribunal ? O pedido foi aceito?</p> <p>O tribunal só conheceu da contrariedade relacionada ao ônus da prova, mas devido aos outros fundamentos negou provimento ao recurso especial.</p>	<p>Transferência Imóvel</p> <p>Legitimidade</p> <p>Terceiro prejudicado</p> <p>Interposição</p> <p>Agravo de instrumento</p> <p>Embargos de terceiro</p>

Leitura Rápida	<p style="text-align: center;">Relatório</p> <p>Ação: de execução de título judicial movida por Jorge Esteban Del Campo, ora recorrido, em face de Construtora Borghosian S/A (atual massa falida da COLUMBUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA).</p> <p>(...)Nesse ponto, alega, ainda, haver dissídio jurisprudencial com julgado do STJ, que entendeu que “não havendo no cartório imobiliário, nenhum registro da existência da ação, não se pode imputar ao adquirente nenhuma obrigação de ter ciência desse fato”, para o fim de afastar a fraude à execução.</p>	<p style="text-align: center;">Há outras questões relevantes ?</p> <p>Com a leitura do relatório constatou-se que se trata de uma ação de execução.</p> <p>O recorrente cita dissídio jurisprudencial que afasta a fraude à execução caso a ação não esteja registrada no cartório imobiliário.</p>	<p style="text-align: center;">Ação de execução Registro Cartório imobiliário</p>
<p>Conceitos selecionados: Fraude à execução – Alienação – Transferência - Imóvel – Legitimidade – Terceiro adquirente – Interposição – Embargos de Terceiro – Ônus da Prova – Registro – Ação de execução - Cartório Imobiliário</p>			
<p>Legislação citada: Art. 593, III, Art. 3º, I, Art. 535, II, Art. 499, Art. 522, Art. 1046, Código de Processo Civil; Lei 7433/85</p>			

ANEXO 10 - RESP 745.363 - Íntegra 20 páginas

Monitoramento da leitura	Parte do documento	Questionamentos	Conceitos
Leitura Rápida	<p>Ementa</p> <p>(...) A responsabilidade pelo dano ambiental é objetiva, ante a <i>ratio essendi</i> da Lei 6.938/81, que em seu art. 14, § 1º, determina que o poluidor seja obrigado a indenizar ou reparar os danos ao meio-ambiente e, quanto ao terceiro, preceitua que a obrigação persiste, mesmo sem culpa.</p> <p>(...) A obrigação de reparação dos danos ambientais é <i>propter rem</i>, por isso que a Lei 8.171/91 vigora para todos os proprietários rurais, ainda que não sejam eles os responsáveis por eventuais desmatamentos anteriores.</p>	<p>Qual é o pedido e/ou a questão jurídica discutida?</p> <p>A ementa deste acórdão possui 3 páginas. Nos trechos descritos ao lado é possível inferir que a questão jurídica discutida relaciona-se com a responsabilidade pelo dano ambiental do proprietário que adquire terras rurais</p>	<p>Dano ambiental</p> <p>Responsabilidade objetiva</p> <p>Reparação do dano</p> <p>Proprietário rural</p>
Leitura Dirigida	<p>Voto</p> <p>(...) Versam os autos, originariamente, Ação Civil Pública ajuizada pela ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DEFESA AMBIENTAL - ADEAM em face de Oswaldo Alfredo Cintra, objetivando a vedação de utilização de áreas situadas às margens dos rios que cortam as terras de propriedade do requerido, compelindo-o a respeitar a área equivalente a 20% da superfície da propriedade concernente à "reserva ambiental", bem como proceder o reflorestamento da mencionada área com espécies nativas, cercando-a até a sua completa formação. (...)</p> <p><i>A responsabilidade objetiva ambiental significa que quem danificar o ambiente tem o dever jurídico de repará-lo.</i></p> <p>Ultrapassada a questão atinente à responsabilidade pela reparação dos danos ambientais, subjaz o exame acerca da alegada violação ao disposto no art. 476, do CPC. (...)</p> <p>O pedido de uniformização de jurisprudência revela caráter eminentemente preventivo e, consoante cediço, não vincula o órgão julgador, ao qual a iniciativa do incidente é mera faculdade, consoante a <i>ratio essendi</i> do art. 476 do CPC.</p> <p>Dispositivo</p> <p>Sob esse ângulo, cumpre destacar, o mencionado incidente não ostenta natureza recursal, razão pela qual não se admite a sua promiscua utilização com nítida feição recursal, especialmente porque o instituto <i>sub examine</i> não é servil à apreciação do caso concreto, ao revés, revela meio hábil à discussão de teses jurídicas antagônicas, objetivando a pacificação da jurisprudência interna de determinado Tribunal.</p> <p><i>Ex positis</i>, cumprindo a função uniformizadora desta Corte, NEGO PROVIMENTO ao recurso especial.</p>	<p>Qual é o pedido e/ou causa petendi?</p> <p>O pedido do recorrente não está nítido no voto, mas é possível inferir que ele busca não ser responsabilizado pelo dano ambiental que já existia quando ele comprou a propriedade. O relator cita doutrina e julgados que atestam ser responsabilidade do recorrente pelo dano ambiental. Após achar decidido o problema da responsabilidade, passa ao segundo pedido do autor que pleiteia a aplicação do incidente de uniformização de jurisprudência para o seu caso.</p> <p>Qual é o entendimento do Tribunal? O pedido foi aceito?</p> <p>O Tribunal não deu provimento aos dois pedidos do recorrente.</p>	<p>Ação civil pública</p> <p>Indenização</p> <p>Dano</p> <p>Meio Ambiente</p> <p>Reparação do dano</p> <p>Uniformização da jurisprudência</p>

Leitura Rápida	<p>Relatório</p> <p>(...) sustenta, em síntese, que o acórdão hostilizado, ao decidir que os adquirentes de imóvel, a título singular, são objetivamente responsáveis pela reparação dos danos ambientais ou pela recuperação do ecossistema degradado anteriormente à aquisição do imóvel, violou o disposto no art. 99 da Lei 8171/91, bem como divergiu de julgados de outros tribunais, inclusive, do STJ.</p> <p>(...)</p> <p>.</p>	<p>Há outras questões relevantes ?</p> <p>Da leitura do relatório observa-se que o recorrente quer reformar a decisão do tribunal de origem (TJPR). O tribunal do Paraná decidiu que a responsabilidade é do adquirente do imóvel. Porém o recorrente sustenta que esse entendimento não é pacífico. Há divergência, inclusive no STJ, por isso ele pede a uniformização de jurisprudência.</p>	<p>Aquisição do imóvel Dano anterior</p>
<p>Conceitos selecionados: Ação civil pública - Dano ambiental – Propriedade rural - Responsabilidade objetiva - Proprietário rural – Dano anterior – Indenização – Reparação do dano</p>			
<p>Legislação citada: Art. 476, Código de Processo Civil; Art. 927, Código Civil (2002); Lei 6938/81; Lei 8171/65; Lei 4771/65</p>			

ANEXO 11 - RESP 519.258- Íntegra 23 páginas

Monitoramento da leitura	Parte do documento	Questionamentos	Conceitos
Leitura Rápida	<p>Ementa</p> <p>Responsabilidade civil. Recurso especial. Dano moral e Estético. Cumulação. Possibilidade. Valor arbitrado exagerado. Redução. Base de cálculo da pensão. Juros de mora. Incidência. Honorários advocatícios. Inclusão do capital necessário para. Constituição de capital. Impossibilidade. 1. Somente é possível alterar o valor arbitrado a título de danos morais em sede de recurso especial quando este se mostra ínfimo ou exagerado, como na espécie, em que se reconhece a violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Precedentes. A base de cálculo da pensão deferida em razão da redução da capacidade laborativa de vítima que não exerce atividade remunerada deve se restringir a 1 (um) salário mínimo. (...) O pleito de redução do montante arbitrado a título de honorários advocatícios esbarra no óbice da súmula 07/STJ, exceto nas situações em que exorbitante ou irrisório o <i>quantum</i> fixado pelas instâncias ordinárias, o que não ocorre na hipótese vertente.</p>	<p>Qual é o pedido e/ou a questão jurídica discutida?</p> <p>Dos trechos selecionados da ementa é possível identificar a questão jurídica, que se relaciona ao tema é indenização/ pensão por dano moral e estético</p>	<p>Responsabilidade Civil</p> <p>Dano moral</p> <p>Dano estético</p> <p>Cumulação</p> <p>Redução</p> <p>Pensão</p> <p>Honorários advocatícios</p> <p>Juros de mora</p>
Leitura Dirigida	<p>Voto</p> <p>Passo ao exame do apelo da Transportadora. (...) Por outro lado, ao contrário do afirmado pela recorrente, é possível o arbitramento do dano estético cumulado com dano moral, conforme iterativa jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça. (...) Segundo remansosa jurisprudência desta Corte, é possível alterar o valor arbitrado em sede de recurso especial quando este se mostra ínfimo ou exagerado, pois, nesses casos, reconhece-se a violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.</p> <p>Passo, então, ao exame do recurso especial interposto por VERÔNICA MARIA ARRIGONI e ALEXANDRA CABRAL TELLO VELLOSO DOS SANTOS.</p> <p>Por outro lado, pretendem as recorrentes seja a indenização por danos morais fixada com base no art. 1538 do Código Civil de 1916. (...) De outro norte, merece êxito o recurso no que respeita ao termo inicial de incidência dos juros moratórios. Na espécie, por se tratar de responsabilidade extracontratual, os juros moratórios fluem a partir do evento danoso.</p> <p>Dispositivo</p> <p>Ante o exposto, conheço em parte do recurso especial de Transportes Estrela Azul S/A e, nessa extensão, dou-lhe provimento, para reduzir o montante arbitrado a título de danos morais para R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais) em favor de Verônica Maria Arrigoni e R\$ 152.000,00 (cento e cinquenta e dois mil reais) para Alexandra Cabral Tello Velloso dos Santos e, conheço em parte do recurso das autoras e, nessa extensão, dou-lhe provimento para determinar a incidência dos juros de mora a partir do evento danoso.</p>	<p>Qual é o pedido e/ou causa petendi?</p> <p>A peculiaridade desse recurso está na existência de dois recorrentes. Primeiro o relator examina o pleito da Transportadora. Admite que é possível cumular as ações de dano moral e estético, sendo contrário ao que sustenta a recorrente (transportadora), por outro lado aceita o pedido de redução do valor da indenização.</p> <p>Em seguida analisa o pleito das recorrentes (vítimas que sofreram o dano moral e estético). Elas pedem a aplicação do art. 1538 do Código Civil no cálculo da indenização, que ficaria arbitrada em 8000 salários mínimos. Pedem também que haja incidência dos juros moratórios desde a data do evento e que seja reduzido o valor dos honorários advocatícios.</p> <p>Qual é o entendimento do Tribunal ? O pedido foi aceito?</p> <p>O Tribunal deu provimento em parte aos pedidos dos recorrentes</p>	<p>Possibilidade</p> <p>Redução</p> <p>Indenização</p> <p>Base de cálculo</p> <p>Salário mínimo</p> <p>Honorários advocatícios</p> <p>Arbitramento</p> <p>Valor da condenação</p> <p>Impossibilidade</p> <p>Incidência</p> <p>Juros moratórios</p>

Leitura Rápida	<p>Relatório</p> <p>Por VERÔNICA MARIA ARRIGONI e ALEXANDRA CABRAL TELLO VELLOSO DOS SANTOS foi proposta ação de indenização contra TRANSPORTES ESTRELA AZUL S/A, pretendendo ressarcimento pelos danos sofridos em acidente automobilístico causado pelo preposto desta, de acordo com o decidido em processo criminal com trânsito em julgado.</p>	<p>Há outras questões relevantes ?</p> <p>Na leitura do relatório foi possível constatar que a causa do processo foi um acidente automobilístico que resultou em danos morais e estéticos para as autoras, ora recorrentes.</p>	<p>Acidente automobilístico</p>
<p>Conceitos selecionados: Acidente automobilístico - Dano moral - Dano estético – Cumulação – Redução – Indenização – Possibilidade - Base de cálculo – Pensão – Salário mínimo – Honorários advocatícios – Arbitramento - Valor da condenação – Impossibilidade – Incidência – Juros moratórios</p>			
<p>Legislação citada: Art. 159, Art. 948, Art. 962, Art. 1059, Art. 1060, Art.1539, Art.1553, Art.1538, Código Civil (1916); Art. 81, Art. 84, Lei 4117/62,; Art. 20, parágrafo 5º; Art. 535, Inciso II, Código de Processo Civil</p>			

6.3 Avaliação do modelo jurisprudencial

Finalizada a aplicação do modelo estratégico de leitura jurisprudencial, cabe, neste item, apresentar a avaliação e alguns comentários.

Percebe-se, inicialmente, que se o profissional-bibliotecário, porventura, tentar usar o modelo sem um conhecimento básico da terminologia jurídica, terá pouco sucesso em sua empreitada.

O modelo faz questionamentos, tanto na leitura rápida, como na dirigida, que requerem um conhecimento jurídico. Assim, ao procurar qual a causa de pedir, o pedido e a questão jurídica discutida o profissional precisa saber o significado desses conceitos jurídicos, para então, localizá-los no acórdão.

Em alguns dos acórdãos utilizados, constatou-se que a leitura da ementa não apresentava, claramente, a questão jurídica discutida ou o pedido do recorrente. Neste momento, buscaram-se esses dados no voto.

Percebeu-se, também, que é necessário o domínio da estrutura do acórdão, pelo bibliotecário jurídico, pois algumas vezes se tornam necessárias uma leitura panorâmica, global e uma leitura entre linhas. Isso acontece, principalmente, quando o relator menciona no voto doutrina e acórdãos favoráveis ao tema que ele está julgando, os chamados precedentes jurisprudenciais. Tanto os precedentes, como a doutrina citada, são importantes para a recuperação de textos no mesmo sentido, mas sua leitura pode ser omitida, bastando para isso que o bibliotecário tenha a postura do leitor proficiente, que lê entre linhas, em blocos e faz inferências. Agindo assim, o profissional chega logo ao ponto principal e descobre, com base em tudo que foi citado, qual é o entendimento para o caso, constatando se o órgão julgador aceitou ou negou o pedido do autor.

Quanto à necessidade de se fazer a leitura panorâmica, destacam-se, também, os casos em que o entendimento do tribunal não está no fim do voto, mas sim no meio. Foi o que ocorreu no RESP 991.985, após o relato dos fatos e da decisão do tribunal de origem o relator já proferiu seu entendimento: “não merece reparo o acórdão proferido pela Corte estadual”. Por ser esta uma situação relativamente comum nos acórdãos, absteve-se de incluir no modelo de leitura indicações que poderiam induzir o profissional a erro, tais como leia o início do voto, ou, leia os parágrafos finais do voto.

Outro ponto que se deve ressaltar é que, embora o modelo recomende localizar a causa de pedir na parte do acórdão que corresponde ao voto, em diversos casos ela não estará explícita. Assim, o bibliotecário deverá localizar qual foi o pedido do autor.

Como ocorreu nos acórdãos utilizados nos exemplos, muitas vezes a causa de pedir está no Relatório. Contudo, pode ocorrer dela não se apresentar logo no início e, pelo contrário, em certos casos, o relator expõe o fato que levou o recorrente a buscar a proteção dos seus direitos e a decisão na instância inferior, para depois apresentar a causa de pedir. Obter tais informações demandaria, então, uma leitura minuciosa e atenta do acórdão. Entretanto, se for preciso que o bibliotecário faça uma leitura detalhada do relatório e do voto, correrá o risco de perder a finalidade prática do modelo, que pretende ser um guia capaz de sistematizar e agilizar a leitura dos acórdãos, apontando as suas partes principais. Neste momento, o mérito do modelo estará nos questionamentos a serem feitos pelo profissional durante a leitura do acórdão, a fim de identificar as questões mais relevantes para a indexação do documento.

Entre os acórdãos trabalhados com o modelo, cinco não tiveram necessidade de nenhuma exploração do relatório, pois as informações principais relacionadas ao pedido do

recorrente, ao entendimento do tribunal e à aceitação ou não do pedido do recorrente puderam ser identificadas com a leitura da ementa, do voto e do dispositivo.

A exceção ocorreu com o RESP 279.273-SP, que possuía, além do ministro relator, mais 4 ministros votando, totalizando um acórdão com 93 páginas. Em casos como esse, deve-se buscar a identificação dos conceitos solicitados no modelo, guiando-se pela ementa, relatório e voto condutor do acórdão, isto é, o voto do relator. E com os RESPs 898.184; 655.000; 745.363 e 519.258, nos quais a leitura do relatório contribuiu para um melhor entendimento dos litígios.

A partir da aplicação do modelo estratégico de leitura técnica jurisprudencial, pode-se dizer que as partes mais importantes para a leitura são a ementa, o voto e o dispositivo. Se o bibliotecário conseguir responder às questões solicitadas no modelo e explorar as partes priorizadas, ele terá condições de representar o conteúdo do acórdão, no que se refere aos seus pontos principais, que são a questão jurídica discutida, o pedido do autor, o entendimento do tribunal e o provimento ou não do recurso.

Nos acórdãos que não se referem a recursos especiais, como os provenientes dos tribunais inferiores, o bibliotecário também poderá usar o modelo, utilizando seus apontamentos e, principalmente, valendo-se de estratégias de leitura como o conhecimento prévio, as inferências e a criação de hipóteses, pois em alguns casos, o pedido e a causa de pedir não estão claramente redigidos na ementa e no voto, fazendo com que o bibliotecário faça interpretações e formule hipótese a fim de identificar os conceitos principais.

Um exemplo claro desse fenômeno ocorre no acórdão apresentado a seguir. Tanto na leitura da ementa, como do voto, não há o pedido explícito do agravante (o autor do recurso), que é não ser considerado responsável pelo pagamento das dívidas da sociedade da qual ele era sócio (ou, na linguagem jurídica, ser considerado como “parte ilegítima”

para tanto), pedindo assim, que o juiz não decrete a desconsideração da personalidade jurídica:

1 - É legal a desconsideração da pessoa jurídica da sociedade que encerra irregularmente suas atividades, não mais sendo localizável, quer em seu endereço social, quer em outro, e simultaneamente desaparece com todo seu patrimônio. 2 - As regras atinentes à execução por título judicial, incorporadas em nosso ordenamento jurídico pela Lei nº 11.232/05, são processuais e, conseqüentemente, têm aplicação imediata aos feitos em curso, excluída a hipótese de que o executado já tenha sido citado para respondê-la sob a égide da legislação anterior. (Tribunal de Justiça de São Paulo - Agravo de Instrumento 1.136.001-0/1)

Quanto à identificação dos conceitos notou-se que muitos deles, selecionados na ementa dos acórdãos, foram, também, identificados no voto, que confirmou alguns e acrescentou outros. Daí a importância de se consultar as duas partes do acórdão. Ainda quanto ao quesito conceito, é necessário representar se o pedido do requerente foi provido ou improvido pelo Tribunal.

Outro aspecto importante que auxilia a compreensão dos bibliotecários no momento da leitura técnica e da indexação do documento relaciona-se com a legislação citada no acórdão. As leis e/ou artigos citados nas decisões, muitas vezes devem ser consultados, para a identificação de seu objeto e tema. Esse procedimento poderá sanar dúvidas conceituais que o bibliotecário tenha no momento da indexação e, também, confirmar conceitos para a representação do acórdão. Ademais, a indexação da legislação citada nos acórdãos é fundamental para a pesquisa dos operadores do Direito que, muitas vezes, realizam suas buscas pelos atos legislativos.

Vale ressaltar que, ao comparar a indexação resultante do uso do modelo com o resumo estruturado (indexação) apresentado no site do STJ, verifica-se que os conceitos selecionados, em alguns casos, são diferentes. O indexador do STJ utiliza, conforme

mentionado anteriormente, a técnica elaborada pelo professor José Augusto Guimarães, que foi fundamentada nas bases da Teoria Tridimensional do Direito. Já o modelo de leitura técnica elaborado nessa pesquisa buscou criar um método fácil de sistematização para a indexação de acórdãos, no qual o bibliotecário necessita identificar a questão jurídica discutida, o pedido do autor e a causa de pedir, resultando assim em uma indexação mais simples em relação a quantidade de termos selecionados.

Em suma, esses são os pontos principais do modelo estratégico de leitura jurisprudencial. Cabe ainda enfatizar que as constatações alicerçaram-se na opinião da pesquisadora, mas como já foi salientado, para ser avaliado com mais precisão, o modelo deverá ser, oportunamente, aplicado por outros profissionais da área.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se assumiu o nome Conclusão, porque não se entende concluída a pesquisa. Assim, o que segue vem como Considerações Finais de uma etapa da investigação, dado que, como foi mencionado, trata-se de campo amplo, no qual as fontes de informação jurídica, representadas pela doutrina, jurisprudência e legislação, não foram totalmente exploradas, havendo muito, ainda, por fazer.

Diante das limitações decorrentes do tempo de um Mestrado, foi possível, apenas, explorar com mais ênfase as fontes jurisprudenciais. Pretende-se, em um futuro próximo, estudar as demais fontes e, assim, dar prosseguimento à pesquisa e avaliá-la com mais exatidão.

Dessa forma, para finalizar essa etapa, são retomados os objetivos que a nortearam:

- fornecer subsídios que auxiliem os bibliotecários no acesso e compreensão dos conceitos que permeiam a ciência jurídica;
- detalhar as características das fontes de informação jurídica: doutrina, legislação e jurisprudência, a fim de auxiliar o profissional da informação no manuseio, organização e tratamento temático dessas fontes;
- desenvolver modelo estratégico de leitura técnica da fonte de informação jurisprudencial.

Antes de tratar de conceitos da Ciência Jurídica, foram apresentados conceitos da Ciência da Informação, tendo em vista demonstrar questões entendidas como importantes para a leitura técnica e a indexação.

A leitura, porque vista como ato inerente ao fazer bibliotecário, exige das atividades biblioteconômicas um olhar técnico para a representação descritiva, a classificação e a indexação. Assim, o capítulo 1 focalizou aspectos cognitivos da leitura e elementos estratégicos que influenciam o ato de ler, tais como conhecimento prévio, objetivos de leitura, levantamento de hipóteses, domínio da estrutura textual. Ao conhecer e utilizar estratégias metacognitivas, o bibliotecário poderá aprimorar seu processo da leitura, seja valendo-se ora de um modelo ascendente, com uma leitura vagarosa e linear, buscando a compreensão em partes menores do texto, seja valendo-se do modelo descendente, que imprime agilidade e percepção de blocos informativos.

Provavelmente, um dos aspectos mais ressaltado foi o conhecimento prévio no desempenho da leitura, fundamental para o profissional da informação ler com proficiência e obter compreensão textual, o que agiliza o processo da leitura, que costuma ser acompanhado de outros fazeres e responsabilidades comuns às Unidades de Informação.

Outro aspecto ressaltado foi o objetivo de leitura bem definido, de vez que ele compõe o processo de ativação de conhecimentos (prévio e enciclopédico) para cada situação. Também as inferências e a formulação de hipóteses são fatores estratégicos na leitura, tomados como determinantes no trabalho profissional.

É provável que muitas das estratégias apresentadas na pesquisa sejam realizadas inconscientemente pelos bibliotecários. Contudo, advoga-se que ao ter consciência do que faz e dos recursos disponíveis, o bibliotecário poderá monitorar sua leitura técnica, e conseqüentemente obter resultados mais favoráveis, principalmente, para os usuários.

Vale lembrar que a norma NBR 12.676 que sugere três estágios de leitura para fins de indexação (examinar o documento e estabelecer o assunto de seu conteúdo; identificar os conceitos presentes no assunto; traduzir os conceitos para uma linguagem de indexação),

ressalvado seu mérito, mostra-se insuficiente para o trabalho com documentos da área jurídica, na medida em que as sugestões feitas atendem somente à doutrina.

A indexação, como explicitado na pesquisa, apresenta-se como operação importante na área em foco, razão pela qual evidencia-se a responsabilidade em relação à “compreensão conceitual”. Isso mostra a importância da compreensão leitora do bibliotecário e da política de indexação institucional, pois, assim como há distintas fontes de informação jurídica, há também distintos usuários para uso dessas fontes. Dessa forma, cabe ao bibliotecário estudar um conjunto de casos para elaborar uma política de indexação, com seus níveis de especificidade (profundidade) ou generalidade (superficialidade) adequados às necessidades específicas do seu público alvo.

As questões concernentes às linguagens documentárias, partícipes do processo de indexação, levaram à introdução do conceito de Terminologia, uma vez que o Direito, como área de especialidade, produz textos, terminologias e comunicações especializadas. A Terminologia em consonância com a Lingüística Documentária estabelece métodos para a construção, normalização e manutenção das linguagens documentárias, exigindo que conceitos e definições sejam apropriados pelos não especialistas na organização e tratamento de obras técnicas.

Cumprе salientar que a Terminologia não deve ser vista apenas como produtora de termos, fornecidos à Lingüística Documentária para construir seus vocabulários e tesauros. Pelo contrário, a Terminologia é uma grande aliada da Lingüística Documentária ao oferecer bases metodológicas para a descrição, ordenamento, agrupamento e estruturação dos campos conceituais, influenciando diretamente na organização do conhecimento de especialidade.

Assim, as bases teóricas da Terminologia e Lingüística Documentárias são importantes para o bibliotecário que deseja entender a organização e significação dos termos de sua área de especialidade e isso, tanto na representação da informação (indexação); como na recuperação da informação (pesquisa).

Para a representação temática da informação jurídica os bibliotecários podem contar com Linguagens Documentárias como o Vocabulário Jurídico Controlado, proveniente do Superior Tribunal de Justiça; WEBTHES, desenvolvido pelo Senado Federal, que oferece pesquisa em duas ferramentas: THES e VCBS e Tesouro Jurídico da Justiça Federal. A decisão em usar uma ou outra ferramenta deve ser alicerçada nos quesitos tipos de documentos que serão indexados e público alvo do sistema de recuperação da informação.

Nos vocabulários e tesouros citados, o instrumento do STJ é o mais aconselhável na indexação da jurisprudência. Já o THES e VCBS podem ser usados na representação da Doutrina, enquanto o Tesouro da Justiça Federal possui um número carregado de relações associativas que levam um usuário exigente ou proficiente na área a ficar insatisfeito com seu uso.

Durante a pesquisa, confirmou-se que o discurso jurídico possui uma terminologia específica para cada tipo documental, o que permite, de certa forma, distinguir a linguagem legislativa, da judiciária, da contratual, da doutrinária e notarial. É claro que em alguns textos, como nos legislativos, a linguagem jurídica aparece concomitantemente com a linguagem natural, contudo verificou-se que um só conceito técnico embutido no texto torna-o indecifrável para um leigo, como na frase: “A sub-rogação opera-se de pleno direito, em favor do credor que paga a dívida do devedor comum”. Se o leitor não souber o que é “sub-rogação” a sua compreensão estará comprometida. Evidente que alguns termos jurídicos, tais como, “despejo”, “testador”, “servidão”, já fazem parte da linguagem

comum, mas mesmo assim, as dificuldades de compreensão podem surgir se algum desses termos estiver em uma frase que apresente um termo jurídico por excelência, como “de cujus”.

Ademais dos incidentes terminológicos, a outra questão que interfere na representação temática dos documentos jurídicos é o desconhecimento dos tipos documentais e do funcionamento global da área, razão pela qual, antes de tratar de conceitos particulares de documentação jurídica, foram apresentados conceitos globais do Direito.

Dessa forma, entende-se ter atendido o primeiro objetivo que previa, como mencionado, fornecer subsídios que pudessem auxiliar bibliotecários no acesso e compreensão dos conceitos da ciência jurídica.

O segundo objetivo teve como foco detalhar as características da estrutura textual das fontes de informação jurídica (doutrina, legislação e jurisprudência), tendo em vista, também, auxiliar o bibliotecário no manuseio, organização e tratamento temático.

Ao conhecer as particularidades da estrutura textual dos diferentes tipos documentais jurídicos, o bibliotecário garante mais agilidade na leitura técnica, lendo em blocos e sem interrupções muito demoradas.

Iniciando pelas fontes legislativas constatou-se a importância de o bibliotecário distinguir os atos federais, dos municipais e estaduais, bem como acompanhar revogações e alterações de atos normativos; conhecer os trâmites do processo legislativo e a estruturação dos textos legais, conforme o estabelecido na Lei Complementar 95/98.

Para fins de indexação do ato legislativo, verificou-se a importância da estrutura e da identificação de conceitos, de sorte que o bibliotecário não se atenha somente à leitura

da ementa, que por, muitas vezes, traz várias disposições e não menciona explicitamente o principal objeto da norma.

Também foi demonstrado que os textos legais possuem outros elementos em sua estruturação (caput, parágrafo, inciso, alínea e item; Seção, Capítulo, Título, Livro e Parte), mas que a sua redação nem sempre apresenta todos esses elementos.

Todo o teor do que foi desenvolvido a respeito dos textos legislativos tiveram a finalidade de demonstrar que elementos poderiam auxiliar os bibliotecários no momento da indexação do ato legal, chamando a atenção para o fato de que explorar apenas a ementa na busca de conceitos poderá ser insuficiente.

Dentre as fontes doutrinárias representadas pelos livros, artigos de periódicos, teses, pareceres técnicos e trabalhos apresentados em congresso, analisou-se, com maiores detalhes o parecer jurídico, porque os demais tipos informacionais são mais comuns às bibliotecas, o que ficou confirmado por meio do questionário enviado ao Grupo de Informação e Documentação Jurídica de São Paulo – GIDJ/SP. Nesta ocasião observou-se que muitos bibliotecários indexam pareceres técnicos. Vale lembrar que embora esteja mencionado no item fontes doutrinárias, o parecer é classificado como documento jurisprudencial por alguns autores, uma vez que ele é utilizado quando os advogados interpõem algum recurso e precisam sustentar uma tese em juízo.

Quanto às fontes jurisprudenciais contatou-se que a jurisprudência é simbolizada pelos acórdãos, sentenças e decisões judiciais. Dentre as fontes legais pode ser considerada a mais importante por indicar como determinadas questões estão sendo julgadas pelos magistrados, por trazer variados entendimentos sobre uma questão jurídica, e também, por ser pelas decisões e fundamentações da jurisprudência que se criam novos paradigmas e conseqüentemente se atualizam os atos legais que porventura estejam desatualizados.

O acórdão como documento que materializa as decisões dos tribunais apresenta na ementa importância inquestionável, tanto para os operadores do Direito, como para os bibliotecários jurídicos. Como foi demonstrado, a leitura da ementa influencia a decisão do leitor em ler ou não por inteiro o acórdão. Entretanto, para fins de indexação, ela não descarta a leitura das outras partes do acórdão, razão pela qual no modelo de leitura técnica apresentado sugeriu-se que se inicie pela ementa, mas que a leitura passe pelo voto, dispositivo e, eventualmente, pelo relatório.

As informações estruturais do acórdão mostraram-se, pois, importantes para fins de representação temática do documento.

O último objetivo da pesquisa centrou-se no próprio desenvolvimento do modelo estratégico de leitura técnica da fonte de informação jurisprudencial, tomando como fonte o próprio acórdão.

Antes de apresentar o modelo de leitura técnica jurisprudencial foi sentida a necessidade de apresentar mais alguns conceitos jurídicos no âmbito da ordem processual, tendo em vista oferecer ao profissional da informação elementos que possam auxiliá-lo num trabalho proficiente de manuseio do modelo de leitura técnica, já que o modelo seria apresentado em quadro contendo informações processuais e questionamentos relacionados ao pedido, à causa de pedir, ao entendimento do tribunal, etc.

Também se entendeu como necessário demonstrar os procedimentos recursais no âmbito do Superior Tribunal de Justiça - STJ, uma vez que os acórdãos utilizados para estabelecer o modelo são Recursos Especiais, publicados na Revista Eletrônica da Jurisprudência do STJ.

O guia de monitoramento de leitura foi mais um passo dado na intenção de auxiliar o bibliotecário no trabalho com os acórdãos, servindo de base para a elaboração do próprio modelo estratégico de leitura jurisprudencial.

A partir da aplicação e avaliação do modelo, pode-se tirar as seguintes conclusões:

- Por não ser um especialista na área, mesmo com o uso do modelo estratégico, o bibliotecário pode ter algumas dúvidas conceituais no momento da indexação. Isso é que torna imprescindível a apropriação dos conceitos e definições jurídicas.
- Notou-se que em alguns casos não foi possível responder ao questionamento estipulado no modelo. Por exemplo, quando se pede para identificar a causa de pedir no voto (motivação), em alguns havia a causa de pedir, em outros ela estava descrita indiretamente no relatório. Daí, ser indispensável que o bibliotecário tenha uma postura de leitor proficiente, capaz de fazer leitura panorâmica, leitura entre linhas, leitura em blocos, usando técnicas de interpretação, formulando hipóteses e fazendo inferências, para identificar os conceitos e informações mais significativas do documento.
- Quanto à leitura panorâmica verifica-se que o bibliotecário deva atentar-se para o fato de que, em alguns votos, os relatores descrevem acórdãos que tratam do mesmo tema, os chamados precedentes jurisprudenciais, e também doutrina para fundamentar a decisão, partes que podem ser omitidas na leitura. Mas que podem ser úteis para a recuperação de acórdãos no mesmo sentido. Assim, o bibliotecário poderá acrescentar mais um campo ao

modelo elaborado para descrever os precedentes identificados durante a leitura do acórdão.

- Também saber ler nas entrelinhas mostrou-se importante para o bibliotecário, pois em alguns acórdãos a questão principal não estava explícita na ementa e a causa de pedir não estava clara no voto.
- Os conceitos identificados na ementa, se comparados com os dos votos, eram os mesmos, com algumas exceções. Mas, mesmo assim não se descarta a leitura das outras partes mencionadas no modelo, pois em alguns casos a ementa não explicita a questão jurídica discutida ou o pedido do autor.
- Em alguns exemplos, a leitura do relatório não foi necessária. Entretanto não é recomendável omitir sua leitura no modelo de leitura técnica, pois, em alguns casos, ele pode ser utilizado para confirmar ou identificar conceitos.
- Ao utilizar as técnicas e sugestões estabelecidas nesta pesquisa, principalmente, as técnicas sugeridas ao modelo ora proposto, o bibliotecário poderá indexar o acórdão sem necessariamente lê-lo na íntegra.

Em suma, essas são algumas considerações finais a respeito do modelo estratégico de leitura técnica jurisprudencial. No entanto, como mencionado anteriormente, elas não descartam, para uma avaliação mais eficaz, que em fase posterior se faça sua aplicação junto a profissionais da área.

Contudo, é imperioso ressaltar que objetivo do modelo estratégico de leitura foi alcançado, embora ele não se limite, exclusivamente, à leitura do bibliotecário jurídico, e nem se coloque como solucionador de problemas de compreensão dos conceitos jurídicos.

É claro, que se for necessário, o bibliotecário poderá ler outras partes do parecer, da lei e do acórdão.

O que se objetivou nesse trabalho, em última análise, foi compilar alguns conceitos básicos presentes na documentação jurídica e apresentar uma ferramenta para sistematização da leitura técnica dessa documentação, sempre lembrando que, devido à complexidade e infinidade de conceitos presentes na documentação jurídica e à exigência dos operadores do Direito e dos usuários dessa documentação, é imprescindível que o bibliotecário tenha competência técnica, tanto no que concerne às bases teóricas da Biblioteconomia e Ciência da Informação, quanto no conhecimento e apropriação dos conceitos relacionados à Ciência do Direito.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de filosofia*. Tradução Alfredo Bosi. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

ALVIM, J. E. Carreira. *Novo agravo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

AMARAL, Gilberto Luiz do (Coord). et al. *Quantidade de normas editadas no Brasil: 19 anos da Constituição Federal de 1988*. Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário: Paraná, 2007. Disponível em: <http://www.ibpt.com.br/img/_publicacao/2050/82.pdf> Acesso em: 05 jan. 2008.

ANDRETTA, Cássio Adriano. Legislação como assunto: uma proposta de extensão para a classificação decimal de direito. In: PASSOS, Edilenice (Org). *Informação jurídica: teoria e prática*. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 79-124.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 12676: método para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação: procedimento*. Rio de Janeiro, 1992.

ATIENZA, Cecília Andreotti. *Documentação jurídica: introdução à análise e indexação de atos legais*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

ATIENZA, Cecília Andreotti. *Técnicas de indexação de pronunciamentos judiciais*. São Paulo: [s.n], 1981.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *O novo processo civil brasileiro: exposição sistemática do procedimento*. 25. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. *Comentários ao código de processo civil*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2003. v. 5

BARITÉ, Mário; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. *Guia metodológica para el acceso, el análisis y organización temática de documentos jurídicos*. Montevideo: Universidad de la República, 1999.

BLACK, Henry Campbell. *Black's law dictionary*. 6th ed. St. Paul, Minn: West Publishing, 1990.

BITTAR, Eduardo C. B. *Linguagem jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2001.

BOBBIO, N. *Teoria do ordenamento jurídico*. 10. ed. Brasília: UNB, 1999.

BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 5

CABRÉ, M. Teresa. *Eugen Wüster: introducción a la teoría general de la terminología y a la lexicografía terminológica*. Barcelona: IULA 1998.

CABRÉ, M. Teresa. *La terminología: representación y comunicación: elementos para una teoría de base comunicativa y otros artículos*. Barcelona: IULA 1999.

CARNEIRO, Marília Vidigal. Diretrizes para uma política de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, v. 14, n. 2, p. 221-241, set. 1985.

CARVALHO, Kildare Gonçalves. *Técnica legislativa*. 4. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007.

CAVALCANTI, Marilda do Couto. *Interação leitor-texto: aspectos de interpretação pragmática*. Campinas, UNICAMP, 1989.

CESARINO, M.A.N.; PINTO, M.C.M.F. Análise de assunto. *Revista de Biblioteconomia de Brasília*, Brasília, v.8, n.1, p.32-43, jan./jun. 1980.

CHAUMIER, J. Indexação conceitos etapas. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 21, n. ½, p. 63-79, jan.,jun. 1988.

CINTRA et. al. Linguagens documentárias e terminologia. In: ALVES, I.M., org. *A constituição da normalização terminológica no Brasil*. São Paulo : FFLCH/CITRAT, p.17-22. 1996. (Cadernos de Terminologia, 1)

CINTRA, A. M. M. Estratégias de leitura em documentação. In: Smit, J. W (Coord.). *Análise documentária: a análise da síntese*. 2.ed. Brasília: IBICT, 1987. p. 29-37.

COYAUD, Maurice. *Introduction a l'étude des langages documentaries*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1966.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. *Ciência da Informação*. Rio de Janeiro, v.7, n. 2, p. 101-107, 1978.

DANON-BOILEAU, L. Sur la logique du texte de loi. *Languages*, Paris, n. 42, p. 111-114, jun. 1976.

DE PLÁCIDO E SILVA. *Vocabulário jurídico*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de direito processual civil*. São Paulo: Malheiros, 2002. v. 1, v. 3

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro*. 18 .ed. São Paulo: Saraiva, 2002. v.1

- DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, v. 2
- DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, v. 3
- DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, v. 4
- ENCICLOPÉDIA Saraiva do Direito. São Paulo: Saraiva, 1914-1982, v. 7.
- ENCICLOPÉDIA Saraiva do Direito. São Paulo: Saraiva, 1914-1982, v. 16
- ENCICLOPÉDIA Saraiva do Direito. São Paulo: Saraiva, 1914-1982, v. 37
- ENCICLOPÉDIA Saraiva do Direito. São Paulo: Saraiva, 1914-1982, v. 72
- ENCICLOPÉDIA Saraiva do Direito. São Paulo: Saraiva, 1914-1982, v. 73
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. São Paulo: Atlas. 1994
- FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. *A ciência do direito*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1980.
- FOSKETT, A.C. *A abordagem temática da informação*. Tradução Antonio Briquet de Lemos. São Paulo: Polígono, 1973.
- FRANÇA, Erasmo Valladão A. e N. Atos e operações societárias em fraude à lei, visando à tomada ilícita do controle de companhia aberta – Abuso do poder de controle e conflito de interesses caracterizados – Invalidade. *Revista de Direito Mercantil Industrial, Econômico e Financeiro*, n. 143, p. 255-270, jul.-set. 2006.
- FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. *A leitura documentária do indexador: aspectos cognitivos e lingüísticos influentes na formação do leitor profissional*, 2003. Marília, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2003a. Tese de Livre-Docência.
- _____. A identificação de conceitos no processo de análise de assunto para indexação. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Campinas, v. 1, n. 1, 2003b.
- _____.; RUBI, Milena Polsinelli. Um modelo de leitura documentária para a indexação de artigos científicos: princípios de elaboração e uso para a formação de indexadores. *DatagramaZero – Revista da Ciência da Informação*, v. 7, n. 3, jun. 2006. Disponível em: <http://www.dgz.com.br>. Acesso em: 17 ago. 2006
- _____. A leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. *DataGramZero - Revista de Ciência da Informação*, v.5 n.4. ago. 2004. Disponível em: <http://www.dgz.org.br> Acesso em: 08 out 2004.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. *Novo curso de direito civil*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

GARCÍA GUTIERREZ, Antonio Luis. *Estructura lingüística de la documentación: teoría y método*. Murcia: Universidad, 1990.

GHEZZI, Leandro Leal. *A incorporação imobiliária: à luz do código de Defesa do Consumidor e do código civil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2007.

GOMES, Hagar Espanha. Estudo científico da terminologia: tendências. *TradTerm: revista do Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia FFLCH/USP*, v. 1, p. 97-106, 1994.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito civil brasileiro: parte geral*. São Paulo: Saraiva, 2003a. v.1.

_____. *Responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2003b

GUIMARÃES, J. A. C. *Análise documentária em jurisprudência: subsídios para uma metodologia de indexação de acórdãos trabalhistas brasileiros*. 1994. 250 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. Formas da informação jurídica: uma contribuição para sua abordagem temática. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, São Paulo, v. 26, n. ½, p. 41-54, jan./jun. 1993.

_____. *Elaboração de ementas jurisprudenciais: elementos teórico-metodológicos*. Brasília: CJF, 2004.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. *Introdução ao estudo do direito*. 37. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

KATO, Mary. *No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1983.

_____. *O aprendizado da leitura*. São Paulo: Martins Fonte, 1999.

KELSEN, Hans. *Teoria pura do direito*. Tradução João Baptista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KLEIMAN, Ângela. *Texto e leitor: aspectos cognitivos da leitura*. 9. ed. Campinas: Pontes, 2004.

KOBASHI, N. Y. *A elaboração de informações documentárias: em busca de uma metodologia*. 1994. 195 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

_____. Análise documentária e representação da informação. *Informar*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 5-27, 1996.

_____. Análise documentária: tipologias discursivas. In: CUNHA, I.M.R.F.(org). Análise documentária: considerações teóricas e experimentação. São Paulo: FEBAB, 1989, p. 31-44.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KRIEGER, Maria da Graça; FINATTO, Maria José Bocorny. *Introdução á terminologia*. São Paulo: Contexto, 2004.

LARA, M.L.G. A Leitura documentária: algumas considerações. In: *Cadernos de análise documentária*, São Paulo, n. 1, p. 53-64, maio 1994. (ECA)

_____. *A representação documentária: em jogo a significação*. 1993. Tese (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

_____. Leitura documentária na perspectiva de suas variáveis: leitor-texto-contexto. *Datagramazero*, v. 5, n. 4, ago. 2004a. Disponível em: <<http://www.datagramazero.org.br>> . Acesso em: 30 out. 2004.

_____. Diferenças conceituais sobre termos e definições e implicações na organização da linguagem documentária. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 33, n. 2, p. 91-96, maio-ago. 2004b.

_____. Linguagem documentária e terminologia. *Transinformação*, Campinas, n. 16, p. 232-240, set.-dez. 2004c

_____. *Elementos de terminologia*. São Paulo: ECA, 2005 (Apostila para uso didático).

LANCASTER, F. W. *Indexação e resumos: teoria e prática*. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LEAL, J. J. Terminologia na indústria. *Terminômetro: a terminologia no Brasil*. p. 31-32, 1998.

LIBERATO, Yara; FULGÊNCIO, Lúcia. *É possível facilitar a leitura: um guia para escrever claro*. São Paulo: Contexto, 2007.

LICDA, Sandra Alpízar; LIDIETTE DIEZ, M.L.S.; LICDA, Estrellita Rojas. Organización de servicios. In: ILANUD. Información jurídica: principios para la organización de bibliotecas en instituciones jurídicas de America Latina. San José: ILANUD, 1991.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. *Indexação: gesto de leitura do bibliotecário*. 1996. Tese (Doutorado) – UNICAMP, Campinas.

MACIÁ, Mateo. *Manual de documentacion jurídica*. Madrid: Síntesis, 1998.

MACIEL, Anna Maria Becker. *Para o reconhecimento da especificidade do termo*. Porto Alegre, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001. 258 p. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, 2001.

MACHADO, Marco Antonio Rosa. *O papel do processo inferencial na compreensão de textos escritos*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2005. Dissertação de Mestrado.

MACHADO, Maria Teresa Ferlini. Relacionamento biblioteca/usuário: fator relevante no processo de disseminação da informação jurídica. In CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 19., 2000, Porto Alegre, *Anais*, . Porto Alegre: PUCRS, 2000. 1 CD.

MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela específica*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

MARTINEZ, Marisa Luvizutti Coiado; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Organização temática da doutrina jurídica: elementos metodológicos para uma proposta de extensão da classificação decimal de direito. *Informação & Sociedade*, João Pessoa, v. 18, n. 1, p. 67-77, jan./abr. 2008

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 9. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1980.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil: parte geral*. 39. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. v.1.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 3. ed. São Paulo: Vozes, 2005.

MOURA, Maria Aparecida. Leitor-bibliotecário: interpretação, memória e as contradições da subjetividade. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 9, n. 2, p. 162, jul./set. 2004.

NASCIMENTO, Lúcia Maria Barbosa do; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Documento jurídico digital: a ótica da diplomática. In: PASSOS, Edilenice (Org). *Informação jurídica: teoria e prática*. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 33-77.

NÁUFEL, José. *Novo dicionário jurídico brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Konfino, 1976. v. 2 e 3.

NEVES, Dulce Amélia de Brito; DIAS, Eduardo Wense; PINHEIRO, Ângela Maria Vieira. Uso de estratégias metacognitivas na leitura do indexador. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 3, p. 141-152, set./dez. 2006.

NUNES, Cláudio O. I. A relação da análise documentária com a terminologia. Biblos: *Revista do Departamento de Biblioteconomia e História*, Rio Grande do Sul, v. 12, n. 1, p. 99-113, 2000.

PALAIA, Nelson. *Noções essenciais de direito*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 1977.

PEREIRA, Andresa Assis de Carvalho. Legislação como assunto: uma proposta de extensão para a classificação decimal de direito. In: PASSOS, Edilenice (Org). *Informação jurídica: teoria e prática*. Brasília: Thesaurus, 2004, p. 153-172.

PETRI, Maria José Constantino. *Manual de linguagem jurídica*. São Paulo: Saraiva, 2008.

PINTO, Maria Cristina Mello Ferreira. Análise e representação de assuntos em sistemas de recuperação da informação; linguagens de indexação. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 169-186, set. 1985.

REALE, Miguel. *lições preliminares de direito*. 25.ed. São Paulo: Saraiva, 2001

SAGER, (1993). Prólogo: la terminologia, ponte entre varios mundos. In: CABRÉ, M.T. (1993). *La terminologia: teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona : Ed. Antártida ; Empúries. p.11-17.

SAHM, Regina. *Direito à imagem no direito civil contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras linhas de direito processual civil*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1981. v. 3.

SILVA, Fabiano Couto Corrêa da. *Bibliotecários especialistas: guia de especialidades e recursos informacionais*. Brasília: Thesaurus, 2005.

SMITH, Frank. *Compreendendo a leitura: uma análise psicolinguística da leitura e do aprender a ler*. 4. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

TÁLAMO, M.F.G.M. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesauros. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 21, n. 3, p. 197-200, 1992.

_____. *Linguagem documentária*. São Paulo: APB, 1997 (Ensaio APB, n. 45)

THEODORO JR., Humberto. *Curso de direito processual civil*. 47. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2007. v. 1

VAN DIJK, Teun A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 2002.

VOGEL, Michely Jabala Mamede. *A noção de estrutura lingüística e de processo de estruturação e sua influência no conceito e na elaboração de linguagem documentária*. 2007. 124 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2007.

GLOSSÁRIO

Neste glossário, apresentam-se os termos que apareceram com mais frequência na pesquisa, e também, àqueles que surgiram na indexação dos acórdãos utilizados na aplicação do modelo e nos demais quadros/exemplificações. Ao compilar estes termos e suas respectivas significações pretende-se auxiliar os leitores na compreensão de algum conceito que não tenha ficado claro no decorrer da pesquisa. Procurou-se utilizar, na maioria das definições, o Vocabulário Jurídico do De Plácido e Silva⁶¹. Os conceitos não encontrados nesse vocabulário foram resgatados de outras fontes e possuem referência da fonte utilizada no final da definição. Cumpre esclarecer, que alguns conceitos possuem vários significados. Contudo selecionou-se somente àqueles que se ajustam ao que foi discutido e apresentado nesta pesquisa.

Acórdão: Significa a resolução ou decisão tomada coletivamente pelos tribunais. Para surtir efeitos legais, é necessária a sua publicação, segundo determina a lei processual (art. 564 do Cód. Proc. Civil).

Ação de indenização: Assegura a alguém o ressarcimento ou reparação do dano (interesse) causado por outrem, em consequência de ato, abstenção de ato ou fato, que tenha trazido desfalque a seu patrimônio.

Administrador de sociedade: Pessoa a quem se comete a direção ou gerência nas sociedades anônimas ou nas sociedades comerciais geridas por diretoria.

Ad nutum: Expressão usada para indicar que o ato pode ser revogado pela vontade da pessoa que o praticou, independente de qualquer outra formalidade ou condição. Mostra, pois o ato que possa ser revogado pela vontade de uma só pessoa.

Agravo: Recurso destinado à impugnação de decisões interlocutórias, prestando-se também para viabilizar apelação inadmitida e reformar decisões singulares de relatores nos tribunais. (ALVIM, J. E. Carreira. *Novo agravo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Forense. 2006, p. 24).

⁶¹ DE PLÁCIDO E SILVA. *Vocabulário jurídico*. 16. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

Alienação de bens: Designa todo e qualquer ato que tem o efeito de transferir o domínio de uma coisa para outra pessoa, seja por venda, troca ou doação. A alienação ocorre sobre bens ou direitos próprios, quando a pessoa que os possui tem capacidade para cedê-los ou transferi-los.

Alimentos: Pensões, ordenados, ou outras quaisquer quantias concedidas ou dadas, a título de provisão, assistência ou manutenção, a uma pessoa por uma outra que, por força de lei, é obrigada a prover às suas necessidades alimentícias e de habitação.

Anticrese: Contrato pelo qual um devedor, conservando ou não a posse do imóvel, dá ou destina ao credor, para segurança, pagamento ou compensação de dívida, os frutos e rendimentos produzidos pelo mesmo imóvel. A anticrese é um direito real de garantia e se diz direito real sobre coisa alheia.

Apelação: Designa um dos recursos de que se pode utilizar a pessoa prejudicada pela sentença, a fim de que, subindo a ação à superior instância, e, conhecendo esta de seu mérito, pronuncie uma nova sentença, confirmando ou modificando, a que se proferiu na jurisdição de grau inferior.

Aquestos: São aquestos conjugais os bens que cada um dos cônjuges, ou ambos, adquirem na constância do casamento, por qualquer título, que não seja o de doação, herança ou legado (cf. Esboço de Teixeira de Freitas, art. 1.343). (ENCICLOPÉDIA Saraiva do Direito. São Paulo: Saraiva, 1914-1982, v. 7).

Ato jurídico: Entende-se todo ato lícito que tenha objetivo imediato de adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos.

Autor: Todo aquele que intenta ação ou demanda em juízo contra quem se julga com o direito para exigir que cumpra a obrigação ou respeite o direito que lhe pertence.

Arras: Expressão que se introduziu no vocabulário comercial dos gregos e dos romanos, pelos mercadores fenícios, para indicar o penhor que era dado em sinal de firmeza do contrato ajustado, notadamente do contrato de compra e venda.

Bigamia: Indica a figura da pessoal que, não se tendo libertado do vínculo conjugal anterior, se casa novamente, sob a falsa declaração de que se encontra livre de qualquer impedimento.

Casamento: Contrato solene, que gerando a sociedade conjugal ou formando a união legítima entre o homem e a mulher, vem estabelecer os deveres e obrigações recíprocas, que se atribuem a cada um dos cônjuges, seja em relação a eles, considerados entre si, seja em relação aos filhos que se possam gerar desta união.

Casamento nuncupativo: É o que se realiza *in articulo mortis*, isto é, quando a pessoa estando em iminente risco de vida, intercede para que realize o seu casamento com outra pessoa, perante testemunhas.

Casamento putativo: É aquele que mesmo nulo ou anulável, foi praticado com a crença de que estavam sendo atendidas todas as formalidades e regras de Direito. E, por esta razão, mesmo quando anulado, produz seus efeitos, até que se pronuncie o decisório, que julga de sua nulidade ou anulação, em relação ao esposo de boa-fé e a seus filhos, havido na vigência do casamento.

Casamento religioso: Expressão usada para distinguir o casamento civil do religioso, isto é, aquele que é celebrado pelo poder temporal, daquele que, como um Sacramento, é celebrado pelo poder espiritual, segundo os mandamentos da Igreja.

Causa de pedir ou *causa petendi*: Indica o fundamento, motivo ou origem do pedido, ou a pretensão do autor acerca da prestação jurisdicional pertinente.

***Causa debendi*.** Indica a origem, a razão, o fundamento ou o motivo de ser da obrigação.

Cláusula penal: Cláusula imposta para segurança e garantia da execução ou cumprimento da obrigação principal, ajustada no contrato.

Comunhão universal de bens: Há comunhão universal, diz Bridel, quando os bens (móveis, imóveis, presentes e futuros) dos esposos são, a partir da celebração do casamento, bens comuns, salvo aqueles que tiverem sido reservados, se os houver (*Lê droit des femmes et lê mariage. p. 67*). (ENCICLOPÉDIA Saraiva do Direito. São Paulo: Saraiva, 1914-1982, v. 16).

Comunhão parcial de bens: O regime matrimonial, em que a comunhão se limita aos bens adquiridos a título oneroso ou eventual, na constância do casamento, permanecendo no patrimônio de cada cônjuge os trazidos para a sociedade conjugal e os adquiridos a título lucrativo (NÁUFEL, José. *Novo dicionário jurídico brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Konfino, 1976. v. 2, p. 235).

Condenação: Em matéria civil ou comercial a condenação se mostra o decisório judicial, em virtude do qual é a pessoa condenada a dar, fazer ou não fazer alguma coisa. Indica-se a sentença que condena.

Confusão: No Direito Civil o usual sentido é o de reunião ou mistura. No sentido de reunião, a confusão ocorre quando se reúnem, em uma só pessoa, as qualidades de devedor e credor, relativamente à mesma obrigação.

Cônjuge: Designação dada a cada uma das pessoas unidas pelos laços matrimoniais. É, assim, denominação que se dá aos esposos, ou seja, ao marido e à mulher, casados legalmente.

Consumidor: Toda pessoa que adquire mercadoria de um comerciante, para seu uso ou consumo, sem intenção de revendê-la. Ver Lei nº 8.078, de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

Custas: São as despesas do processo ou encargos decorrentes dele, desde que fixados ou tarifados em lei.

Dano moral: Assim se diz da ofensa ou violação que não vem ferir os bens patrimoniais, propriamente ditos, de uma pessoa, mas os seus bens de ordem moral, tais sejam, os que se referem à sua liberdade, à sua honra, à sua pessoa ou à sua família.

Data vênia: Expressão que significa com a devida licença, comumente utilizada pelos participantes do processo.

Decadência: Exprime a queda ou perecimento de um direito, pelo decurso do prazo prefixado ao seu exercício, isto é, a queda ou perecimento de um direito pela falta de seu exercício no interregno assinalado pela lei. Assim, sendo, a decadência traz em seu conceito certa analogia com a prescrição por via da qual, indiretamente, o direito se pode extinguir, desde que, tendo por objeto a ação, cujo exercício extingue, mediata e indiretamente faz perecer o direito, em que a mesma se funda.

Decisão: Solução que é dada a uma questão ou controvérsia, pondo fim a ela, por meio de sentença, despacho ou interlocutória, e criando uma nova composição entre as partes contendoras e litigantes. É, assim, o resultado de um pleito, quando é tida num sentido mais estrito, ou a mera deliberação a respeito de um ato ou de qualquer pedido que se faz no processo, numa acepção mais longa. Mas, neste particular, então, apresenta-se a decisão como definitiva ou interlocutória, porque, embora decida a vida da questão, fazendo-a parar, não se entende uma decisão definitiva, mas decisão terminativa do feito.

De cujus: Locução latina que se traduz por aquele ou aquela de cujo ou de cuja, utilizada não somente para indicar que a sucessão está aberta, como para significar a pessoa falecida, sendo assim, equivalente ao morto, ao falecido, ao sucedido.

Desconsideração da personalidade jurídica: Ato pelo qual o magistrado, num dado caso concreto, não considera os efeitos da personificação ou da autonomia jurídica da sociedade, para atingir e vincular a responsabilidade dos sócios, com o intuito de impedir a consumação de fraudes e abusos de direito cometidos por meios da personalidade jurídica que causem prejuízos ou danos a terceiros. (DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, v. 2).

Despejo: Indica a ação que tem por finalidade expulsar do prédio locado o inquilino ou locatário, que o ocupa, quando injustamente se recusa a restituí-lo.

Demanda: Significa o ato pelo qual uma pessoa confia ou entrega ao julgamento da justiça a solução do direito, que se encontra prejudicado ou ameaçado de perturbação, formulando, assim, o seu pedido, fundado no legítimo interesse de agir.

Direito de imagem: É aquele que a pessoa possui sobre sua forma plástica e mais os componentes que a individualizam no seio da coletividade. (SAHM, Regina. *Direito à imagem no direito civil contemporâneo*. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 32).

Dissídio jurisprudencial: Conflito entre julgados. Divergência entre decisões, de vários graus. (NÁUFEL, José. *Novo dicionário jurídico brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Konfino, 1976. v. 2, p. 180).

Dispositivo: Em relação às sentenças, é a designação dada à parte dela que contém o decisório ou o julgamento proferido pelo juiz.

Doutrina: Conjunto de princípios expostos nos livros de Direito, em que se firmam teorias ou se fazem interpretações sobre a ciência jurídica. Em acepção mais estreita, significa a opinião particular, admitido por um ou vários jurisconsultos, a respeito de um ponto de direito controvertido.

Emancipação: Designa o ato que antecipa a maioridade de uma pessoa, atribuindo-lhe plena capacidade jurídica para gerir negócios e dispor de bens.

Embargo: Significa todo e qualquer impedimento, obstáculo ou embaraço posto em prática por uma pessoa, a fim de que evite que outrem possa agir ou fazer alguma coisa, que não é de seu interesse ou que lhe contraria o direito. É, assim, meio ou medida de oposição a ato ou ação de outrem para que seja suspensa a execução.

Embargos à execução: São os embargos que podem, com fundamento legal, serem interpostos na fase executória. Em sentido amplo a expressão pode referir-se a qualquer espécie de embargo que possa ser promovido à execução da sentença, não somente pelo executado, como por sua mulher (embargo à penhora) ou por terceiros prejudicados.

Embargos de terceiro: Denominação dada à intervenção de pessoa estranha à causa, para que se respeite direito seu, violado ou esbulhado por ato ou diligência autorizada pelo juiz.

Ementa: Significa o resumo que se faz dos princípios expostos numa sentença ou em um acórdão, ou resumo de que se contém numa norma, levado à assinatura da autoridade a quem compete referendá-la ou decretá-la.

Enfiteuse: Designa o contrato pelo qual o proprietário de terreno alodial cede a outrem o direito de percepção de toda utilidade do mesmo terreno, seja temporária ou perpetuamente, com o encargo de lhe pagar uma pensão ou foro anual e a condição de conservar para si o domínio direto.

Espólio: Significa a soma ou a totalidade de bens deixados por uma pessoa, após sua morte. Hoje lhe dão sentido amplo, indicando o acervo hereditário ou simplesmente os bens deixados pelo falecido. Espólio, assim, é a massa de bens, deixada pelo *de cujus* e que constitui os bens da herança.

Evicção: Significa o ato pelo qual vem um terceiro desapossar a pessoa da coisa ou do direito, que se encontrava em sua posse, por ter direito a ela. É o desapossamento judicial, ou seja, a tomada da coisa ou do direito real, detida por outrem, embora por justo título.

Execução: Ato ou efeito de executar. Cumprimento, realização. Exemplos: execução do contrato; execução da obrigação; execução do mandato. No Direito Processual Civil é o conjunto de atos judiciais que tendem a compelir o devedor a cumprir fielmente a decisão proferida por juiz competente, que haja passado em julgado. (NÁUFEL, José. *Novo dicionário jurídico brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Konfino, 1976, v. 2, p. 238).

Exequatur: É empregada na terminologia forense para indicar a autorização que é dada pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal para que possam, validamente, serem executados, na jurisdição do juiz competente, as diligências ou atos processuais requisitados por autoridade jurídica estrangeira.

Exoneração: Significa a desobrigação ou a liberação de uma obrigação ou de um cargo.

Extinção do processo: Encerramento do processo por se ter exaurido o procedimento nos termos da lei. (NÁUFEL, José. *Novo dicionário jurídico brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Konfino, 1976, v. 2, p. 247).

Extra petita: Além do pedido. (NÁUFEL, José. *Novo dicionário jurídico brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Konfino, 1976, v. 2, p. 249).

Falência: Na técnica jurídico-comercial é empregado no lugar de falimento; ato de falir; a insolvência comercial ou bancarrota. Traz consigo o mesmo sentido de quebra, vocábulo então usado pelo primitivo Código Comercial brasileiro.

Fateusim: Na terminologia jurídica tem sido aplicado na significação de aforamento perpétuo. Tem, assim, o mesmo sentido de enfiteuse, ou enfitêutico, pois que tanto se usa como substantivo ou como adjetivo.

Fiduciária: Fiduciário (pessoa em quem se confia) é o destinatário da confiança do fiduciante, que lhe transmite a titularidade de um direito, seja para obter um favor de administração ou guarda de bens, seja para garantir o pagamento de um débito, tendo aquele, cumprida a finalidade do pactuado, obrigação de restituir esse bem que lhe foi cedido em confiança (objeto fiduciado). Diz-se, também, do negócio que objetiva qualquer operação fiduciária ou com base na confiança que uma das partes deposita na outra. (ENCICLOPÉDIA Saraiva do Direito. São Paulo: Saraiva, 1914-1982, v. 37).

Fumus boni iuris: Expressão que significa que o alegado direito é plausível (fumaça de bom direito). Geralmente utilizada como requisito ou critério para a concessão de medidas liminares, cautelares ou antecipação de tutela, bem como, no juízo de admissibilidade da denúncia ou queixa, no foro criminal.

Fontes do Direito: Assim se diz do texto em que se funda o Direito ou dos elementos subsidiários que possam formular e esclarecer. As leis são suas fontes principais. Mas como fontes subsidiárias do Direito, anotam-se a Jurisprudência, o Direito Costumeiro, o Direito Comparador, o Direito Romano e a Doutrina.

Fraude à execução: Assim se diz quando o ato lesivo é praticado pelo devedor na iminência de penhora, iminência esta que resulta em ter o credor uma execução aparelhada, ou um título que dê direito à ação executiva, protestado por falta de pagamento.

Habeas corpus: É instituto jurídico que tem a precípua finalidade de proteger a liberdade de locomoção ou o direito de andar com o corpo. E, assim, virá para garantir a pessoa contra qualquer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, em que se funda o direito de locomoção que lhe é atribuído.

Habeas data: Nomeia-se *habeas data* o remédio jurídico-processual de natureza constitucional, destinado a assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constante de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público (*habeas data* cognitivo) e para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo (*habeas data* retificatório).

Herança: É entendido como o conjunto de bens ou o patrimônio deixado por uma pessoa que faleceu. Neste sentido, então, compreende todos os bens, direitos e ações do *de cujus*, como todas as suas dívidas e encargos, a que estava obrigado.

Hipoteca: Significa a coisa entregue pelo devedor, por exigência do credor, para garantia de uma obrigação.

Ilegitimidade: Assinala a qualidade ou condição de qualquer pessoa que não tenha atendido as prescrições ou formalidades legais, em virtude do que não pode realizar, sob a proteção legal, os institutos pretendidos ou surtir os efeitos jurídicos desejados.

Improcedente: Fato, ato, ou coisa que não procede ou que não tem cabimento, por lhe faltar fundamento legal ou porque não tenha assento em prova suficientemente demonstrada.

Impugnação: Na prática forense quer exprimir todo ato de repulsa, de contestação, de contradita, praticado contra atos do adversário ou parte contrária, pelos quais se procura anular ou desfazer suas alegações ou pretensões, ou impedir que promova ato processual, demonstrado ou julgado injusto.

Inalienabilidade: Quer o vocábulo exprimir a condição imposta aos bens, para que não possam ser alheados ou alienados.

Incorporação imobiliária: É aplicada a expressão para designar a iniciativa tomada por alguém com o intuito de realizar a construção de edifício de apartamentos, sob o regime de condomínio, promovendo a colocação dos mesmos apartamentos entre pessoas que se mostrem interessadas em sua aquisição.

Indisponibilidade de bens: Exprime a qualidade atribuída às coisas que, sob encargo ou ônus de inalienabilidade, não podem ser vendidas nem alheadas sob qualquer pretexto.

Íntegra: É o texto ou teor completo de um documento, de uma lei, de um decreto, de um regulamento, ou de uma ordem.

Inteiro teor: Ver conceito Íntegra.

Intempestividade: 1. Qualidade de intempestivo ou do que se faz fora do prazo. 2. Realização de qualquer ato após o decurso do prazo legal. 3. Decorrência *in albis* do prazo para recorrer. 4. Interposição de recurso após o prazo legal. 5. Qualidade da ação ajuizada após o transcurso do prazo decadencial ou prescricional. (DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, v. 2).

Judicante: 1. Aquele que julga por exercer função de juiz. 2. Órgão que julga ou atividade de julgar. 3. Judicativo. (DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, v. 3).

Juiz: Pessoa, a quem se comete o encargo de dirigir qualquer coisa, resolvendo, deliberadamente e julgando, afinal, tudo que nela se possa suscitar ou debater.

Juízo de mérito: Pedido que faz o recorrente ao órgão competente para julgamento do recurso. (BUENO, Cassio Scarpinella. *Curso sistematizado de direito processual civil*. São Paulo: Saraiva, 2008. v. 5).

Juízo de admissibilidade: É o relativo aos atos do procedimento e ao direito de invocar a prestação jurisdicional do Estado, averiguando se todos os pressupostos processuais indispensáveis à admissibilidade do julgamento do mérito foram atendidos, e se as condições da ação se encontram presentes (cf. José Frederico Marques; Alfredo Buzaid). (DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, v. 3).

Julgamento: É o vocábulo tomado no sentido de decisão ou da própria sentença, proferida pelo juiz ou julgador, e que põe fim à demanda.

Jurisprudência: Designa o conjunto de decisões acerca de um mesmo assunto ou a coleção de decisões de um tribunal.

Jurisconsulto: Designa a pessoa que é dedicada ao estudo da Ciência Jurídica, é conhecedora emérita de seus segredos, pelo que suas opiniões acerca das Leis e do Direito são tidas como doutrina. Designa, também, a pessoa que costuma dar parecer sobre as questões jurídicas.

Legislação: Conjunto de leis dadas a um povo.

Legitimidade: Exprime, em qualquer aspecto, a qualidade ou o caráter do que é legítimo ou se apresenta apoiado em lei. A legitimidade, pois, pode referir-se às pessoas, às coisas ou aos atos, em virtude da qual se apresentam todo segundo as prestações legais ou consoante requisitos impostos legalmente, para que consigam os objetivos desejados ou obtenham os efeitos, que se assinalam em lei.

Licitação: Significa o ato de licitar ou fazer preço sobre a coisa posta em leilão ou a venda em almoeda. A licitação pode ser judicial ou voluntária. Judicial, quando, por imposição legal, os bens postos a venda somente o possam ser por hasta pública ou leilão judicial. Voluntária, quando decidida pelos próprios interessados, desde que não haja disposição legal que imponha a venda por meio da justiça.

Litúgio: Exprime a controvérsia ou a discussão formada em juízo, a respeito do direito ou da coisa, que serve de objeto da ação ajuizada.

Litisconsorte: Entende-se toda pessoa que, juntamente com outras, na qualidade de co-autor ou co-réu, é também parte na mesma causa, para participar do mesmo destino ou sorte, que solucionar o litígio.

Liquidação extrajudicial: Ato administrativo de intervenção do poder público no gerenciamento operacional de empresas insolventes, com a finalidade de evitar danos à coletividade.

Lucro cessante: É a expressão usada para distinguir os lucros, de que fomos privados, e que deveriam vir ao nosso patrimônio, em virtude de impedimento decorrente de fato ou ato, não acontecido ou praticado por nossa vontade.

Magistrado: É o vocábulo tecnicamente empregado para designar o juiz, ou seja, a autoridade judiciária, a que se comete o poder de julgar as questões jurídicas.

Majoração: Derivado de majorar, é empregado para exprimir todo aumento de valor.

Massa falida: Designa a situação jurídica em que se coloca o negócio ou o estabelecimento comercial, em virtude da declaração de falência de seu proprietário, firma ou comerciante. É também tida como o acervo de bens do falido.

Medida Cautelar: Entende-se na terminologia processual, todo e qualquer ato forense ou processo intentado por uma pessoa, em justiça para prevenir, conservar, ou defender direitos. Em quaisquer dos casos, é um ato de prevenção, promovido no judiciário, revelada na providência judicial pedida e autorizada pelo juiz, em face de fato de gravidade ou de motivo justo, desde que a própria lei a tenha consignado.

Mérito: Na terminologia do direito processual, mérito quer exprimir e designar a matéria, em que se funda ou se baseia a questão. Quer, então, distinguir o ponto dominante da pendência, sobre o qual deve versar a decisão. Nele é que se funda o pedido do autor.

Ministro: Designa a pessoa que está encarregada de desempenhar um ofício ou cargo público, seja de ordem política ou judiciária, segundo as atribuições que lhe são assinaladas por lei.

Motivação: Conjunto dos elementos justificativos de uma decisão, invocados pela autoridade prolatora como fundamento desta. (NÁUFEL, José. *Novo dicionário jurídico brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Konfino, 1976. v. 3, p. 154).

Nubente: É empregado, na terminologia jurídica, no mesmo sentido de noivo, para designar a pessoa que está comprometida em casamento com outra. Assim, nubentes serão até que afirmando sua vontade de se tornarem marido e mulher, perante o juiz oficiante do casamento, este os declara, em nome da lei, marido e mulher.

Pacto antenupcial: É a denominação dada, em sentido geral, a toda a convenção promovida pelos nubentes, anteriormente ao casamento, para estabelecer o regime matrimonial de bens, ou para regular, como bem o entenderem, respeitadas as regras legais, as relações econômicas entre eles, após o casamento.

Parecer: É a opinião de um jurisconsulto a respeito de uma questão jurídica, a qual, fundada em razões de ordem doutrinária e legal, conclui por uma solução, que deve, a seu pensamento ser aplicada ao caso em espécie. Em regra, o parecer jurídico é provocado por uma consulta, em que se acentuam os pontos controversos da questão, a serem esclarecidos pelo consultado. Quando ocorre estar a questão em discussão ou demanda judiciária, constitui praxe, quando oportuno, a juntada do parecer proferido pelo jurista como peça dos autos.

Penhora: Significa o ato judicial, pelo qual se apreende ou se tomam os bens do devedor, para que neles se cumpra o pagamento da dívida ou da obrigação executada.

Petição: Exprime a formulação escrita de pedido, fundado no direito da pessoa, feita perante o juiz competente ou que preside ao feito.

Poder judiciário: Constituído pelo conjunto de autoridades, que se investem no poder de julgar, é a designação que se dá aos órgãos, a que, como delegado do Poder Público, se comete a atribuição de administrar a justiça.

Praça pública: Na terminologia do direito processual, exprime a venda que se faz publicamente, sob pregão ou a quem mais der. Assim, praça pública e hasta pública têm a mesma significação. Levar à praça é levar a leilão ou à hasta pública.

Pregão: A proclamação, nas hastas públicas, em altas vozes, dos lances oferecidos para aquisição ou para arrematação das coisas, postas em licitação, ou venda por almoeda, isto é, a quem mais der.

Preparo: É aplicado para designar o ato pelo qual se procede ou se promove a verificação das despesas judiciais, de um ponto a outro do processo, para que se efetive, em cartório, o depósito da respectiva importância, e se prossiga no feito, ou seja, este enviado à conclusão do julgador, ou vá à instância superior. Nesta razão, praticamente, o preparo se revela em todas as diligências para a feitura ou facção da conta das despesas do processo, de um período a outro, ou de partes dele, e no respectivo pagamento, que se efetiva pela entrega da soma apurada pelo contador do juiz ao escrivão do feito, para que este, por sua vez, a distribua a quem de direito.

Proclamas: No sentido do Direito Civil, entende-se o edital, em que se divulga o noivado, sendo formalidade preliminar e necessária à celebração do casamento.

Prolação: É usado na linguagem jurídica para designar o ato pelo qual se profere ou se enuncia o que é feito. Significa, pois publicação. Desse modo, prolação da sentença entende-se o pronunciamento dela, pelo qual se divulga e se anuncia.

Promessa de compra e venda: Assim se entende a convenção e o ajuste, em virtude do qual a pessoa se obriga a comprar de outrem certas coisas, que lhe pertencem, mediante condições que se determinam. Se a esta promessa de compra adere o vendedor, comprometendo-se a vender, há verdadeiro compromisso de compra e venda, de que resultam obrigações e direitos para ambas as partes contratantes. Aí, propriamente, diz-se-á promessa de compra e venda.

Propriedade Resolúvel: Assim se entende a propriedade, quando os direitos que a constituem estão subordinados a uma revogação ou se instituem por um prazo de duração temporária. A propriedade resolúvel equivale ao sentido de propriedade condicional, sendo assim, espécie que não se pode qualificar de perfeita, pois que não se integra nela o elemento permanência ou perpetuidade.

Provimento: No sentido forense, designa a admissão ou o recebimento do recurso pela autoridade judiciária a quem foi dirigida, ou para quem foi interposto.

Quirografário: Vocábulo especialmente empregado, na linguagem referente às questões creditórias, para significar a ausência de garantia real ao direito creditório ou crédito de alguém, bem assim a inexistência de qualquer preferência.

Quorum: Na terminologia jurídica é geralmente empregado, para indicar o número de pessoas, que deve comparecer às assembléias ou reuniões, para que estas, validamente, possam deliberar.

Rebus sic stantibus: É a locução latina utilizada na terminologia jurídica para designar a cláusula contratual, que se julga inserta nas convenções, em virtude da qual o devedor é obrigado a cumprir o contrato, somente, quando subsistem às condições econômicas existentes quando fundado o ajuste. *Rebus sic stantibus* quer, precisamente, significar o mesmo estado das coisas, ou a subsistência das coisas.

Recorrente: A pessoa que interpõe qualquer recurso ou usa de recurso, permitido legalmente, para que se modifique ou se altere o teor de uma sentença, ou de uma decisão.

Recorrido: Indica o adversário ou a parte contrária, favorecida pela sentença ou pela decisão, cujo recurso se interpôs.

Recurso: Em sentido amplo, o recurso é todo o remédio, ação ou medida ou todo o socorro, indicados por lei, para que se proteja ou se defenda o direito ameaçado ou violentado. Mas, em sentido restrito, naquele em que é tido na linguagem forense, o recurso mostra-se o ato pelo qual se encaminha ao próprio juiz, a outro juiz, ou ao tribunal o

conhecimento da questão já decidida, para novo exame, e alteração ou anulação da decisão já tomada. É propriamente o meio pelo qual a parte, prejudicada por uma decisão judiciária, se dirige a autoridade que a prolatou, ou a autoridade superior, a fim de obter uma reforma ou anulação da decisão que reputa ofensiva a seus direitos.

Recurso Especial: É o remédio judicial destinado a decidir questões de direito infraconstitucional. Deve ser dirigido ao presidente do STJ, e tem por finalidade a uniformização da jurisprudência federal.

Regime de bens: “É o complexo de princípios jurídicos reguladores das relações econômicas entre marido e mulher” (Clóvis Beviláqua). (NÁUFEL, José. *Novo dicionário jurídico brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Konfino, 1976. v. 3, p. 234).

Regime de comunhão: Na terminologia matrimonial, o regime de comunhão indica a sociedade conjugal que se estabelece sem qualquer restrição a respeito dos bens, que passam a ser possuídos em comum, pelo marido e pela mulher, quando comunhão universal. Assim o regime de comunhão matrimonial pode ser universal ou total e parcial ou limitado.

Registro imobiliário: Designação que também se atribui ao registro de imóveis.

Relator: É o juiz encarregado de expor, por escrito, perante outros juízes, os fundamentos da questão submetida ao veredicto deles, para que ajudem. A ele, portanto, cabe a relação do feito e, depois que, se verifica o julgamento, a do acórdão.

Relatório: Parte inicial ou preambular da sentença. Entende-se a exposição minuciosa de todas as circunstâncias que elementarizam o feito e a sua ação. Nele se deve mencionar os nomes das partes contendoras, o pedido inicial e a contestação do réu, além do resumo dos fundamentos jurídicos apresentados pelo autor e pelo réu. O relatório da sentença, portanto, é a exata relação do feito, que antecede aos fundamentos, em que se baseia o juiz para pronunciar sua decisão.

Resolução contratual: É o modo ou meio de dissolver, de anular, ou de extinguir os contratos, os direitos e as obrigações, quando não são cumpridas as condições ou os encargos, que são atribuídos às partes contratantes ou às pessoas.

Responsabilidade objetiva: A lei impõe a certas pessoas a reparação de um dano cometido sem culpa. Quando isto acontece, diz-se que a responsabilidade é legal ou “objetiva”, porque prescinde da culpa e se satisfaz apenas com o dano e o nexo de causalidade. (GONÇALVES. Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*. São Paulo: Saraiva, 2003b. p. 21).

Réu: Toda pessoa que é chamada a juízo para responder sobre alguma coisa. No sentido civil, opondo-se ao sentido de autor, é o convocado para demandar ou a parte, contra quem se demanda ou contra quem é intentada a ação judicial.

Sentença: Designa a decisão, a resolução ou a solução dada por uma autoridade a toda e qualquer questão submetida a sua jurisdição. Toda sentença importa num julgamento, seja

quando implica numa solução dada à questão suscitada, ou quando se mostra uma resolução da autoridade, que a profere.

Servidão: No sentido jurídico, servidão representa o encargo ou ônus, que se estabelece sobre um imóvel em proveito e utilidade de um outro imóvel pertencente a outro proprietário. Pela servidão, perde o proprietário do prédio serviente o exercício de alguns de seus direitos dominiais, ou fica obrigado a tolerar que dele se utilize, para certo fim, o dono do prédio dominante.

Simulação: É o artifício ou o fingimento na prática ou na execução de um ato, ou contrato, com a intenção de enganar ou demonstrar o irreal como verdadeiro, ou lhe dando aparência que não possui. No sentido jurídico, sem fugir ao sentido normal, é o ato jurídico aparentado enganosamente ou com fingimento, para esconder a real intenção ou para subversão da verdade.

Sociedade conjugal: É a que se estabelece entre marido e mulher, como fundamental efeito do casamento civil, ou do casamento religioso, a que se der valor de civil. A sociedade conjugal se dissolve somente pela morte de um dos cônjuges, pela anulação ou nulidade do casamento, e pelo divórcio.

Sub judice: Locução latina, indicativa da situação em que se encontra uma questão, ou uma controvérsia, submetida ao conhecimento da justiça, antes de ser decidida ou julgada. Assim, a questão *sub judice* é a que está ainda pendente de julgamento, ou que não foi ainda objeto de uma decisão.

Sub-rogação: No conceito do direito civil e do direito comercial, sub-rogação resulta sempre na substituição de coisa, ou pessoa, por outra coisa ou pessoa, sobre que recaem as mesmas qualidades ou condições dispostas anteriormente em relação à coisa, ou à pessoa substituída.

Súmula: No âmbito da uniformização da jurisprudência, indica a condensação de série de acórdãos, do mesmo tribunal, que adotem idêntica interpretação de preceito jurídico em tese, sem caráter obrigatório, mas, persuasivo, e que, devidamente numerados, se estampem em repertórios.

Sursis: No sentido jurídico exprime propriamente o sobrestamento, ou a suspensão da feitura de um ato, ou da aplicação de uma sanção. É, geralmente, empregado na terminologia técnica do direito penal, exprimindo a suspensão do cumprimento da condenação.

Tempestividade: Qualidade de algo que foi efetuado no tempo oportuno ou no prazo legal. p. ex.: tempestividade do recurso. (ENCICLOPÉDIA Saraiva do Direito. São Paulo: Saraiva, 1914-1982, v. 72).

Testador: Indica a pessoa que dispõem de seus bens por testamento, a fim de que seja cumprida a sua vontade depois da sua morte.

Testante: Vocábulo empregado como sinônimo de testador para indicar a pessoa que dispõe de seus bens por testamento, para que seja cumprida a sua vontade depois de sua morte. Designa, portanto, aquele que testa ou faz testamento. (ENCICLOPÉDIA Saraiva do Direito. São Paulo: Saraiva, 1914-1982, v.73).

Tombar: Exprime inventariar, arrolar, inscrever ou registrar terras, fazendo suas descrições e dando suas limitações. Desse modo, tombar não é demarcar. É registrar, ou fazer inventário, ou inscrição de terras, mencionando sua demarcação, ou seus limites, para que bem se individualizem, ou bem se identifiquem neste registro, ou neste tombo.

Trânsito em julgado / Transitar em julgado: Juridicamente em relação às sentenças, é passar em julgado, isto é, é ter a sentença, pelo transcurso do prazo, em que se pode recorrer dela, se tornando coisas ou caso julgado.

Tribunal: No conceito do Direito Processual brasileiro é somente o órgão judicante, coletivo, isto é, o grupo ou colégio de juízes, a que se comete jurisdição para administrar a Justiça, em determinado território, assim se distinguindo dos órgãos judiciários singulares, constituídos pelos juízes. A organização do Poder Judiciário, nos termos da Constituição Federal, institui os tribunais federais e os tribunais estaduais, sendo o Supremo Tribunal Federal o órgão judicante de maior autoridade.

Tutela específica: Quando se teme a reiteração do descumprimento de uma obrigação de fazer ou não-fazer, a tutela que se destina a impedir o devedor de voltar a inadimplir é a tutela específica (MARINONI, Luiz Guilherme. *Tutela específica*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000).

Ultra-petita: Locução latina, que se traduz por além do pedido, ou fora do pedido. Designa ou faz alusão à sentença em que se julga fato não demandado, isto é, não integrante, não formulado e estranho (fora) à demanda. É a decisão que vai além do teor do pedido.

União estável: Utilizada na acepção de sociedade conjugal ou vida em comum, entre homem e mulher.

Uniformização da jurisprudência: Ato pelo qual o tribunal, reconhecendo a divergência do objeto submetido a julgamento, pede a interpretação fundamentada dos seus pares para a controvérsia, inculcando em súmula (resumo) a decisão.

Usucapião: Exprime o modo de adquirir pelo uso, ou adquirir pela prescrição. Na definição de Clóvis Bevilacqua “é a aquisição do domínio pela posse continuada.”

Usufruto: Entende-se o direito assegurado a alguém, para que se possa, gozar, ou fruir, as utilidades e frutos de uma coisa, cuja propriedade pertence a outrem, enquanto temporariamente destacado da mesma propriedade.

Vacatio legis: Diz-se do período que medeia entre a data de publicação de uma lei e aquela na qual entra em vigor. Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada, dispõe o art. 1º da Lei de

Introdução ao Código Civil. Esses quarenta e cinco dias constituem a *vacatio legis*. (NÁUFEL, José. *Novo dicionário jurídico brasileiro*. 6. ed. Rio de Janeiro: José Konfino, 1976. v. 3, p. 297).

Vício de qualidade: Defeito em que o conteúdo do produto é menor que o indicado no recipiente, embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária. Neste caso, pode o consumidor exigir alternativamente e à sua escolha: o abatimento proporcional do preço; a complementação do peso ou medida; a substituição do produto por outro da mesma espécie, marca ou modelo, sem os aludidos vícios; e a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos. (DINIZ, Maria Helena. *Dicionário jurídico*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, v. 4).

Vista dos autos: Exame, ou ação de ver para examinar, ou ter ciência. É a diligência que se faz após a terminação, ou encerramento, de outros atos processuais, a fim de que sejam estes atos levados ao conhecimento dos interessados, que podem falar sobre eles, opinando ou os impugnando.

Voto vencido: É aquele que é dado em desacordo aos votos vitoriosos, ou que decidem a questão. O voto vencido, em realidade, é voto contrário à maioria dos deliberantes, trazendo argumentos e considerações, que se opõem aos argumentos e considerações que serviram de fundamento aos votos vencedores.

ANEXOS